

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ**

**KAROLINY DINIZ CARVALHO**

**(RE)CANTOS DA ALMA: OS LUGARES DE MEMÓRIA E O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SÃO LUÍS, MARANHÃO**

**ILHÉUS-BAHIA**

**2011**

**KAROLINY DINIZ CARVALHO**

**(RE)CANTOS DA ALMA: OS LUGARES DE MEMÓRIA E O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SÃO LUÍS, MARANHÃO**

Dissertação apresentada, para obtenção do título de mestre em Cultura e Turismo, à Universidade Estadual de Santa Cruz.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Netto Simões.

**ILHÉUS-BAHIA**

**2011**

**KAROLINY DINIZ CARVALHO**

**(RE)CANTOS DA ALMA: OS LUGARES DE MEMÓRIA E O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SÃO LUÍS, MARANHÃO**

Ilhéus- BA, 01/04/2011.

---

Maria de Lourdes Netto Simões – Dr.<sup>a</sup>.  
UESC  
(Orientadora)

---

Hélio Estrela Barroco – Dr.  
UESC

---

Conceição de Maria Belfort Carvalho – Dr.<sup>a</sup>.  
UFMA

## **DEDICATÓRIA**

A minha irmã, Karine, por ter sempre outro jeito de olhar a vida, por me ensinar a voar e buscar meus sonhos, por me ensinar a conversar com os rios e, por ser, ela própria, esse rio na minha vida: sempre em movimento, em contínuo fluxo de transformações e que, ao mesmo tempo, sempre está lá...

## AGRADECIMENTO

À Deus, por me proporcionar a vida em todos os seus matizes;

À minha família, pela tolerância, apoio, pelo suporte do afeto em qualquer tempo e sob qualquer circunstância;

À minha orientadora, Tica Simões, pela disponibilidade do olhar e da escuta, das falas precisas, sugestões, críticas e pela “desconstrução” provocadora do meu objeto de estudo, os quais tiveram valor inestimável na trilha dos caminhos aqui percorridos;

Às professoras e amigas, Conceição Belfort e Kláutenes Guedes, que acompanharam meu crescimento profissional e pessoal desde a época da graduação, perpassando pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação em Turismo (NPDTUR). Agradeço pelas palavras de incentivo e acolhimento, tolerância e amizade constante nos tempos de inquietações, dúvidas, recusas e aceitações, pelas oportunidades profissionais e por colaborarem também nos fluxos de minhas escritas;

À professora Ilza Cutrim, pelas contribuições e pelo toque de classe que dá a essa dissertação;

À Liz Renata Lima Dias, pela amizade e apoio incondicionais;

Aos colegas e futuros pesquisadores em turismo do ESINT, pelo auxílio na coleta de dados;

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB-BA), por tornar possível a realização deste trabalho;

Ao meu anjo com alma de menino, que me fez redescobrir a simplicidade da vida em todas as suas formas, cores, texturas e sabores;

Aos professores do mestrado por formarem um espaço precioso de aprendizagem, pela riqueza dos debates e dos saberes partilhados, e pelo tanto que cresci durante esse tempo. Em especial aos professores Hélio Barroco, pela disponibilidade, pelo olhar crítico e rigor teórico metodológico que imprimiu a essa dissertação, e Wladimir Blos, pelas palavras encorajadoras e pelos *insights* ao longo da vida acadêmica;

Aos colegas de mestrado da turma 2009-2011 pela riqueza da convivência; em especial à Aryella, Suzana e Moisés, meu sentimento por vocês não se traduz em palavras, mas em cumplicidade e gratidão.



*De pedras e azulejos  
Mirantes, sobrados e becos, torres,  
Faz-se uma cidade:  
Ainda mais de alma...  
(Bandeira Tribuzzi. Pedra de Alma. Poesia Reunida)*

**(RE)CANTOS DA ALMA: OS LUGARES DE MEMÓRIA E O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SÃO LUÍS, MARANHÃO**

**RESUMO**

Análise dos lugares de memória do Centro Histórico de São Luís, Maranhão, refletindo sobre a sua importância para a atividade turística local. Parte-se de uma abordagem qualitativa, relacionando questões sobre patrimônio cultural (CHOAY, 2001; ARANTES, 1997), espaço urbano (CASTROGIOVANNI, 2001; JEUDY, 1990), identidade (CASTELLS, 1999; HALL, 2001) e memória (NORA, 1994; LE GOFF, 1996), discutindo os limites e as possibilidades da preservação do patrimônio na perspectiva da sustentabilidade cultural (SACHS, 1994; PEIXOTO, 2003). Por meio de uma amostra não probabilística por julgamento (DENCKER, 1998), foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos moradores do bairro da Praia Grande e representantes dos órgãos públicos de preservação do patrimônio. Utilizando a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1985; APPOLINÁRIO, 2009), constatou-se que os marcos urbanos e práticas culturais sinalizados pelos moradores evocam sentimentos de pertença e identidade ao espaço urbano da Praia Grande e podem se converter em elementos potencializadores do turismo cultural, entretanto, as ações públicas de preservação e revitalização do patrimônio apresentam-se de forma pontual, desconsiderando os lugares referenciais da comunidade e não atendendo às suas expectativas. A pesquisa descortinou ainda os conflitos, as tensões e as disputas simbólicas em torno da apropriação do patrimônio cultural e, por extensão, da imagem e memória do bairro. Com base nos resultados logrados, destaca-se a necessidade de incorporar ao processo de revitalização as diferentes sociabilidades dos lugares materiais e simbólicos onde se realizam as interações sociais, de forma a contribuir para a valorização do patrimônio pela comunidade e para o seu aproveitamento sustentável pela atividade turística.

Palavras-chave: Lugar de memória; Turismo; Sustentabilidade cultural; Centro histórico de São Luís, Maranhão

**(RE)CANTOS DA ALMA: OS LUGARES DE MEMÓRIA E O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SÃO LUÍS, MARANHÃO**

**ABSTRACT**

Analysis of the places of memory of the Historical Center of São Luis, Maranhao, reflecting on its importance for the local tourist activity. It starts with a qualitative approach, linking issues of cultural heritage (CHOAY, 2001; ARANTES, 1997), urban (CASTROGIOVANNI, 2001; JEUDY, 1990), identity (CASTELLS, 1999; HALL, 2001) and memory (NORA, 1994; LE GOFF, 1996), discussing the limits and possibilities of preservation of heritage in the perspective of cultural sustainability (SACHS 1994; PEIXOTO, 2003). Through a non-probability sample for trial (DENCKER 1998), were semi-structured interviews with residents of the district of Praia Grande and representatives of public agencies to preserve heritage. Using the technique of content analysis (BARDIN, 1985; APPOLINÁRIO, 2009), it was found that the landmarks and cultural practices marked by residents evoke feelings of belonging and identity to the urban area of Praia Grande and can become boosters of elements cultural tourism, however, the actions of public preservation and revitalization of heritage are presented in a timely manner, leaving out the frameworks of community places and not meeting your expectations. The survey also discerned the conflicts, tensions and disputes around the symbolic appropriation of cultural heritage and, by extension, the image and memory of the neighborhood. Based on the results achieved, there is the need to incorporate the process of revitalizing the sociability of different material and symbolic places where social interactions take place in order to contribute to enhancing the community's heritage and its sustainable use by tourism.

Key words: Place of memory; Tourism; Cultural sustainability; Historic Center of Sao Luis, Maranhao

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Mapa do Centro Histórico de São Luís	19
Figura 02	Igreja do Desterro	28
Figura 03	Convento das Mercês	32
Figura 04 (a)	Folder do evento Vale Festejar	33
Figura 04 (b)	Apresentação de grupo de bumba-meu-boi no Convento das Mercês	33
Figura 05 (a)	Praça Nauro Machado	36
Figura 05 (b)	Equipamento para shows de cultura popular	36
Figura 06 (a)	Detalhe da entrada principal da Feira da Praia Grande	38
Figura 06 (b)	Banca de ervas e frutas posicionadas ao longo do corredor	38
Figura 07 (a)	Boxes da Feira da Praia Grande	40
Figura 07 (b)	Produtos comercializados	40
Figura 08	Tambor de Crioula na Praia Grande	42
Figura 09 (a)	Casarão em ruínas na Rua do Giz	51
Figura 09 (b)	Casarão em processo de deterioração na Rua do Giz	51
Figura 10 (a)	Casarões transformados em habitação irregular na Rua da Estrela	55
Figura 10 (b)	Casarões transformados em estacionamento na Rua da Estrela	55
Figura 11	Áreas de proteção do Centro Histórico de São Luís	66
Figura 12	O morador e o tempo	83
Figura 13 (a)	Estacionamento na Rua da Estrela	86
Figura 13 (b)	Estacionamento na Rua do Giz	86
Figura 14	Práticas tradicionais de habitação	89
Figura 15 (a)	Largo do comércio durante o dia	92
Figura 15 (b)	Lazer noturno	92
Figura 16	Imóveis ocupados irregularmente ou abandonados	108
Figura 17	Mapas turísticos do Centro Histórico de São Luís	118
Figura 18 (a)	Feira de artesanato na Praia Grande	119
Figura 18 (b)	Exposição de doces regionais na Praia Grande	119
Figura 19	Os lugares de memória da Praia Grande	123
Figura 20	Aplicação da categoria lugar de memória no planejamento turístico	131

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	vi
<b>Abstract</b> .....	vii
<b>Lista de Ilustrações</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUIS, MARANHÃO: TURISMO CULTURAL E LUGARES DE MEMÓRIA</b> .....	19
<b>1.1 Lugar de memória e identidade</b> .....	23
1.1.1 A Feira da Praia Grande: usos e cotidiano de um mercado popular.....	38
<b>1.2 Turismo preservação e sustentabilidade</b> .....	45
<b>1.3 Ações públicas e preservação do patrimônio</b> .....	61
<b>2 PRAIA GRANDE ESPAÇO URBANO E ATIVIDADE TURÍSTICA</b> .....	77
<b>2.1 Usos e cotidiano dos moradores</b> .....	80
<b>2.2 Política de memória turismo e sustentabilidade</b> .....	97
<b>2.3 Ações empresariais e lugar de memória: integrando turismo e patrimônio</b>	115
2.3.1 Lugar de memória como ferramenta de gestão turística: por um uso sustentável do patrimônio cultural.....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>APÊNDICES</b> .....	159

## INTRODUÇÃO

Toda cidade é imaginação, pois antes de ser esculpida, ela surge de ideações, dos relacionamentos e das ações projetadas pelos homens. Toda cidade é também artefato cultural, medida da extensão das vivências humanas em sociedade, memórias. Entender essas lembranças é parte integrante de um processo para a definição da cidade que será projetada no futuro.

A cidade pode remeter-se à história e conservar as características temporais no espaço urbano, pode ser preservada porque reúne os requisitos para que se possa evocar a memória coletiva, mas principalmente deve mesclar seus valores históricos, arquitetônicos, simbólicos e espirituais com os valores atuais, na incessante busca pela readaptação do antigo, para que o mesmo seja integrado no cotidiano. Uma cidade constitui-se em um monumento, mas paralelamente torna-se um organismo vivo e dinâmico, aspecto que vem sendo postulado no âmbito da revitalização do patrimônio cultural na atualidade (CHOAY, 2001, CASTRIOTA, 2009).

Enquanto materialização do urbano, os Centros Históricos resultam de um tipo particular de percepção e apropriação do espaço, sendo constituídos por formas de organização social, comunicação grupal e laços de solidariedade comunitária específicos, ligando os indivíduos a um passado ou origem comum. Constituem-se, assim, sítios simbólicos de pertencimento, reveladores de vivências, crenças, ritos, rituais, celebrações, costumes e estilos de vida das comunidades (ZAOUAL, 2006).

Os Centros Históricos apresentam elementos fixos, estacionários, que formam a paisagem e a ambiência urbana – bairros, monumentos, praças, ruas – e móveis, uma vez que por meio e através deles observam-se constantes fluxos de relações sociais e culturais, circulação de bens simbólicos, trânsito de visitantes e manifestações culturais. Esse conjunto de elementos convive dialeticamente, tornando o espaço urbano dinâmico e polissêmico (CASTROGIOVANNI, 2001; SIVIEIRO, 2006).

Assim, os Centros Históricos devem ser apreendidos não apenas como a síntese de processos sociais e culturais, de traços remanescentes de um passado compartilhado pelo agrupamento social; devem ser considerados, também, enquanto símbolo revelador de práticas cotidianas, do conagraçamento popular e entrelaçamento de vivências coletivas, festas, rituais e outros mecanismos de reposição de uma memória e de uma identidade em permanente processo de transformação.

Todos esses símbolos são identificados pelos moradores e integram um conjunto de referências que permitem aos habitantes de um dado espaço geográfico torná-lo significativo, transformando-o em lugar antropológico. Assim, pensar a cidade enquanto representação social equivale a identificar as nuances das práticas sociais dos atores locais nos seus espaços de vivência, na medida em que ela se constitui em materialidade, de legados culturais, construtos de heranças compartilhadas pelos grupos sociais traduzidas em símbolos e significados conferidos ao longo dos processos históricos.

Nessa perspectiva, que insere um conjunto de crenças, opiniões, idéias, mitos, estereótipos e preconceitos sobre o objeto social – o lugar de memória, o conceito de lugar pode ser entendido como o resultado dessas práticas sociais distintas e do sentimento de pertença que lhe é inerente, revelando por sua vez a função identitária.

Materializado e vivificado nos espaços urbanos, o patrimônio cultural apresenta-se de forma diversificada, englobando as produções materiais e imateriais, passadas e presentes, os modos de vida, práticas e manifestações culturais que particularizam uma determinada sociedade. O conjunto desses elementos contribui para a reconstrução e o fortalecimento da memória e da identidade em uma determinada região.

A memória atua no nível intersubjetivo como um quadro de referências que permite aos indivíduos perceberem nos marcos citadinos, nas cores e cheiros, texturas e personagens; na arquitetura e na paisagem urbana, elementos construtores e constituintes de uma trama social comum, de uma história coletiva, cujos ecos de um passado e de uma cultura compartilhada formam a memória social, e tem ressonância nas redes de relacionamento, em geral, e nas vivências cotidianas de cada indivíduo em particular (LE GOFF, 1996; BOSI, 1994).

Dessa forma, a cidade constitui-se num sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações, adquirindo relevo no segmento do turismo cultural. No âmbito do mercado de consumo turístico, as áreas urbanas e seus elementos constituintes transformam-se em espaços de interação entre a comunidade local e os visitantes. A atividade turística redefine os usos do patrimônio, agenciando histórias, memórias e tradições e oportunizando o conhecimento sobre a diversidade de formas de expressão cultural de uma localidade.

O turismo cultural pode conferir maior visibilidade ao patrimônio, reforçando as singularidades dos elementos que integram os espaços urbanos – monumentos, edificações históricas, logradouros, práticas e manifestações sócio-culturais – ao tempo em que amplia a percepção da cidade como lócus de criação coletiva dinâmica e mutável. Assim, a inserção de

localidades no circuito do turismo cultural oferece possibilidades de revitalização do acervo arquitetônico através da valoração e da potenciação de determinados elementos e atributos constitutivos do patrimônio cultural local.

Nesse contexto, a atividade turística vem se configurando num importante agente promotor do desenvolvimento social e econômico, e de alcance da sustentabilidade em diversas regiões. Sachs (1994) apresenta uma concepção abrangente acerca da sustentabilidade. Para o autor, a sustentabilidade transcende as limitações do termo crescimento econômico, ficando subjacente seu aspecto qualitativo e a busca pela harmonia entre as atividades humanas e o bem-estar das comunidades envolvidas.

Nesse sentido, o autor estabelece as cinco dimensões da sustentabilidade, a social que prima pelo envolvimento da sociedade; a econômica que enfatiza o gerenciamento equitativo dos recursos; a sustentabilidade ecológica, que atenderia à necessidade de mitigar os efeitos negativos das ações humanas sobre o meio ambiente, a sustentabilidade espacial e a dimensão cultural, expressa no respeito aos valores e às tradições culturais.

No âmbito dos espaços urbanos e, especificamente, nas áreas patrimoniais, a sustentabilidade cultural pressupõe estratégias no sentido de priorizar as especificidades do acervo arquitetônico, refuncionalizando-o por meio de ações que favoreçam o seu aproveitamento sustentável a partir das demandas comunitárias; a participação e o envolvimento da população residente nas propostas de revitalização do patrimônio cultural, primando pela co-responsabilidade dos atores públicos, privados e da sociedade; uma gestão cultural que propicie a valorização do patrimônio por meio de ações sócioeducativas e inclusivas e ressaltem a sua importância como suporte da memória e das identidades locais, e ainda, o estabelecimento de limites em relação aos impactos ocasionados pela atividade turística nos espaços urbanos.

Essas evidências apontam para a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, onde a dinamização do turismo tem propiciado um ascendente processo de restauração e revitalização do acervo arquitetônico na área do centro histórico da cidade, porém sem um planejamento urbano integrado e sistematizado. O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCH/SL, denominado projeto Reviver, possui como suas principais diretrizes promover a manutenção do uso residencial, fomentar a geração de emprego e renda, incentivar as manifestações culturais, estimular melhorias na infraestrutura da área, além de preservar o patrimônio arquitetônico ambiental urbano, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade (SILVA, 1997).

Especificamente no bairro da Praia Grande, essas ações direcionam-se no sentido de elevar turisticamente aquele espaço urbano, e são alicerçadas pela forte conotação do aspecto senhorial-colonial que o seu perímetro urbano evoca. A importância do referido sítio urbano remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX, períodos em que a cidade de São Luís vivenciou um tempo de efervescência sócio-econômico e cultural. Com seu posterior declínio, resultou num espaço cuja representatividade - em termos de manutenção dos aspectos tradicionais da cultura local e de preservação do acervo arquitetônico - alicerçou a sua incorporação à atividade turística, sobretudo nos anos de 1990.

Se por um lado, a revitalização do Centro Histórico de São Luís propiciou a restauração de prédios e monumentos, dotando-lhes de novas funcionalidades, do outro, observa-se a descaracterização de alguns imóveis, com a adoção de novos elementos, modelos e formas arquitetônicas que possuem o intuito de conferir uma homogeneidade ao conjunto arquitetônico e aumentar o seu nível de aceitabilidade e competitividade no mercado turístico.

A ausência de integração entre as políticas públicas de preservação do patrimônio, a reduzida participação da comunidade local aos benefícios decorrentes da visitação turística e o nível de comprometimento com a integridade do acervo arquitetônico local incidem diretamente na questão de sustentabilidade da Praia Grande para o turismo.

A sustentabilidade pressupõe a integração da comunidade residente nas propostas de revitalização do patrimônio cultural, valorizando e mantendo os espaços materiais e imateriais que representam a memória e a identidade locais. Na tessitura daquele espaço urbano, focaliza-se a existência de locais e práticas sócio-culturais apropriados pelos residentes e que referenciam a trajetória cultural daquela comunidade. Dotados de valores simbólicos e referências culturais, aqueles locais oportunizam momentos de convivência, sociabilidade e integração social, constituindo-se lugares de memória (NORA, 1993).

Esses elementos, que guardam relações de pertencimento, fazem parte do cotidiano e inserem-se na dinâmica das relações sociais que caracterizam os espaços de vida e lazer dos moradores do bairro da Praia Grande. No entanto, não integram, de forma sistemática e permanente, as ações de revitalização do Centro Histórico e não estão sendo contemplados nos roteiros de visitação turística local.

No âmbito da dinâmica de produção e consumo do espaço urbano da Praia Grande pela atividade turística, algumas reflexões e teorizações vêm sendo realizadas no sentido de antever as possibilidades de preservação dos marcos simbólicos e identitários no Centro Histórico de São Luís, Maranhão. Na obra Centro Histórico de São Luís- Maranhão: Patrimônio Mundial, Andrès (1998) discute a configuração urbana do patrimônio de São Luís,

em termos de políticas públicas de preservação, detendo-se nos aspectos técnicos e operacionais do Projeto Reviver, não ampliando, porém, sua discussão no envolvimento dos moradores na revitalização do patrimônio de São Luís.

Guedes (2001), em sua dissertação de mestrado intitulada Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís, discorre sobre a trajetória das ações de preservação por parte dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Detém a sua análise no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCH/SL, enfatizando a materialização dessa política nos governos que sucederam à Convenção Nacional da Praia Grande - o processo que condicionou a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela cidade de São Luís e suas repercussões no âmbito da sociedade.

Ao discutir a emergência dos patrimônios representativos das classes populares no cenário cultural local, Corrêa (2001), no estudo Vilas, Parques, Bairros e Terreiros (Patrimônios Bioculturais) - Novos Patrimônios na Cena das Políticas Culturais de São Luís e São Paulo, reforça a importância de um novo direcionamento das políticas de preservação patrimonial, políticas essas que devem contemplar os lugares onde as memórias dos atores populares encontra-se enraizada e vivida em coletividade.

Evidencia-se que essas abordagens referem-se ao processo evolutivo das políticas de preservação do patrimônio no Brasil e seus reflexos no Maranhão, em especial na cidade de São Luís, ora detendo-se no viés político, ora realizando uma análise crítica dos modelos de preservação adotados pelos governos estaduais e municipais. A partir dessa assertiva, torna-se preponderante a efetivação de um estudo que favoreça o entendimento acerca da função desempenhada pela comunidade no resgate da sua memória e identidade cultural e na ressignificação do patrimônio urbano do qual é parte integrante.

Com base nessa constatação, a pesquisa está delineada a partir dos seguintes questionamentos: quais os marcos urbanos e práticas sócio culturais tornam-se referenciais de memória, pertencimento e afetividade para os moradores da Praia Grande no Centro Histórico de São Luís? Como esses se relacionam com o turismo cultural? Quais os aspectos de sustentabilidade das práticas de preservação do patrimônio cultural local?

O objetivo geral do presente estudo tencionou analisar os lugares de memória existentes no bairro da Praia Grande, relacionando-os ao desenvolvimento do turismo cultural no Centro Histórico de São Luís- Maranhão. Os objetivos específicos consistiram em: a) identificar os lugares de memória a partir da perspectiva dos moradores do bairro da Praia Grande; b) descrever os usos sociais e as diferentes formas de apropriação deste espaço

urbano pela atividade turística empresarial e, c) verificar os aspectos de sustentabilidade das ações públicas de preservação do patrimônio cultural.

Adotou-se o conceito de memória (LE GOFF, 1996), que se refere ao conjunto de funções psíquicas a partir das quais os homens elaboram e atualizam no presente, fatos e acontecimentos passados. A partir dessa concepção, foram tomadas noções de lugar de memória (NORA, 1993, GASTAL, 2002; BERDOULAY, 2007) equivalendo ao espaço material e imaterial impregnado de um forte conteúdo simbólico e portador de referências às identidades culturais.

O conceito de lugar de memória transcende os bens culturais edificados considerados excepcionais e vinculados a uma historiografia tradicional; aproxima-se, portanto, do conceito de legado ou referencial cultural, na medida em que se nele inserem-se os marcos urbanos não consagrados pelas políticas de preservação do patrimônio, práticas e manifestações sócio-culturais que representam a trajetória de uma comunidade.

São espaços evocadores da historicidade e do desenvolvimento comunitário, em suas múltiplas dimensões, onde se descortinam vozes, silêncios, experiências, conflitos, sensações, cores, que eternizam gerações e permanecem vivos nas subjetividades e nas práticas cotidianas dos seus habitantes e que os (re) constroem permanentemente.

Os lugares de memória enunciam manifestações da cultura material e simbólica definindo-se como lugares impregnados por reminiscências, ressemantizados e transformados pelos segmentos populares. Paralelamente, atuam como demarcadores do sentido de singularidade no confronto com a diferença, mantendo ou fortalecendo a identidade local.

Considerou-se que as identidades culturais estão em constante processo de hibridação, sendo construídas no jogo dialético e dinâmico das relações sociais (CASTELLS, 1999; CANCLINI, 2000; HALL, 2001), no qual o turismo está inserido. O turismo foi entendido como fenômeno sócio-cultural (MOESCH, 2000; BENI, 2002) que, ao revelar para os moradores as especificidades do seu patrimônio cultural, propicia o fortalecimento da cultura e da memória local. Nesse patamar, considerou-se ainda que o aproveitamento do patrimônio cultural pelo turismo deve incorporar as diretrizes da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões – social, economia, ambiental, cultural (SACHS, 1994; RODRÍGUEZ, 1997), a fim de possibilitar o envolvimento da comunidade e a preservação dos marcos urbanos e práticas sócio culturais mantenedoras de sua identidade.

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, utilizando-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo. Para a construção do seu *corpus* teórico, partiu-se de uma concepção semiótica da cultura (GEERTZ, 1997) na

qual os grupos sociais foram compreendidos como seres simbólicos e o seu patrimônio só pode ser compreendido a partir da lógica do sistema cultural que o determina. Assim, as estruturas urbanas construídas na dinâmica social possuem como função fortalecer a memória e a identidade.

Visando a coleta de dados, na pesquisa de campo, realizou-se uma amostra não-probabilística por julgamento e exaustão (DENCKER, 1998). Foram incluídos na amostra os chefes de família ou proprietários responsáveis pelas residências do bairro da Praia Grande, considerando que esses atores são diretamente afetados pelas políticas de preservação do patrimônio cultural.

Enquanto instrumento de coleta de dados, priorizou-se a realização de entrevistas que obedeceram a um roteiro semi-estruturado. Esse roteiro foi composto por dezesseis questões que versavam sobre a existência de marcos urbanos e práticas sócio-culturais com os quais os moradores se identificam e que representam a memória e a identidade do bairro; a visão dos moradores sobre a preservação do patrimônio cultural e sobre as ações de revitalização do bairro pelos órgãos públicos, a percepção sobre a atividade turística desenvolvida na área e a atuação dos moradores na preservação dos lugares de memória.

A coleta de dados efetivou-se nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, durante três dias na semana, segundas, quartas e sextas-feiras, às 08:30 às 11:30 e 14:00hs às 18:00hs, em locais de intenso fluxo de visitantes na área do Centro Histórico de São Luís (Banco do Brasil, Bradesco e Posto do INSS). O contato e a abordagem com os moradores obedeceram ao horário de funcionamento dos estabelecimentos selecionados, perfazendo um total de cinquenta moradores entrevistados.

Ao universo dos administradores públicos – chefe do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, superintendente do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (MA) e secretário Municipal de Turismo, realizou-se uma amostra não probabilística por julgamento, na medida em que esse grupo de informantes está relacionado diretamente à problemática do estudo. As entrevistas semi estruturadas tiveram o objetivo de contextualizar as estratégias de preservação do patrimônio local, sua relação com a atividade turística, assim como sua correspondência aos requisitos da sustentabilidade.

Para o tratamento das informações obtidas, elegeu-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1985), tendo como objetivo identificar as categorias, padrões e relações que emergem dos enunciados dos sujeitos da pesquisa. Tomando por base as recomendações de Appolinário (2009), inicialmente, realizou-se uma leitura sistemática dos conteúdos

fornecidos pelos entrevistados, reduzindo-os a temas e motivos de interesse para o estudo e relacionando-os às categorias pré-estabelecidas durante o processo de investigação. Findas as etapas de transcrição, decodificação e categorização dos dados em unidades de registro, seguiram-se as etapas de análise, interpretação e organização dos dados coletados. Nessa fase, buscou-se identificar e selecionar nos textos das entrevistas os apontamentos considerados significativos por oportunizarem uma compreensão reflexiva e crítica acerca da problemática levantada pela pesquisa.

Essas reflexões fizeram-se presentes ao longo da argumentação desenvolvida, buscando-se, dessa forma, relacionar os enunciados ou a fala dos moradores entrevistados com o aporte teórico que fundamentou o estudo. Para fins de complementação dos procedimentos metodológicos utilizados, identificou-se por meio de fotografias os lugares de memória e a situação atual em que se encontra o acervo arquitetônico do bairro da Praia Grande.

A abordagem realizada foi estruturada da seguinte forma: o capítulo inicial intitulado “Centro Histórico de São Luís, Maranhão: os lugares de memória e o Turismo e Cultural” realizou uma discussão acerca das relações entre a preservação do patrimônio cultural, os lugares de memória identificados pelos moradores e as ações de preservação do patrimônio do bairro da Praia Grande pela iniciativa pública local.

O segundo capítulo, “Praia Grande: espaço urbano e atividade turística” buscou a análise acerca da dinâmica das relações existentes na área, destacando os usos sociais e práticas cotidianas, a apropriação desse espaço urbano pela atividade turística empresarial, e as impressões e posicionamentos dos representantes dos órgãos públicos sobre a preservação do patrimônio local, verificando seu nível de correspondência em relação aos requisitos da sustentabilidade cultural.

A forma como os indivíduos identificam-se com determinadas porções do espaço urbano estabelecendo relações de afetividade, edificando-os como lugares de memória, e a incorporação das dimensões ou variáveis da sustentabilidade no âmbito dos espaços urbanos, tornam-se relevantes na perspectiva de reorientar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Tais premissas possibilitam que as futuras intervenções nos sítios históricos possam efetivamente resgatar, nos espaços inutilizados (ou subutilizados), os conteúdos simbólicos a eles subjacentes, evitando-se a padronização e a cenarização da paisagem urbana e da cultura, possibilitando que a atividade turística se desenvolva concernente às expectativas e anseios da comunidade local.

Considerando o espaço urbano um sistema funcional dotado de organicidade, as ações de planejamento e gestão sustentável do turismo cultural necessitam de alternativas eficazes para promover a integralidade do patrimônio cultural, vivenciado no cotidiano das comunidades, compatibilizando-o com as demandas contemporâneas, com o objetivo de formular e implantar alternativas viáveis para a promoção de um desenvolvimento endógeno e integrado.

Assim, o presente estudo indica uma estratégia de gestão do patrimônio sob a ótica da comunidade e de seus lugares de memória, enquanto alternativa aos modelos excludentes de revitalização do patrimônio cultural, na medida em que tenciona analisar a importância desses espaços para o fortalecimento de grupos sócio-culturais existentes no bairro da Praia Grande.

O planejamento da oferta cultural deve priorizar os grupos sociais construtores do lugar turístico, incorporando os recantos de sua alma, resgatando identidades no sentido de buscar maior integração entre turistas e comunidade, além de possibilitar variadas leituras e interpretações dos bens culturais.

O desenvolvimento de estratégias de valorização dos marcos urbanos referenciais da identidade e da memória propicia o enaltecimento das qualidades ambientais e sócio-culturais de um determinado lugar turístico, conferindo uma urbanidade positiva no mercado e facilitando a compreensão global do visitante em relação à região visitada. No âmbito das relações entre hóspedes e anfitriões, torna-se imprescindível que a população local reconheça a importância e o significado que o patrimônio cultural adquire para a sua identidade e memória social.

Depreende-se que a conjugação entre lugar de memória e turismo cultural pode contribuir para a valorização dos espaços mantenedores da identidade e da memória social e para o enriquecimento da relação entre turistas e residentes, baseando-se na vivência dos elementos representativos da cultura local.

# 1 CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO: TURISMO CULTURAL E LUGARES DE MEMÓRIA

*De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas*

(Ítalo Calvino, Cidades Invisíveis)

O processo de evolução urbana de São Luís, capital do Estado do Maranhão, permite refletir sobre a forma como este respondeu às necessidades sócio-culturais de seus povos formadores e às características ambientais que são inerentes à cidade. A configuração do traçado urbano, bem como das construções assentes na área do Centro Histórico surgiram como resultado da notoriedade econômica vivenciada pela cidade e do entrelaçamento de grupos sociais distintos, os quais permitiram a formação de uma cultura singular.

Com uma área de aproximadamente 220 hectares, o Centro Histórico de São Luís localiza-se no noroeste da Ilha de São Luís, no platô fronteiriço à foz dos rios Anil e Bacanga. Sua formação data do primeiro quartel do século XVII e das construções que foram sendo edificadas a partir da expansão urbana da cidade no decorrer dos séculos XIII, XIX e início do século XX.

Atualmente o Centro Histórico é formado por onze bairros – Praia Grande/ Desterro, Centro, Madre-Deus, Goiabal, Lira, Apicum, Coréia, Vila Passos, Fabril, Diamante e Camboa-, estando inserido em zonas de preservação em nível federal e estadual. O conjunto tombado é formado por cerca de 5.607 imóveis, sendo 978, localizados nos 60 hectares da área de proteção federal e 4.629 imóveis na área de proteção estadual com 160 hectares (Figura 1).

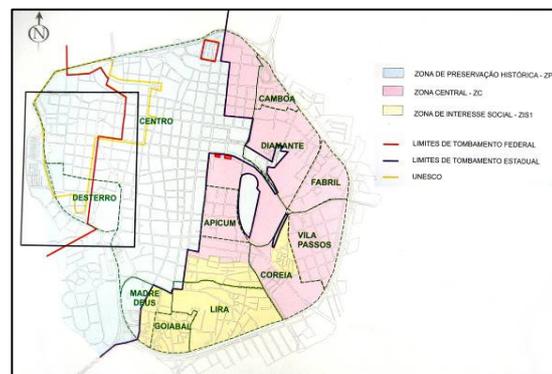


Figura 1- Mapa do Centro Histórico de São Luís.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento - IPLAM/PMSL (1998)

O Centro Histórico de São Luís marca a constituição do núcleo urbano da cidade. Após a expulsão francesa – século XVII – o engenheiro-mor, Francisco Frias de Mesquita, projetou fortificações para assegurar a defesa do sítio recém-conquistado e deixou um plano de urbanização que organizou sua posterior expansão. Até o final desse período, a cidade não apresentava expressividade econômica, situação que será modificada com a instalação da Companhia de Comércio do Maranhão e do Grão Pará e de uma série de transformações promovidas pelo Marquês de Pombal.

Essas transformações iriam dinamizar a economia local e moldar a feitura da cidade e seus arredores. O final do século XVIII e o início do século XIX representaram um período de prosperidade econômica para a cidade de São Luís, decorrente da agricultura mercantil e escravocrata, e da comercialização e exportação de gêneros alimentícios, sobretudo o arroz, algodão e açúcar.

O surgimento da Praia Grande insere-se nesse contexto de florescimento econômico e cultural. O bairro correspondia ao principal núcleo comercial da cidade até o século XIX, devido à sua localização geográfica estratégica. A presença do Porto da Praia Grande e as relações estreitas entre a capital e a Europa propiciaram o desenvolvimento de atividades portuárias e comerciais, o que contribuiu decisivamente para a ocupação do espaço urbano da cidade.

A partir do Porto da Praia Grande, as áreas adjacentes foram sendo povoadas, dando origem às residências e aos estabelecimentos comerciais, consolidando-se, dessa forma, como importante centro de escoamento da produção agrícola:

Transformado em local de trabalho e moradia da camada de alta renda da cidade – personificada nos comerciantes que intermediavam a exportação da produção agrária do interior do Estado para Portugal -, o bairro da Praia Grande vai ser o primeiro núcleo elitizado da cidade, graças a sua proximidade com a porta de entrada e saída das mercadorias e como o centro do poder político – administrativo do Palácio dos Leões. (BURNETT, 2002, p.80).

Durante o período da opulência econômica de São Luís, a Praia Grande presenciou o surgimento de casarões em estilo colonial português, os denominados sobrados ou sobradões, que abrigavam dupla função: residencial e comercial. Destaca-se ainda o uso de azulejos nas fachadas dos prédios, elementos adaptados ao clima tropical, e que passaram a se constituir num dos aspectos mais característicos da arquitetura civil de São Luís.

Com o crescimento da economia, o Centro Histórico passou por um processo de reorganização, com o estabelecimento de códigos de postura e medidas sanitaristas

implantadas pelos gestores da cidade, com o objetivo de disciplinar o processo de expansão urbana, ao tempo em que essas intervenções se propunham a inserir São Luís na modernidade.

A cidade passou a sofrer obras de pavimentação, alargamento das ruas, e demolição de algumas construções no sentido de possibilitar melhorias no tráfego de veículos e bondes elétricos que passaram a ser introduzidos na capital a partir das décadas de 1940 e 1950. Paralelamente, observa-se o surgimento de novas áreas residenciais que foram sendo construídas ao longo daquele espaço urbano.

Com a implantação de um sistema viário no final da década de 60, que passou a circundar todo o Centro Histórico, a expansão urbana deu-se para outras áreas, sobretudo no final do século XIX, quando a cidade passou por um processo de industrialização. Nesse período, assiste-se à decadência da economia, que sustentou a elite e a manteve nos sobrados de luxo da Praia Grande, o que gerou uma mudança na forma de habitação.

Sem recursos para manter os sobrados conservados, e na intenção de fugir de um espaço que passou a ser sinônimo de decadência, as famílias mudaram-se para bairros onde nascia uma nova economia – a de base industrial<sup>1</sup> – e os casarões ficaram abandonados. Contudo, o surto fabril não prosperou e a chegada do século XX para São Luís foi marcada por esperanças e incertezas, devido ao novo regime político republicano, atrelada à crise econômica que enfrentava na lavoura com a abolição do trabalho escravo (RIBEIRO JÚNIOR, 1999).

Enquanto conseqüência desse novo contexto, a área central da cidade foi sofrendo um processo de degradação e abandono dos prédios históricos. Esses foram sendo ocupados por segmentos sociais provenientes de classes marginalizadas, dando origem aos cortiços e às habitações coletivas de feitiço irregular, caracterizadas pela intensa insalubridade nas condições cotidianas de existência. Destaca Corrêa (2003, p.135) que “o abandono dos prédios pelos herdeiros da antiga burguesia comercial maranhense resultou num processo de ocupação popular do sítio histórico”.

A estagnação econômica iniciada no século XX impossibilitou investimentos na capital maranhense, não permitindo uma renovação urbana, o que resultou na preservação do conjunto arquitetônico. A incorporação de determinados marcos simbólicos da ocupação de São Luís à vida contemporânea contribuiu para a inclusão da cidade na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela UNESCO, no ano de dezembro de 1997.

---

<sup>1</sup> O processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís guarda semelhanças em relação a demais cidades históricas que sofreram um processo de enobrecimento de suas áreas centrais, com propostas voltadas para o consumo turístico e cultural, tais como as cidades de Salvador, Bahia e Recife, Pernambuco. Para maior aprofundamento dessa temática, ver Barbosa (2001), Miranda e Santos (2002) e Silva (2004).

Verifica-se que a inclusão de São Luís na lista das cidades-patrimônio segue a conceituação atual de patrimônio, uma vez que não somente a arquitetura, mas outros elementos permitiram à capital tornar-se Patrimônio Cultural da Humanidade. Dentre eles destacam-se:

- Testemunho excepcional de tradição cultural;
- Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana;
- Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época.

O patrimônio cultural enuncia os diferentes modos pelos quais os grupos sociais definiram a sua identidade, diante de várias possibilidades de viver, sentir e agir enquanto membros de uma realidade. A emergência da dimensão imaterial do patrimônio associa-o à concepção de lugar antropológico, uma vez que as diferentes sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas, “o lugar antropológico é a construção simbólica e concreta do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentido de permanência” (AUGÉ, 1994, p.34).

Milton Santos (1996) ao discutir a dimensão material e simbólica do espaço geográfico, define-o como um sistema indissociável de objetos e ações. Na sua visão, o espaço geográfico é constituído por formas, objetos e conteúdos, ou seja, pelo entrelaçamento de elementos fixos, ordenados no decorrer do processo de apropriação humana, e um sistema de relações sociais e legados culturais impressos ao longo dos processos históricos.

Esses elementos assumem determinadas funções que são projetadas pelos grupos sociais mediante suas necessidades e aspirações e as experiências que tecem com o lugar. Assim, os espaços geográficos tornam-se singulares, dinâmicos e abertos a constantes transformações. Nesse sentido, pode-se compreendê-los, ao mesmo tempo, como produto e enquanto processo, reflexo das sociedades, “[...] ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatos altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar” (YÁZIGI, 2004, p. 45).

Com base nessa concepção, o lugar enquanto dimensão do espaço geográfico consiste numa construção social em permanente estado de transformação, onde os diferentes atores interagem entre si, e o resultado ou somatório de tais relações está imbricado de significados. Tais significados equivalem a um aporte referencial de valores, posturas e códigos culturais

que transcendendo a existência concreta, tornam-se elo de ligação dos contemporâneos a um passado socialmente construído, e destarte, portador de uma memória e de uma identidade coletiva.

Acresce-se a essa percepção, o fato do patrimônio significar a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares, “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1988, p.11).

Nesse sentido, o bairro da Praia Grande e seus elementos definidores constituem-se um texto que enuncia a história da cidade e sobre o qual emergem diferentes interpretações por parte daqueles que nele estabelecem vínculos de pertença. Assim, torna-se possível a sua inferência como espaço híbrido, de tempos idos e vindouros, da memória individual e social, lugar turístico e lugar de singularidade, da diferença e da semelhança e, portanto, construtor de identidades.

### **1.1 Lugar de memória e identidade**

As referências urbanas presentes no bairro da Praia Grande demonstram o caráter de permanência dos diferentes testemunhos que propiciaram o desenvolvimento urbano daquele espaço, embora revestidos de novas funções e significados. Nessa perspectiva, o núcleo inicial da cidade apresenta-se como um texto fragmentado, sobreposto por diferentes vozes do passado, e que são acionadas, enquadradas, reelaboradas e transformadas pelos viventes, mediante o dispositivo da memória.

Essas memórias e identidades corporificam-se nos espaços do cotidiano popular, onde os diferentes grupos sociais manifestam suas tradições. O patrimônio cultural da Praia Grande torna-se marco de referências, não apenas físicas, mas, sobretudo culturais, relevante para a construção do espaço geográfico enquanto palco da existência dos atores sociais:

O patrimônio é uma das partes mais visíveis da memória coletiva de uma sociedade, história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo (DIAS, 2006, p.100).

Memória e patrimônio estão inter relacionados, uma vez que ambos, quando acionados, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de

pertencimento a uma determinada cultura e sociedade. A memória, segundo Le Goff (1996), não se refere somente à capacidade humana de reter informações, constituindo-se num processo permanente de seleção e interpretação de determinadas lembranças de fatos e acontecimentos passados.

A memória está relacionada intimamente às experiências em sociedade, sendo reelaborada no presente, como fio condutor das tramas de relações que envolvem as subjetividades dos diferentes grupos sociais, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1996, p. 476).

O patrimônio cultural oferece aos viventes a possibilidade de perceberem a sua origem, de seus familiares e antepassados, ou seja, o patrimônio como representação da memória vincula os indivíduos a experiências pessoais marcantes e indelévels, que caracterizam a sua trajetória de vida. “No decorrer de sua história, toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação, ou em virtude de algum acontecimento” (BALANDIER, 1980, p.11).

Segundo Oriá (1998) por intermédio da memória os moradores podem reconstruir suas histórias, melhor situar-se nos espaços urbanos, reconhecendo-se neles enquanto sujeitos históricos, e percebendo na fisionomia da cidade as suas próprias experiências. Observa-se a importância das estruturas urbanas e arquitetônicas enquanto suportes de identidade e de reconhecimento de uma cultura produzida e que sofre constantes processos de recriação cultural e ressignificações. Conforme assinala Carlos (2001, p.217):

A memória articula espaço e tempo com base na experiência vivida em determinado lugar. Nesse sentido a construção do lugar se revela, fundamentalmente, como construção de uma identidade. A memória liga-se, decididamente, a um lugar, uso, ao um ritmo, logo, a uma relação espaço temporal, e não apenas a uma incursão no tempo – lugar e memória são indissociáveis.

Através das feições urbanísticas, dos monumentos, casarões e prédios históricos, compreendem-se as relações sociais que se encerram nos espaços urbanos, ou seja, as experiências coletivas e pessoais que definem o envolvimento subjetivo entre homem e meio ambiente físico, por um lado, e do outro, entre o homem e a identidade. Para Castells (1999, p.23), a identidade é um processo social, sendo definida como “fontes de significados e experiências construídas [...] a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições de poder e revelações de cunho religioso”. Tais significações são

constantemente remodeladas e construídas, isto é, obedecem a processos de seleção e apropriação por parte dos grupos sociais, de acordo com determinado momento ou contexto histórico.

Segundo Hall (2000, p.108), a identidade cultural manifesta-se na relação com membros de culturas diversas e, por isso, sofrendo processos de enriquecimento a partir das múltiplas possibilidades de vinculação do indivíduo enquanto agente integrante de um contexto social e cultural específico. O autor argumenta ainda que na pós-modernidade as identidades tornam-se móveis, fluidas, não apresentando contornos ou matizes definitivos:

[...] as identidades não são nunca unificadas, que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas à uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Assim, ao revisitar o conceito de identidade, o autor propõe a utilização do conceito de identificação no sentido de caracterizar a formação do sujeito, “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, “mas nunca um ajuste completo, uma totalidade” (HALL, 2000, p.106), ou seja, ao longo de sua constituição, os indivíduos são interpelados por diferentes práticas discursivas, compartilhando com outros grupos sociais características e elementos culturais de forma fluida e instável.

A identificação pressupõe a diluição de fronteiras entre as identidades, a existência de pontos de interstícios e de deslocamento entre os diferentes sistemas culturais. Assim, os indivíduos estabelecem determinados elementos que são apreendidos como traços distintivos de sua cultura, os quais se tornam alicerce para a construção das identidades. Na contemporaneidade, as identidades tornam-se cada vez mais compartilhadas, sofrendo constantes processos de hibridismo cultural, o que resulta na formação de indivíduos traduzidos, que assumem diferentes posições ou referências identitárias (CANCLINI, 2000).

Na busca pela afirmação de memórias diversificadas e plurais, estendem-se ao campo patrimonial os lugares e manifestações inseridos no cotidiano das comunidades, identificados e reconhecidos pelos atores sociais como seu patrimônio. Esses espaços de interação coletiva, apropriados material e simbolicamente pelos atores locais, tornam-se significativos por cristalizarem fatos ou acontecimentos pessoais, podendo vincular-se à infância, às atividades corriqueiras, aos encontros sociais ou religiosos. Na visão de Gastal (2002, p.77):

As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

Segundo Nora (1993), os lugares de memória caracterizam-se por serem dialeticamente materiais, simbólicos e funcionais, relacionando-os aos espaços institucionalizados, tais como centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, e às celebrações coletivas- festas, comemorações - que permitem a reatualização de fatos e acontecimentos, e através dos quais a história se legitima.

O referido autor identifica-os enquanto espaços impregnados por um forte conteúdo simbólico e de referências culturais, elos de continuidade em relação a um passado socialmente construído, sendo aportes de referências culturais. Considerando que as lembranças precisam de elementos que permitam a sua rememoração, torna-se válida a associação entre patrimônio cultural- histórico-arquitetônico ou imaterial- e lugar de memória, uma vez que este se torna referência para uma comunidade. O patrimônio cultural torna-se importante fonte de interpretação da memória, do passado e do presente, e contribuiu para o revigoramento da identidade local, regional e nacional.

Ampliando essa discussão, Berdoulay (2007) evidencia as relações intrínsecas existentes entre as dimensões espaciais do lugar, corporificadas e objetivadas, e a sua face imaterial ou intangível. Compreende o lugar de memória como espaço *in situ*, isto é material, construído e edificado ao longo das relações sociais, e *in visu*, posto que surge também no plano mental ou subjetivo.

Nesse sentido, o espaço geográfico como lugar de memória constrói-se a partir das experiências cognitivas, das significações, dos imaginários e das subjetividades dos diferentes grupos sociais. Trata-se de um espaço de interação, carregado por um forte sentimento de territorialidade, apropriado física e espiritualmente por um determinado grupo social, “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo (GASTAL, 2002, p.77).

Tendo como eixo norteador as relações entre cidade, memória e patrimônio cultural, tornou-se possível, a partir das entrevistas qualitativas realizadas com os moradores do bairro da Praia Grande, estabelecer as relações entre o passado da urbe colonial, preservado e reatualizado, e os liames afetivos que possibilitam aos moradores identificar-se com determinadas porções do bairro, “são as pessoas que dão sentido aos espaços, inserem neles

suas histórias e suas *performances* com base em diferentes posições de sujeito” (SANTOS, 2009, p.121).

Na perspectiva dos moradores entrevistados, a Praia Grande não representa apenas o marco da evolução da cidade de São Luís, mas adquire um significado especial por ser o local onde são tecidas as diferentes relações sócio-culturais, e onde se situam os lugares de convívio, do comércio, das festas sagradas e profanas, e das interações turísticas. Emerge também como cenário de disputas pela moradia, pela preservação das tradições e pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerando-se que “nem todos os grupos locais de uma mesma cidade ‘enquadram’, com as mesmas características sua relação com o passado e, a partir dela, suas representações sobre o que legitimam como lugares da memória” (LACARRIEU, 1999, p.139), constata-se que os locais que cristalizam a memória de fatos e acontecimentos pessoais ou coletivos tornam-se referenciais culturais mais ou menos significativos para os residentes ao longo de sua experiência no lugar.

Na contemporaneidade as referências que mantêm o indivíduo vinculado ao seu local de origem não se tornam permanentes, são fluidas, alargadas (HALL, 2001). Mediante a globalização, os indivíduos identificam-se simbólica e afetivamente com diversos lugares, “e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade” (HAESBAERT, 2002, p. 131).

Isso significa afirmar que os lugares de memória são produzidos e reelaborados de acordo com a posição social do sujeito num determinado contexto ou momento histórico. Obedecem ainda a estados de transitoriedade, vinculados às próprias relações que os grupos sociais estabelecem com o tempo e o espaço. Em relação aos marcos urbanos e práticas sócio-culturais com os quais os moradores se identificam, foram citados em ordem de importância a Igreja do Desterro, o Convento das Mercês, a Praça Nauro Machado, a Feira da Praia Grande, o Bumba-meu-boi e o Tambor de Crioula.

Há, em todas as sociedades, lugares considerados sagrados, onde os indivíduos manifestam suas crenças e tradições, e por meio dos quais determinados grupos sociais ligam-se ao universo simbólico ou transcendente, fortalecendo suas ligações com os santos ou entidades cultuadas, e reafirmando a sua fé no sagrado. Na concepção de Velame (2009, p.02):

[...] todo espaço sagrado implica em uma hierofania, irrupção ou manifestação do sagrado no mundo, que possui como consequência destacar um território cósmico que o envolve e torná-lo qualitativamente diferente. O sagrado ocorre porque existe o profano. Os dois só existem em suas relações e eles se relacionam não de maneira

polarizada ou dicotômica, mas sim de forma simultânea, coexistente, se conectam ao mesmo tempo, acontecem em um mesmo instante.

No campo das relações terrenas, os santuários, os templos religiosos, as casas de culto afro, e demais construções que expressam a religiosidade de um lugar, detém fortes vínculos com o cotidiano das comunidades onde se situam e tornam importantes instrumentos de formação social e identitária. Considerada pela historiografia local como sendo um dos primeiros templos erigidos no Maranhão, a Igreja de São José do Desterro (Figura 2) remonta ao século XVII. Durante a invasão holandesa no Maranhão, em 1640, foi destruída e posteriormente reconstruída na primeira metade do século XIX por iniciativa dos moradores da comunidade do Desterro.



Figura 2- Igreja do Desterro.  
Fonte: Acervo da autora (2008).

Esse fato, presente na memória popular, conforme observado em alguns relatos pode ter contribuído para uma maior identificação e sentimento de pertença dos moradores entrevistados em relação a esse templo religioso, embora existam outras igrejas próximas ao bairro da Praia Grande.

Lugar simbólico, o processo de reconstrução da Igreja pela iniciativa popular fez-se presente na memória dos moradores, posto que a ela se reportaram como ícone de afirmação da religiosidade popular em relação à tentativa de imposição de novos valores e práticas sócio-culturais presentes no projeto de dominação holandesa do século XVII, de acordo com a seguinte informação verbal: A Igreja é especial porque faz parte da nossa história, nossos antepassados a construíram, os devotos que fizeram com que ela não desaparecesse, é por isso que freqüento a igreja<sup>2</sup>. Trata-se de um símbolo da historicidade constituída e reconstruída

---

<sup>2</sup> Luís Augusto Pereira. Feirante, 63 anos, morador da Praia Grande há 30 anos.

permanentemente pelos grupos sociais - face à aceleração do tempo histórico e às vicissitudes humanas.

Os moradores costumam frequentar a Igreja do Desterro para participar de cultos e festas religiosas, para as orações, ou simplesmente pela tranquilidade do templo religioso ou para a contemplação de seus elementos construtivos singulares: A Igreja do Desterro é símbolo da fé que movimenta as pessoas do bairro, lá a gente encontra a paz, a força para tocar nossa vida, ficamos mais perto de Deus e ele ora por nós;<sup>3</sup> participo das festas religiosas, dos cultos, das comemorações e louvores aos santos, aqui no bairro tem muito devotos.<sup>4</sup>

A Igreja do Desterro, patrimônio material e espiritual para os moradores é entendida como lugar sagrado, repleto de simbologias e representações acerca da memória e das tradições locais. Inscrevendo-se no campo do simbólico e do sensível, adquire a função de articular ou mobilizar a comunidade do Centro Histórico, em torno de práticas de sociabilidade e reciprocidade culturais específicas:

Os pertences, parentes, amigos e a base territorial experienciada fazem parte do acervo íntimo do indivíduo. Pausa, movimento e morada conferem ao mundo vivido a distinção do lugar. As experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformam os espaços em lugares, carregam em si experiência, logo, poesia, emoção. Sensação de paz e segurança dos indivíduos que estão entre os “seus”, tem uma conotação de pertinência por pertencer à pessoa e esta a ele, o que confere uma identidade mútua, particular aos indivíduos (MELLO, 1997, p.94).

Assim, a Igreja do Desterro torna-se elo dos contemporâneos a seus antepassados, espaço de interação dos indivíduos com a sua dimensão espiritual, e de vivência, posto que se associa às experiências cotidianas dos moradores. O templo religioso detém, assim, um valor cognitivo e formal, acrescido dos valores de afetividade e de uso (GASTAL, 2002), sendo definido como espaço de produção e circulação de tradições ritualísticas, e de manifestações culturais no eixo Praia Grande- Desterro.

A própria localização da Igreja do Desterro permite apreendê-la enquanto lugar complexo, ao carregar determinados símbolos e significados - presentes nas subjetividades dos atores comunitários, nas festas, ritos e cultos religiosos - e possuir, muitas vezes, uma função de mediar conflitos que se operam no âmbito das interações comunitárias.

Símbolo posicionado na área central do Desterro, ao redor do qual foram sendo edificadas as construções de caráter popular, sua área de atuação ou de influência transcende as fronteiras físicas e espaciais do patrimônio edificado, estendendo-se ao campo do privado,

---

<sup>3</sup> Francisca Ferreira. Desempregada, mora na Praia Grande há 15 anos.

<sup>4</sup> Danilo Souza Campos. Comerciante, 33 anos.

das relações familiares, e inserindo-se nos problemas sociais vivenciados pelos moradores da Praia Grande.

Por meio desta edificação religiosa, são acrescidas e fortalecidas as relações entre familiares, vizinhos, membros da associação dos moradores do bairro da Praia Grande e do Desterro e visitantes. Conforme expressa a informação verbal: A Igreja do Desterro é lugar de oração, onde a gente se sente seguro e mais perto de Deus, se energiza para enfrentar as batalhas da vida. Onde a comunidade se reúne, sente-se fortalecida, os laços entre nós da comunidade se tornam mais fortes. Além de ser a primeira Igreja, e diferente das outras, tem uma importância histórica, sabe [...] é motivo de orgulho. Tem também a Escola de Música que sempre que pode se apresenta durante as missas e também ajuda a afastar os mais jovens da droga e da prostituição.<sup>5</sup>

Este depoimento revela que os moradores sentem-se emocionalmente seguros pela presença da Igreja enquanto ambiente acolhedor e instrumento de socialização dos jovens da comunidade. Acresce-se a essa constatação o fato da Igreja do Desterro servir de suporte para o desenvolvimento de práticas individuais e coletivas, e de determinados usos sociais que são realizados pelos moradores no Largo do Desterro.

Nesse espaço, convergem não apenas as celebrações conduzidas pelos párocos, tais como festejos, missas e procissões em homenagens aos santos, mas também as atividades lúdicas, os jogos e brincadeiras populares, as festas profanas. Os moradores apropriaram-se do entorno do bem patrimonial de maneira diversa, dinâmica e heterogênea.

A Igreja do Desterro ao revelar-se como fonte de resistência popular, de expressão de valores e atividades espirituais, de formação e exercício da cidadania, torna-se um patrimônio móvel, descortinando subjetividades e traduzindo-se em articulador de diferentes vozes, histórias e memórias. Torna-se, portanto, monumento e documento, de importância histórica, social e cultural para a comunidade. Reorganiza o passado colonial do eixo Praia Grande-Desterro, refuncionalizando-o como elemento de continuidade espaço-temporal e sócio-cultural.

Assim, a Igreja do Desterro configura-se como lugar polissêmico, de confluência de diversos atores da comunidade e exterior a ela, tornando-se significativa para a compreensão da dinâmica do espaço urbano da Praia Grande não apenas pela sua presença física, material, construção e obra da engenharia comunitária, mas por se constituir num espaço praticado, de congregamento popular. Dessa forma, sua importância reside nos significados conferidos

---

<sup>5</sup> Luís Augusto Pereira. Feirante, 63 anos morador da Praia Grande há 30 anos.

pelos moradores, na medida em que são as experiências culturais que envolvem a “alma dos objetos” (SILVEIRA; FILHO, 2005), tornando-os portadores de referências identitárias.

Conforme exposto anteriormente, a arquitetura de uma cidade é constituída não somente pelos elementos fixos, estacionários, mas pelo conjunto de práticas sociais que a ela se agregam e pelos diferentes tipos de afinidades estabelecidas entre os diversos grupos sociais e os lugares de seu cotidiano, os quais se traduzem em laços de afeto em relação aos espaços vividos e compartilhados.

A compreensão da cidade como espaço urbano de criação coletiva, produto e processo, abrange também uma análise acerca daquelas porções do urbano que se descortinam como testemunhos de um passado em estreita relação com o presente. O largo da Igreja, a praça, as escadarias, os mirantes, os becos, as ruas, denotam sentido e significado memorialístico para a comunidade, tornando-se patrimônios afetivos (MARTINS, 2004).

Estando voltados para as demandas das sociedades contemporâneas, esses patrimônios afetivos assumem uma posição de continuidade no tempo e no espaço, e em alguns casos, são reconfigurados, tornando-se vetores para a expressão de novos valores e significados culturais presentes nas sociedades, porém, mantendo as suas especificidades históricas e arquitetônicas. Pellegrino (2002, p.01) conceitua os lugares referenciais como sendo:

[...] objetos no espaço definidos como materialidades e práticas culturais que, ao serem contemplados e despertarem a reflexão, destacam-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações populares, por mediarem distintos fatos históricos ou por representarem heranças técnicas, estéticas e culturais de temporalidades passadas.

A concepção de lugares referenciais indicada por Pellegrino (2002) segue a perspectiva dos lugares de memória proposta por Nora (1993). Determinados marcos da cidade tornam-se símbolos, referências para a comunidade, apresentando a função de ativar a lembrança dos moradores acerca de determinados fatos ou acontecimentos existentes na história da cidade, ao tempo em que promovem novas articulações com o presente.

Transformados em lugares referenciais ou lugares de memória, tornam-se verdadeiros guardiões das relações materiais e imateriais que determinados grupos de uma sociedade julgam ser relevantes para a compreensão de sua própria trajetória cultural. Próximo à Igreja do Desterro situa-se o Convento das Mercês, fundado em 1654 pelos padres Mercedários (Figura 3). Ao longo do século XIX, transformou-se em sede do corpo dos bombeiros e quartel da polícia militar. Na atualidade, o Convento possui uma função museal, de salvaguarda da memória histórica de fatos e acontecimentos, uma vez que abriga a Fundação

da Memória Republicana. Além da exposição de acervo referente ao período nesse local são realizadas exposições, mostras e atividades culturais.



Figura 3- Convento das Mercês.  
Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (2008).

Os entrevistados que indicaram o Convento das Mercês como local de significância histórica e cultural fizeram-no por relacioná-lo restritamente à manifestação cultural bumba-meu-boi e ao evento Vale Festejar. A sua função, enquanto prédio de manifestação da fé católica, não se reatualizou na fala dos moradores entrevistados. O patrimônio arquitetônico não foi lembrado, nem a sua função atual de abrigar mostras e exposições de caráter cultural. Nesse sentido, ocorreu uma supressão da memória religiosa e da história da construção do Convento nas lembranças indicadas pelos moradores, as quais foram contextualizadas no tempo vivido, tendo como marco simbólico o Vale Festejar. Desse modo, a noção de patrimônio cultural também se traduz nas manifestações populares, ou seja, “a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos” (CANCLINI, 1999, p.99).

O referido evento consiste numa estratégia de valorização do patrimônio cultural promovida pelo Governo do Estado em parceria com a iniciativa privada, de acordo com as informações verbais concedidas pelos moradores: O Convento é referência para a cultura, porque muitas brincadeiras se apresentam por lá, eu costumo assistir às apresentações do boi no Vale Festejar<sup>6</sup>; Costumo ir para o Convento na época do Vale Festejar que é quando o boi se apresenta para a comunidade, com muito brilho, um espetáculo também para quem vem de

<sup>6</sup> Marinalva Silva. Professora e artesã, 63 anos, moradora da Praia Grande há 06 anos.

fora, os turistas<sup>7</sup>; O Vale Festejar deu mais vida pro bairro, o Convento também por que se tornou mais importante para nós por conta das apresentações da cultura<sup>8</sup>.

Os lugares de memória são definidos como espaços simbólicos onde a memória dos segmentos populares encontra-se enraizada, e podem ser caracterizados como sítios de pertencimento, destacando-se nos espaços urbanos por se vincularem estreitamente ao legado ou à herança cultural de uma comunidade. Tornam-se reveladores de vivências, crenças, ritos, rituais, celebrações, costumes e estilos de vida dessas comunidades, “os sítios apresentam, com efeito, esta extensão imbricada que os tornam, apesar de seu caráter único, entidades plurais que vivem da diversidade circundante” (ZAOUAL, 2006, p.37).

O Vale Festejar é realizado anualmente no Convento das Mercês durante os meses de julho e agosto, períodos de alta estação em que se evidencia um intenso fluxo de turistas e visitantes na cidade. Trata-se de um prolongamento das festividades juninas caracterizado por apresentações performáticas da cultura popular para a comunidade local e grupos de visitantes (Figura 4).

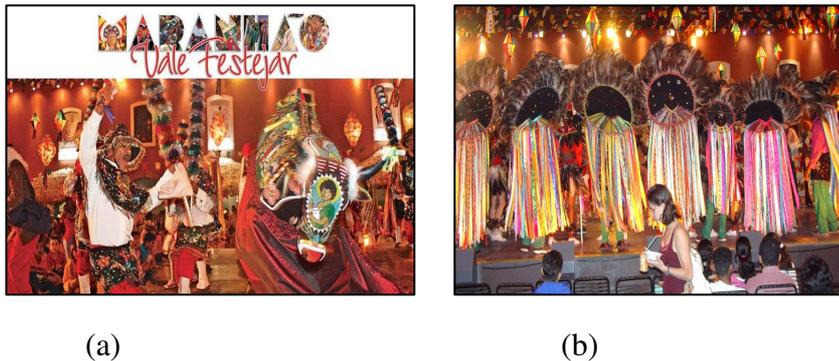


Figura 4- Folder do evento Vale Festejar (a) e apresentação de grupo de bumba-meu-boi (b) no Convento das Mercês.

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (2008).

Durante o evento destacam-se as encenações de grupos de Bumba-meu-boi, num período que não corresponde ao ciclo ritualístico dessa manifestação. Caracteriza pela capacidade de mobilização e participação comunitária, no bumba-meu-boi sobressaem-se formas distintas de expressão da identidade local, reveladas na diversidade de sotaques, ritmos, toadas e personagens que se apresentam nos terreiros e nos espaços públicos da cidade durante os festejos juninos.

<sup>7</sup> Geraldo Souza Costa. Funcionário público, morador há 03 anos.

<sup>8</sup> Márcia Silveira. Comerciante, 36 anos, moradora há 20 anos.

A estruturação daquele espaço vincula-se à necessidade de captação de fluxos de visitantes, estendendo o período de alta estação da cidade, e permitindo aos turistas o acesso aos elementos da cultura local. Dentre os objetivos propostos pelo evento, destaca-se sua potencialidade de gerar benefícios econômicos e sociais para a comunidade, enquanto agente participe da manifestação.

Durante a sua realização, observa-se um crescente processo de estetização da brincadeira, com o distanciamento dos brincantes em relação aos espectadores, o apelo visual e performático dos grupos folclóricos, e a criação de um cenário normatizado, onde se sobressaem a passividade do público e o seu olhar direcionado aos elementos diferenciadores do espetáculo foco de apreciação:

Nas festas, as lentes dos turistas [...] são atraídas, também, por personagens, alegorias, fantasias, excentricidades, ou seja, elementos visuais, característicos da sociedade moderna, [...] tornando-se um atrativo para as pessoas de fora, sendo a imagem um dos elementos fundamentais impulsionadores da cultura de consumo (ROSA, 2002, p.35).

Assim, a tradição cultural incorpora-se ao consumo turístico, provocando mudanças na forma de apresentação do bumba-meu-boi, num lugar constante de negociação dos seus elementos originários para atender aos anseios dos visitantes. Ao longo do Vale Festejar reatualiza-se a devoção, na medida em que são agregados novos estilos na forma de apresentação dos grupos folclóricos, ressaltando-se os aspectos de padronização dos instrumentos e das coreografias, redução de personagens, conferindo uma apresentação sistemática e nitidamente comercial.

Diante da intensificação dos processos culturais, do descentramento identitário e da comercialização de signos, imagens e representações no mercado de consumo, as práticas sociais são revisitadas e reelaboram seus significados, estabelecendo novas formas de expressão da identidade que convivem dialeticamente com produções culturais emergentes destinadas ao usufruto dos visitantes, “as culturas supostamente em desaparecimento, estão presentes, ativas, vibrantes, inventivas em todas as direções, reinventando o seu passado” (SAHLINS, 1997, p. 52).

Na visão de Canclini (2000), a pós-modernidade caracteriza-se pela existência de culturas híbridas, isto é, traduzidas, pertencentes a vários sistemas culturais e que estabelecem com eles trocas de elementos, informações e tecnologias, dando origem a produções multiculturais. Em consequência, o patrimônio cultural – material e intangível-, também corporifica as diferentes formas de tradução e ressignificações das identidades.

As experiências humanas, associadas aos lugares, tecem as relações entre a memória individual e a memória coletiva. Nesse patamar, os lugares de memória são espaços destinados ao uso, à preservação, e a transmissão de uma determinada herança cultural. Compreende-se, a partir desses enunciados, que os lugares de memória não são estáticos, estanques,

[...] mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel [...] e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p.22).

Decorre dessa afirmação que os lugares de memória materializam a veleidade dos processos históricos e as vicissitudes dos diferentes agentes e, enquanto construção social abrangem sucessivos mecanismos de atualização das identidades, considerando o processo de fragmentação ou descentramento identitário que caracteriza as sociedades contemporâneas.

Os lugares de memória consistem na materialização das práticas sociais, dos saberes e fazeres tradicionais. O Convento das Mercês desempenha essa função junto aos moradores, ao ser simbolizado como suporte para a reafirmação do bumba-meu-boi como elemento identitário, embora apresentando no presente novas significações.

Ao estabelecer relações entre memória individual e a sociedade, Bosi (1994) tece uma análise sobre os “quadros sociais da memória”, assinalando que as diferentes memórias estão enraizadas numa multiplicidade de espaços, paisagens e lugares, tais como a casa, o quintal, o fragmento de uma rua ou de um bairro, os quais entrelaçam memórias pessoais, individuais, com a memória do *corpus* social.

Deslocando-se do campo do privado e do particular, as diferentes memórias enraízam-se nos tecidos urbanos, como parte indissociável das lembranças dos moradores: “as recordações não vivem só nas pessoas, mas também na casa, onde dormimos, o que comemos, uma paisagem vista [...]. Como tudo isso vive, nos transporta ao passado, fazendo emergir todo o presente” (MIGUEL, 1981, p.58).

Dessa forma, os espaços de vivência e de convivência presentes nas áreas urbanas apresentam-se, em alguns casos, como a extensão da casa, do lar habitual. Por meio deles podem ser reestabelecidos ou intensificados os laços familiares e sociais. No âmbito da dinâmica dos espaços urbanos, a praça pública refere-se ao “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, 2000, p. 102).

Assim, a praça enquanto lugar público emerge como local coletivo, de circulação de pessoas e de fluxos, de sociabilidades, podendo ligar ruas, bairros, e possui a função de manter a ambiência de uma determinada área, propiciando aos moradores e transeuntes os valores de sensibilidade estética, busca do equilíbrio físico, psicológico ou emocional, e de fruição das paisagens natural e urbana. Essas construções produzem, assim, um sentimento de identificação, por relacionar-se aos percursos diários e às experiências de lazer e convívio social.

Além de orientar e unir determinados itinerários ou trajetos no bairro, os espaços públicos acompanham a dinamicidade urbana e as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, contribuindo para a formação da imagem da cidade entre os seus habitantes e visitantes. “O objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida” (SILVEIRA; FILHO, 2005, p.40).

Construída em 1982 e inicialmente denominada Praça da Praia Grande, a Praça Nauro Machado (Figura 5) foi um lugar escolhido pelos moradores em virtude de sua localização privilegiada, da sua ambiência, e por servir de suporte para a realização de passeios, encontros e conversas entre amigos, de acordo com as seguintes informações verbais: a Praça Nauro Machado representa o cartão postal do Reviver<sup>9</sup>, é um local de tranqüilidade, onde venho com meus filhos e netos e posso observar a paisagem do bairro<sup>10</sup>. Gosto de passear na praça, ela agora está arborizada, as crianças se divertem e quando tem *show*, aí a praça vira confraternização, principalmente nos finais de semana.<sup>11</sup>



(a)



(b)

Figura 5- Praça Nauro Machado (a) e estrutura (b) para shows de cultura popular.  
Fonte: Acervo da autora (2010).

<sup>9</sup> Carlos Pereira Sousa. Vigilante, 37 anos.

<sup>10</sup> Francisco dos Santos. Aposentado, 70 anos, morador há 50 anos.

<sup>11</sup> Regina Lima. Mora há 40 anos na Praia Grande contabilista

O cidadão, ao apropriar-se de um lugar, produz sempre um processo de identificação. As transformações operadas pelos diferentes grupos sociais inscrevem-se no lugar, imprimindo-lhe um sentido de pertença e de identidade (TUAN, 1980). Ao reportarem-se à Praça Nauro Machado, os moradores associaram-na à sua vida cotidiana, expressa na diversidade de formas de apropriação, uso e percepção desse local enquanto lugar de frequentação e de relação.

Além de se constituir lugar de lazer, descanso e contemplação, a Praça, sobretudo nos finais de semana, é utilizada para a realização de *shows* de cultura popular e feiras de artesanato. Muitos moradores destacaram a importância das apresentações culturais promovidas na praça para a dinamização econômica do bairro e para a valorização das tradições populares. De acordo com a seguinte informação verbal: Para mim a Praça Nauro Machado é um lugar prazeroso, onde posso estar tranquilamente com a minha família, lá as crianças brincam, tem um lugar amplo para se divertir, passear. Principalmente quando tem apresentações culturais, eventos, aí a gente participa porque gosta da cultura, de ver gente, movimento e agitação na Praia Grande.<sup>12</sup>

Por intermédio desses depoimentos, observa-se que a praça configura-se como uma intercessão entre os diferentes atores sociais, tornando-se um espaço público multifuncional, onde são desenvolvidas práticas associativas, de lazer e de entretenimento. Lugar de memória repleto de significações coletivas, históricas, vivenciais e psicológicas.

Assim, enquanto lugar, a Praça Nauro Machado é sentida, pensada e vivida pelos moradores do bairro da Praia Grande, equivalendo ao “[...] espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso [...]” (CARLOS, 1996, p.69).

Os patrimônios culturais configuram-se materialidades e subjetividades que se manifestam nos espaços comunitários, por meio dos quais se evocam memórias e identidades plurais. Nesse sentido, as feiras e mercados populares, além de se constituírem remanescentes de um legado cultural, tornam-se espaços reatualizados no presente, estando intrinsecamente relacionados às demandas das sociedades contemporâneas, nas quais se inserem o comércio, o lazer e o turismo.

Suas origens remontam à Idade Média, ao organizarem a produção econômica, e em alguns casos, contribuir para o processo de ocupação das regiões. Ao longo do tempo estes foram se adequando às características de modernização e industrialização das diferentes

---

<sup>12</sup>João Batista Gomes Paiva. Banceiros, 49 anos. Vive na Praia Grande há 31 anos.

sociedades. Entretanto, apesar das modificações sociais, econômicas e culturais, as feiras e mercados populares ainda subsistem mantendo a sua função de intercâmbio e troca de mercadorias, de bens materiais e simbólicos De acordo com Braudel (1996, p.12):

(O mercado) mesmo elementar é o lugar predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida “encerrada”... O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. É vir à tona [...] se multiplicam, tornando-se a sociedade, no fim do caminho, uma sociedade de mercado generalizado.

Ampliando essa concepção, as feiras e mercados populares podem ser entendidos como espaços tecidos por uma rede de relações sociais e de práticas culturais, por onde transitam diferentes histórias, enredos e personagens. Representam, assim, a dupla formação dos espaços geográficos da qual nos fala Milton Santos (1996).

#### 1.1.1 A Feira da Praia Grande: usos e cotidiano de um mercado popular

Outro lugar de memória é a Feira da Praia Grande ou Casa das Tulhas, que revela múltiplos personagens, dentre os quais se destacam comerciantes, consumidores, turistas e moradores (Figura 6). Construída em 1820 sob a designação de Terreiro Público, o espaço consistia num importante entreposto comercial, local de depósito e distribuição de mercadorias que eram trazidas para a cidade de São Luís através do Porto da Praia Grande.

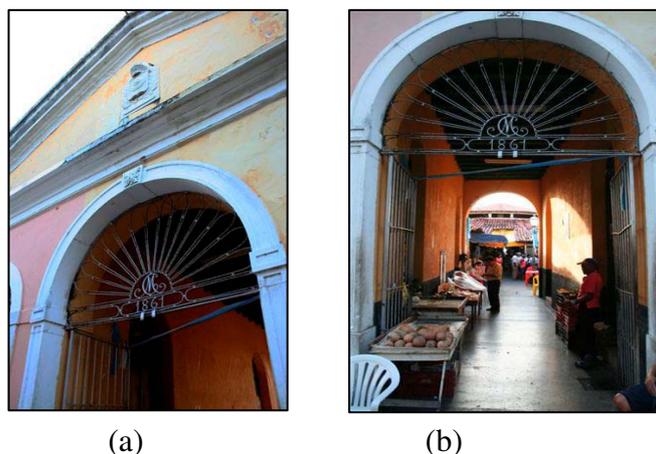


Figura 6- Detalhe da entrada principal da Feira da Praia Grande (a) e banca de ervas e frutas (b) posicionadas ao longo do corredor.

Fonte: CORTÊS (2007).

A atual Feira da Praia Grande localiza-se na área central do bairro, na antiga Praça do Comércio. Constitui-se num quarteirão formado por lojas de artesanato, bares e restaurantes e o seu acesso pode ser realizado pelas quatro ruas que cercam a Feira. Sua importância remonta à própria história do bairro, uma vez que ao redor desse estabelecimento comercial foram sendo construídos os sobrados, armazéns e casas comerciais ao longo do antigo Porto que deu origem à Praia Grande. Conforme retrata Ribeiro Júnior (1999, p.62):

Instalaram-se, ao longo do último quartel dos setecentos e mais preponderantemente por toda a primeira metade dos oitocentos, grandes casas comerciais exportadoras /importadoras, hegemônicas, no início, por portugueses e ingleses [...] é neste período que começaram a emergir casarões e sobrados azulejados, marcando com traços barrocos a arquitetura local, onde os ricos fazendeiros e os faustos comerciantes residiam, pondo à mostra a pujança econômica de então.

Diante da perda da importância econômica do Centro Histórico e do seu relativo abandono ao longo do século XIX, a Feira da Praia Grande também sofreu um processo de decadência, a partir do surgimento de novas áreas que se apresentavam como oportunidades de negócios face ao declínio da agricultura mercantil. Em 1947, o poder municipal vendeu o espaço para terceiros, ocorrendo um processo de divisão em boxes que passaram a ser utilizados por diversos segmentos sociais, tais como marinheiros estivadores, e pequenos comerciantes.

Assim, a Feira manteve sua função original no decorrer dos anos. Atualmente, em sua parte externa verifica-se a presença de lojas de artesanato, vestuário e mercadorias diversas; no seu interior, podem ser encontrados boxes, bancas e barracas onde os feirantes expõem e comercializam diversos produtos e artigos regionais, tais como camarão seco, farinha, tiquira<sup>13</sup>, raízes, temperos, verduras, e *souvenirs* diversos (Figura 7).

---

<sup>13</sup> Tiquira é o nome dado a uma bebida artesanal produzida à base de mandioca, comum no interior do Estado do Maranhão.



Figura 7- Boxes da Feira da Praia Grande (a) e produtos (b) comercializados.  
Fonte: (CÔRTEZ, 2007).

Podem ser encontrados ainda produtos característicos da religião afro-maranhense, tais como velas, imagens de santos, defumadores; além de ervas medicinais que são expostas a venda com o propósito de combater ou aliviar o sintoma de determinadas enfermidades. A presença de bares, restaurantes e lanchonetes promovem e valorizam a gastronomia regional, com destaque para pratos e comidas típicas da capital e do interior do Estado, fato que atesta a singularidade deste lugar: Estar na Praia Grande e não visitar a Casa das Tulhas é como se você não tivesse estado aqui. A Feira tem de tudo um pouco: bebida, comida, gente, dança, aí tem um pouco do que eu sou como pessoa, comerciante. Faz parte da minha vida.<sup>14</sup>

Os moradores entrevistados consideraram o local importante por ter contribuído para o desenvolvimento e consolidação da Praia Grande, pela função econômica assumida em tempos passados e, sobretudo, pela sua diversidade cultural, expressa nos produtos comercializados, nos personagens e festas populares que o local abriga: Dos lugares da Praia Grande, a Feira para mim é a mais importante. Daqui, muitas pessoas tiram o seu sustento e é uma das poucas alternativas que a comunidade tem para o seu lazer, gosto da feira, é como se eu estivesse em casa.<sup>15</sup>

A Feira da Praia Grande é entendida como local de encontro casual, que se reporta à atmosfera boêmia de tempos passados. Lugar para onde convergem, de forma corriqueira e habitual, os diferentes atores sociais, seja para discutir questões relacionadas à economia e a política da cidade, seja para fins de comemorações e reencontros entre amigos e conhecidos. De acordo com a informação verbal do seguinte morador: A Feira da Praia Grande não é apenas local de compras, de passeio não, ia sempre com meu pai e até hoje vou com meus filhos, porque faz parte da minha infância, daqueles tempos bons onde a gente podia ficar nas

<sup>14</sup> Joana Lima Santos. Feirante, 52 anos.

<sup>15</sup> Jucimara Silva Gonçalves. Artesã, 47 anos. Moradora do Desterro.

ruas até tarde, batendo papo com os amigos, se divertindo. Não tem coisa melhor para gente que vive aqui do que visitar a Feira qualquer período do dia ou da noite e encontrar os amigos, jogar conversa fora, beber, tocar e ver o tempo passar, sem pressa, como se ele não existisse. Na Feira o tempo obedece outro ritmo, outros sinais.<sup>16</sup>

A Feira é assumida como um local dotado por um sentido emocional, visto que através dela os moradores sentem-se integrados ao meio onde vivem, estabelecendo relações de reconhecimento e de troca. Dessa forma, a Feira da Praia Grande, enquanto lugar de memória delimita fronteiras culturais, e relaciona-se à guarda de marcos históricos significativos para os membros dessa comunidade.

A Feira, com suas tradições, eventos e relações, configura-se como lugar híbrido, de múltiplas referências, e onde se manifestam diferentes práticas e produções culturais, síntese dos processos históricos e sociais inerentes à cidade. A Feira da Praia Grande resiste em meio às modificações vivenciadas pela cidade de São Luís ao longo dos anos, com a incorporação de novos hábitos e valores no campo das relações sociais e o consumo indiferenciado de bens e serviços. Essas transformações podem ser verificadas com o surgimento de centros comerciais que foram surgindo a partir da valorização de novas áreas para o escoamento da produção local, assim como de *shoppings centers* e demais espaços de articulação local-global.

A retomada ou a valorização dos produtos regionais no mercado de consumo contemporâneo insere-se no contexto de fortalecimento das particularidades locais e da busca pelo consumo de bens simbólicos que atestam o caráter autêntico do lugar. Hall (2000) argumenta que a globalização repercute no reforço das particularidades locais, regionais e nacionais, assim como no estímulo à promoção da diversidade cultural.

Sahlins (1997), ao analisar a reorganização das culturas em meio ao mercado global de circulação de produtos e processos, enfatiza que este fenômeno favorece estratégias de articulação e inserção das culturas no cenário transnacional, e de resistência dos grupos sociais em relação aos seus supostos efeitos homogeneizadores.

No contexto da Feira da Praia Grande, constata-se que o caráter de resistência desse local surge pelo fato deste se constituir ainda uma alternativa econômica para muitos trabalhadores e profissionais na atualidade. Observa-se ainda que a Feira possui um significado emocional para os comerciantes e moradores, apresentando-se de forma dinâmica

---

<sup>16</sup> Francisco Pontes. Autônomo, 44 anos.

como vetor de configuração de identidades e de manifestações sócio-culturais. O espaço da Feira da Praia Grande constitui-se assim como produto da dinâmica do social:

As feiras populares se caracterizam por espaços onde a cultura se manifesta de forma material e imaterial. De forma material quanto aos produtos ofertados [...] Na forma material enquanto processo, por meio de outras manifestações culturais, que não divulgadas em produtos tangíveis, como apresentações artísticas, com as quais o povo se identifica consigo mesmo, expressando assim sua autenticidade (PECIAR, 2006, p.49).

A Feira insere-se nas novas demandas de lazer e consumo turístico suscitados pelos espaços das memórias populares, tornando-se um patrimônio cultural renovado e enriquecido na vida urbana. A Feira da Praia Grande também se torna lugar de visitação turística, de circulação de pessoas e de troca cultural.

Nela, manifestam-se diferentes práticas e produções culturais, abrigando elementos sagrados e profanos, tais como as performances de grupos de capoeira, e os festejos em homenagem a São José das Laranjeiras, considerado o santo protetor dos comerciantes. Durante as sextas-feiras, transforma-se em um palco para as apresentações de grupos de Tambor de Crioula (Figura 8), manifestação tradicional muito apreciada pelos residentes e apontada pelos entrevistados como lugar de memória.



Figura 8- Tambor de Crioula na Praia Grande.  
Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (2009).

Os moradores do bairro da Praia Grande identificam-se com o Tambor de Crioula, vinculando-o ao seu cotidiano como forma de resistência e liberdade dos negros escravos à livre manifestação de seus cultos, rituais, mitos, danças e tradições. Muitos afirmaram o caráter genuíno dessa manifestação, caracterizando-a como símbolo da cultura popular maranhense: o Tambor de Crioula, assim como o boi faz parte da nossa cultura, são

brincadeiras nativas, que só se encontram aqui. É herança dos escravos, pertence a todos nós e às futuras gerações.<sup>17</sup>

Expressão popular de matriz africana praticada por descendentes de negros escravos, o Tambor de Crioula faz-se presente na capital e no interior do Estado. É uma brincadeira de roda realizada em louvor ou pagamento de promessas a santos católicos, principalmente a São Benedito, ou a entidades espirituais, sendo comum a presença do Tambor de Crioula nos festejos das casas de culto afro da cidade (FERRETTI, 2002).

Observa-se o caráter de hibridação cultural presente no Tambor de Crioula, uma vez que esse apresenta características sagradas e profanas, de lazer, divertimento e devoção. Não possui um local ou calendário fixo para as apresentações, estando presente em espaços sociais diversificados: terreiros, ruas, praças, bairros, feiras.

Enquanto personagens dessa manifestação destacam-se os homens que tocam um conjunto de três tambores com as mãos ou com auxílio de matracas<sup>18</sup>, e as coreiras, mulheres vestidas com blusas brancas e de renda, com saias amplas e estampadas que apresentam individualmente as suas coreografias no centro da roda do tambor. A punga ou umbigada<sup>19</sup> constitui-se no traço característico dessa manifestação.

O Tambor de Crioula envolve um forte sentido de territorialidade por parte da população local em relação às tradições afro. Adaptadas ao contexto maranhense, essas manifestações integram um espaço de conagração e celebração popular, onde a comunidade local participa de forma espontânea, se reconhece e promove interações:

Em seus diversos sentidos, o Tambor de Crioula, seja na preparação do grupo, nas dificuldades contínuas ou no momento da roda, pode ser tomado como um elemento que possibilita entender o modo de vida dessas pessoas. Nos festejos, nas danças, nos lugares e na música encontram-se sintetizados a vida cotidiana, as relações de parentesco e compadrio, os conflitos, as expectativas, os desejos, a religiosidade, a fé; revelando costumes, comportamentos e a cosmovisão dos brincantes (MOTA, 2006, p.91).

Lugar de circulação e de troca de favores entre os devotos e os santos e, sobretudo, de reatualização de uma memória étnico-cultural específica, nas brincadeiras do Tambor entrelaçam-se de forma dinâmica o passado e o presente, num ciclo dinâmico de rupturas e continuidades, através do qual se afirmam e se repõem as identidades. Segundo a informação

<sup>17</sup> Keila Gomes. Comerciante, 45 anos, moradora da Praia Grande há 30 anos.

<sup>18</sup> Instrumentos de percussão feitos de bastões de madeira e utilizados como acompanhamento rítmico de manifestações da cultura popular maranhense, como por exemplo, grupos de bumba-meu-boi.

<sup>19</sup> A Punga ou Umbigada consiste num momento de saudação e confraternização entre as dançarinas, oportunidade em que uma coreira pede permissão à outra para adentrar na roda do tambor e, assim, desenvolver a sua coreografia.

verbal: É importante deixar viva essa tradição, porque faz parte da nossa história de luta, de sofrimento quando os negros não podiam brincar boi ou dançar o tambor.<sup>20</sup>

Observou-se que o Tambor de Crioula possui um significado existencial para os moradores do bairro, de reencontro com as tradições locais, servindo como referência identitária. Alguns residentes afirmaram já terem participado como brincantes da manifestação e que costumam prestigiar os eventos da cultura popular quando acontecem no bairro.

A maioria dos entrevistados vinculou essa tradição cultural aos marcos urbanos presentes na Praia Grande, tais como a Rua Portugal e a Feira da Praia Grande, uma vez que se torna habitual apresentações de grupos de Tambor de Crioula nos espaços públicos do bairro. Conforme observado os lugares de memória transcendem às demarcações dos espaços oficiais de salvaguarda do patrimônio, abrangendo também os espaços livres (BERDOULAY, 2007).

Neles, as diversas memórias se imbricam, adquirindo novos matizes, posto que a elas vinculam-se as subjetividades dos grupos sociais que não eram considerados pelas políticas de patrimonialização como construtores e guardiães do patrimônio. Assim, constataram-se as inter relações entre os aspectos histórico-arquitetônicos e a dimensão imaterial do patrimônio do bairro da Praia Grande, na medida em que não se pode dissociar na atualidade o patrimônio edificado do contexto ambiental e sócio-cultural onde ele está inserido.

O rufar dos tambores na Praia Grande convidam a comunidade local a integrar a manifestação enquanto devoto, brincante ou espectador. A informação verbal de José Lima Silva, 52 anos, feirante e morador da Praia Grande há 20 anos, torna-se emblemática para compreender as relações entre a comunidade do bairro e as manifestações tradicionais: O Tambor de Crioula é manifestação típica do Estado, o som dos tambores, as mulheres dançando, a fé e a devoção foram legados por nossos antepassados. A Praia Grande vibra aos sons dos tambores. Tem tambor de Feira (referindo-se às apresentações de Tambor na Feira da Praia Grande), nas praças, na Rua Portugal, na época do Carnaval e do São João, ou quando tem algum show que a Secretaria da Cultura promove aqui ou em outros lugares. Aí a comunidade do bairro se fortalece com o ritmo dos tambores e entra na roda da coreira e se diverte ao som dos louvores. Mesmo quem não tem ligação direta com o Tambor não tem como não se sentir parte dessa manifestação.

---

<sup>20</sup> Meire da Conceição. Dona de casa, 59 anos, mora na Praia Grande há 35 anos.

Assim como o bumba-meu-boi, o Tambor de Crioula apresenta-se reconfigurando como elemento de atratividade turística. Para fins de adequação às necessidades mercadológicas do turismo, vem sofrendo um processo de transformação, notadamente quando as apresentações tornam-se institucionalizadas, cooptadas pelos governos estaduais e municipais.

Essas modificações verificadas, por exemplo, na padronização das vestimentas e na substituição dos tambores feitos de madeira por materiais sintéticos, não ferem o significado simbólico, profano ou devocional conferido pelos brincantes e pela comunidade em geral a essa manifestação.

Nesse patamar, o Tambor de Crioula, como representação da memória, figura como expressão cultural dos diferentes grupos sociais, e adquire sentido como materialização da teia de significados, que segundo Geertz (1989) envolve as ações coletivas que caracterizam a vida e a cultura dos homens. As memórias associadas aos lugares podem, numa perspectiva de desenvolvimento, propiciar trânsitos de visitantes que buscam o contato com o legado cultural das comunidades por meio do desenvolvimento de atividades vivenciais e de lazer capazes de produzir situações de aprendizado e educação.

Assim, o patrimônio cultural herdado e recriado pelos grupos sociais é visto também enquanto elemento de atratividade turística, estimulando fluxos de visitantes, e com eles, oportunidades de preservação e geração de benefícios socioeconômicos para as comunidades locais.

## **1.2 Turismo preservação e sustentabilidade**

O turismo entendido como um dos principais fatores do trânsito ou da mobilidade humana configura-se como uma atividade marcadamente cultural, impulsionado pelo desejo dos grupos sociais em vivenciar experiências diferenciadoras de seu cotidiano. A atividade projeta, dessa forma, o patrimônio cultural como instrumento mediador de aprendizagem e educação (COSTA, 2009).

Destaca-se ainda a sua dimensão econômica, cujos benefícios podem ser sentidos na valorização comercial dos bens simbólicos no mercado de consumo, na formatação e comercialização do patrimônio como produtos ou espaços de visitação turística, e na importância da atividade para o desenvolvimento social e econômico de diversas regiões. Na visão de Moesch (2000, p. 9) o turismo constitui-se

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Enquanto fenômeno social, o turismo legitima a conexão local-global, promovendo a interação entre as culturas e contribuindo nos processos de hibridação, assimilação e tradução cultural. O entrelaçamento entre turismo e identidade assinala que essa atividade contribui para a reinterpretação da memória e das tradições, restaurando e revigorando identidades a partir da aceleração dos contatos simbólicos, atuando dessa forma, como vetor de reconstrução cultural (ASCANIO, 2003).

Goulart e Santos (1998) analisam o Turismo Cultural a partir das repercussões positivas da atividade no que tange à compreensão intercultural e das possibilidades de aprendizado mútuo que advém do processo de visitação. Costa (2009, p.190), por sua vez, amplia as definições acerca do turismo cultural, sintetizando suas características sob o enfoque da oferta e da demanda, e ressaltando a importância da mediação no processo de facilitação da compreensão intercultural:

O turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta dos bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo auxiliará na produção de novos conhecimentos e a conservação dos bens visitados.

Conforme observa Urry (1996), o olhar do turista direciona-se aos aspectos extraordinários do destino turístico, ou seja, para a apreciação das singularidades ou especificidades existentes nos valores, costumes, estilos de vida e manifestações populares que as diferenciam do cotidiano dos visitantes.

No campo de abrangência do Turismo Cultural insere-se o turismo étnico, o gastronômico, o religioso, entre outros, além de uma diversidade de experiências passíveis de serem realizadas pelos visitantes durante a sua estadia em um dado destino. Nesse sentido, observa-se que não apenas os remanescentes da cultura material tornam-se importantes recursos ou atrativos turísticos, mas as paisagens, as tradições orais, os imaginários e as histórias construídos sobre os destinos turísticos contribuem para a conformação de uma experiência significativa para os visitantes.

Com o maior desenvolvimento e integração das sociedades e a ampliação do conceito de patrimônio, o Turismo Cultural foi assumindo novos contornos, adquirindo um viés

integrador, uma vez que esse segmento, ao possibilitar o contato dos visitantes com a herança cultural reelaborada no cotidiano de comunidades específicas, contribui para a difusão das culturas e para uma maior compreensão intercultural (ASCANIO, 2003).

Nessas definições, compreende-se que o turismo é um fenômeno social que possibilita o compartilhamento e a troca de experiências entre visitantes e visitados a partir de elementos representativos do legado cultural de uma determinada comunidade (festas, eventos populares tradicionais, rituais, celebrações, modos de vida). O turismo implica, portanto, a vivência e o contato dos visitantes com as produções materiais e simbólicas de uma dada comunidade.

O patrimônio cultural preservado torna-se a principal motivação para esse grupo de consumidores, interessados em adentrar ao universo material e simbólico da cultura visitada como proposta de ampliação dos conhecimentos, aquisição de status e diferenciação social, aprendizado e educação. Dessa forma, ampliam-se as oportunidades de arregimentação do legado cultural para o turismo, sob a forma de atrações, eventos, produtos e serviços culturais.

Em se tratando da prática turística nos espaços urbanos, a atividade contribui para o processo de revalorização do patrimônio cultural, por meio do estímulo a implantação de projetos e ações de revitalização que tencionam a sua incorporação à dinâmica contemporânea, e do aumento da percepção dos moradores sobre a importância da história, da cultura e das tradições enquanto elementos de reafirmação da identidade local.

O patrimônio e, por extensão, a cidade, estabelecem um diálogo estreito com o mercado de bens simbólicos, com a projeção de seus atributos arquitetônicos e modos de vida locais nos espaços de produção e consumo cultural. Sendo o patrimônio um elemento diferenciador da oferta turística de uma localidade, este passa a ser utilizado como estratégia de posicionamento e competitividade, e de atração de um público de visitantes para os destinos. Conforme observa Yúdice (2004, p. 12):

A cultura é hoje vista como algo que hoje se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual.

Decorre dessa atratividade uma série de imbricações entre patrimônio e turismo, as quais se direcionam a redefinição da cultura dos locais visitados, ao tempo em que o uso do patrimônio como bem de consumo turístico repercute nas relações de preservação da memória e da identidade.

O turismo, ao revelar para os moradores as especificidades do patrimônio e da cultura local, os quais em alguns casos poderiam se tornar imperceptíveis pelos que ali vivem, dada à convivência e a rotina cotidiana de trabalho, contribui para a ressignificação do olhar da comunidade em relação ao patrimônio cultural e, sobretudo, propicia o resgate de aspectos tradicionais da cultura, da história e da memória local.

Para alguns estudiosos (BENI, 2002; BARRETTO, 2000) o turismo cultural ou turismo com base no legado cultural, diferencia-se das formas tradicionais de turismo por ser caracterizado por um público consumidor mais sensível aos impactos resultantes de sua visita aos destinos, ou seja, consiste numa demanda seletiva que incorpora, em suas viagens, as preocupações em torno da problemática de preservação do patrimônio cultural:

O Turismo Cultural, assim, pressupõe um público educado e informado que compartilhe com os órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas. Por outro lado, o Turismo Cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação ao público visitante (GOODEY, 2002, p. 135).

Paralelamente, o turismo é identificado como suscitador do sentimento de pertença da comunidade em relação ao seu patrimônio, estimulando a conservação da memória e da identidade cultural (BARRETTO, 2000). Entretanto, observa-se a necessidade de um planejamento equilibrado da oferta cultural, no sentido de atender às expectativas da população local, e possibilitar a validação da experiência turística.

A atividade turística implica rearranjos espaciais, adaptação e ressignificação de elementos e reconfigurações do patrimônio cultural, por meio da restauração e revitalização de prédios e casarões, do desenvolvimento de atividades culturais, melhorias na infraestrutura urbana e de serviços, e da formatação de roteiros e atrações que geram oportunidades efetivas de valorização do legado cultural.

Considerando-se que o produto turístico abrange uma série de elementos necessários para o atendimento das expectativas de consumo dos visitantes – recursos naturais, facilidades de acesso, equipamentos e serviços - ao apropriar-se do espaço urbano, a atividade turística torna-se um dos principais agentes intervenientes da dinâmica das relações sociais, engendrando um processo dialético de produção de novas territorialidades.

Ao valorizar determinados aspectos da paisagem de centros históricos, por exemplo, a atividade turística contribui para o enobrecimento dessas áreas, redefinindo seus usos, a partir

de remodelações estéticas enquanto estratégia de posicionamento e competitividade e de atração de um público de visitantes para os destinos.

Assim, os Centros Históricos abandonados ou em vias de degradação adquirem novos usos e funções, capitaneados pelo mercado turístico global. Reconfigurado, o patrimônio cultural presente nos núcleos urbanos pode tornar-se lugar de convivência e de interação entre turistas e comunidade local:

A função turística também induz processos de revalorização de recursos locais, assim como dinâmica de renascimento cultural. Por outro lado, propicia o aparecimento de uma oferta cultural diversificada da qual se podem beneficiar tanto os turistas como os moradores. Ademais, contribui para reforçar a manutenção do patrimônio arquitetônico, dando novo uso para os edifícios históricos ou promovendo entre os proprietários um interesse em investir na conservação e na melhoria da imagem da cidade (VINUESA, 2004, p.37).

As estratégias de inserção do patrimônio na vida turística e cultural do lugar inserem-se no contexto de pluralidade e intercruzamento cultural. Sua materialização nos espaços urbanos caracteriza-se pela crescente articulação entre global e local, tradição e modernidade, o que resulta em produtos e atrações multiculturais.

O turismo é apreendido como fator possibilitador da mudança cultural, readaptando os conteúdos simbólicos dos lugares para atender às necessidades da demanda, “gerando um processo constante de creación y recreación del sentido de pertencia, pasado, lugar, cultura y posesión” (TALAVERA, 2003, p.44).

Entretanto, diversos autores (BARBOSA, 2001; BARRETO, 2000; CRUZ, 2000) discutem as repercussões que a cenarização ou teatralização do patrimônio cultural acarreta na sustentabilidade dos projetos turísticos. Isso pode ser constatado, por exemplo, na valorização de determinados bens culturais em locais estratégicos, no remanejamento da população tradicional para áreas mais afastadas dos centros históricos, no escamoteamento das intempéries sociais e econômicas presentes no entorno do bem cultural.

Ao mesmo tempo, a comercialização do patrimônio pelo turismo pode acarretar, em alguns casos, a homogeneização ou serialização dos marcos simbólicos e identitários, ou seja, remodelam-se o tempo, a história e a identidade locais em prol da satisfação das necessidades de consumo visual ou estético dos visitantes. Além desses revezes, acrescenta-se a ausência de comprometimento da população local no processo de conservação e revitalização de monumentos e lugares e, por conseguinte, do restabelecimento das memórias individuais e coletivas. Nesse caso, [...] os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função - obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos

culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos (CHOAY, 2001, p.211).

Na medida em que a cultura local transforma-se em mercadoria, ou seja, o patrimônio cenariza-se para e pelo turismo, perdem-se os elementos substanciais e necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade, ao tempo em que reduz os laços de afetividade dos residentes em relação ao seu patrimônio.

A fragmentação das identidades que caracteriza a pós-modernidade, associadas à mercadorização da cultura e da hibridação das sociedades contemporâneas, (HALL, 2001; CANCLINI, 2000) provoca mudanças nas atitudes dos viventes em relação aos lugares cotidianos, agora transformados em lugares turísticos, e que obedecem a novas racionalidades e funções atreladas à importância dos signos, da estética e do espetáculo na formatação e gestão da oferta cultural enquanto produto turístico (URRY, 1996).

Em articulação aos processos de produção e consumo de mercadorias e bens simbólicos que operam em nível global, na qual a atividade turística se insere, reacendem-se as discussões sobre o desenvolvimento sócio-cultural dos lugares numa perspectiva local. Os debates em torno dessa questão, de um modo geral, referem-se aos resultados - nem sempre benéficos às comunidades receptoras - da encenação das culturas, valores e tradições enquanto produtos destinados ao consumo visual e estético, na perspectiva de atender às necessidades culturais dos visitantes (SANTANA, 2009).

Na atualidade, a recuperação de imóveis e a potencialização do acervo arquitetônico da Praia Grande incorporam-se também objetivos marcadamente turísticos. O Centro Histórico de São Luís passou a ser apreendido como espaço representativo de um determinado período ou momento histórico da cidade, síntese das heranças coloniais e da diversidade que caracterizaria a própria trajetória sócio-cultural da cidade.

No discurso dos órgãos de preservação do patrimônio cultural da cidade, o turismo figura como um dos vetores capazes de proporcionar a sustentabilidade do patrimônio, além de gerar retornos econômicos e benefícios sociais para os moradores do centro histórico. No contexto da Praia Grande, as repercussões advindas dos encontros e das interações turísticas são sinalizadas pelos moradores como alternativas possíveis para elevar as condições locais de moradia, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, sobretudo, pela possibilidade de gerar retorno econômico e financeiro para a comunidade.

Para os moradores o turismo é visto como fator econômico, considerando as oportunidades de geração de emprego e renda, e de promoção da cultura local, sobretudo

quando da realização de eventos, tais como o Vale Festejar, que atraem um público significativo de espectadores para o bairro, conforme anteriormente analisado.

Embora o turismo não se constitua a única atividade exercida para a obtenção da renda familiar, dada a sazonalidade imanente ao setor, ressalta-se que o turismo tem reforçado a vocação comercial que sempre esteve presente no bairro da Praia Grande, fato que também estimula a continuidade de atividades ligadas a esse setor. Conforme informação verbal disponibilizada pelo seguinte morador: O turismo com certeza é uma atividade que beneficia a cidade como um todo, gera riqueza, renda, emprego, mas nesses últimos anos a gente percebe que a frequência caiu um pouco no Centro Histórico. Quem vem de fora vem para conhecer nossa cultura, o casario do Centro Histórico, mas se tivesse assim, mais compromisso, o turismo iria melhorar muito a vida das pessoas que vivem aqui, seria muito bem se tivesse mais turistas, pessoas de fora visitando a Praia Grande, o projeto Reviver, geraria muito lucro, eu, por exemplo, que trabalho no comércio, vejo o turismo como uma boa opção para nosso bairro.<sup>21</sup>

Uma questão a ser destacada refere-se à função desempenhada pelo turismo na preservação do patrimônio cultural local. Os entrevistados não se referiram ao turismo como elemento propiciador da sustentabilidade dos bens patrimoniais e simbólicos existentes na área. Essa constatação expressa a predominância de uma representação restrita acerca do fenômeno turístico, ou seja, os moradores não visualizaram as repercussões positivas que a atividade pode ocasionar na vida social, ambiental, cultural e política do lugar turístico Praia Grande.

Parte-se do pressuposto de que o turismo pode contribuir para o revigoramento e a preservação dos Centros Históricos, na medida em que esta prescinde da manutenção dos bens patrimoniais enquanto substrato e apreensão da experiência turística. Nesse patamar, a inserção de localidades no circuito do turismo cultural oferece possibilidades de revitalização do acervo arquitetônico através da valoração e da potenciação de seus elementos e atributos constitutivos (MENESES, 2004).

A mobilidade de turistas e o usufruto da infra-estrutura urbana e cultural dos lugares urbanos refletem-se no aumento da percepção dos moradores em relação ao significado do patrimônio enquanto lugar de memória e de vivência cotidiana (BARRETO, 2000). Outro aspecto referente às propostas de desenvolvimento sócio-econômico com base no legado

---

<sup>21</sup> Luiz Cláudio Leite Nogueira. Instrutor de Música, mora há 22 anos no bairro.

cultural baliza-se no caráter educativo que a atividade turística adquire para os membros de uma comunidade, contribuindo para a difusão dos conhecimentos e para a valorização e ressignificação do patrimônio local.

Constatou-se que embora os moradores entrevistados possuíssem laços de afetividade em relação a determinados marcos urbanos e manifestações culturais, faz-se necessário a implantação de ações que fortaleçam a auto-estima da comunidade local, e estimule a participação dos moradores nas atividades relacionadas ao turismo, no sentido de ampliar a percepção destes em relação às oportunidades advindas com o intercâmbio cultural, para além do retorno estritamente econômico:

O sentido de preservação do patrimônio é muito mais amplo que propriamente a possibilidade de ser econômico por meio do turismo. a preservação, nessa perspectiva, vincula-se à manutenção da memória, à conservação das tradições pela - e para- a população de determinada localidade ( PORTUGUEZ, 2004, p.08).

Compreendendo-se que o turismo se configura num importante instrumento de promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cultural de uma localidade, torna-se essencial que os seus resultados sejam estendidos a toda comunidade. Embora os moradores da Praia Grande não se consideraram suficientemente beneficiados com a atividade turística que vem sendo implantada na área, estes não se mostraram insatisfeitos com a presença de visitantes.

Em relação aos impactos do turismo no espaço urbano da Praia Grande, alguns moradores do bairro observaram o aumento da criminalidade e da violência decorrentes da presença de turistas e visitantes no bairro. Segundo as informações verbais desse grupo de entrevistados, tais elementos contribuem negativamente para a imagem de São Luís no mercado de consumo turístico, além de gerar uma sensação de medo e insegurança: o turismo é bom por que os turistas trazem dinheiro, mas do lado negativo eles fazem com que aumente a criminalidade, porque os ladrões ficam de olho querendo roubá-los<sup>22</sup>; o turismo é importante porque aumenta mais as minhas vendas, transforma a cidade, há interação entre as pessoas, mas também é ruim porque tem muitos ladrões que assaltam os turistas<sup>23</sup>; o turismo traz recursos financeiros, mas tem muita prostituição e uso de drogas no bairro<sup>24</sup>. No entanto, a maioria dos moradores não considerou a possibilidade de transferir-se para outras áreas.

---

<sup>22</sup> Dnair Campos Cutrim. Aposentada, 72 anos, moradora da Praia Grande há 52 anos.

<sup>23</sup> Raimundo da Conceição Moreira. Comerciante, 74 anos, morador há 59 anos.

<sup>24</sup> Danilo Souza Campos. Comerciante, 33 anos.

Observa-se ainda como resultado do processo de valorização turística do lugar Praia Grande, o bairro vem sofrendo um processo de enobrecimento de determinadas áreas, as quais se tornam atrativas, notadamente para estrangeiros de alto poder aquisitivo, visando a sua inserção na lógica de consumo do mercado turístico globalizado.

Tal valorização é realizada primeiramente por iniciativas de particulares, e posteriormente, através de ações combinadas entre o setor público e o privado, os quais almejam com a revitalização o revide financeiro e econômico, decorrente da especulação imobiliária, como resultado efetivo desse mecanismo (MENESES, 2002; CRUZ, 2000). Atrelado a esse processo, advém o remanejamento da população marginalizada para outros bairros, conforme indica a análise de Zukin (1993) apud Barreto (2000, p. 35):

Antes da revitalização, os locais eram habitados por pessoas que tinham seus empregos e/ ou subempregos nas redondezas. A revalorização imobiliária leva à expulsão dessas pessoas de suas residências (geralmente alugadas), obrigando-as a procurar moradia em bairros longínquos, com o conseqüente prejuízo de tempo e custo de deslocamento e a perda dos laços e da própria história. Sem dúvida, a revitalização coloca mais visibilidade nas desigualdades sociais, porque situa ilhas de renovação em mares de decadência.

Esse cenário pôde ser observado no Centro Histórico de São Luís, com a restrição das moradias populares para o bairro do Desterro, o que reforçou a cenarização ou a teatralização do patrimônio cultural da Praia Grande. Evidencia-se a existência de casarões históricos que se encontram descaracterizados ou em vias de abandono por parte de seus proprietários (Figura 9). Outros imóveis não vêm sendo contemplados de forma sistemática e permanente pelas ações dos órgãos públicos responsáveis pela gestão do patrimônio da cidade.



(a)



(b)

Figura 9- Casarão em ruínas (a) e em processo de deterioração (b) na Rua do Giz, Praia Grande.

Fonte: Acervo da autora (2010).

Ainda, muitos prédios apresentam-se em franco processo de deterioração, sendo alvos de depredações por parte de moradores da localidade - por exemplo, a retirada de azulejos das fachadas dos casarões que passam a ser vendidos para grupos de visitantes - o que representa a perda de importantes referenciais para a memória e identidade do bairro. Os moradores consideraram que o processo de deterioração dos casarões coloniais em virtude das condições climáticas, da falta de suporte econômico para a manutenção do patrimônio, atrelados à ausência de apoio dos órgãos públicos aos proprietários de casarões tombados, têm se refletido na baixa frequência de turistas no local, ou inviabilizado o seu retorno para a cidade.

Por outro lado, alguns casarões coloniais vêm sendo ocupados de forma irregular por famílias oriundas de segmentos sociais desassistidos, o que resulta na impossibilidade de manutenção e preservação do patrimônio cultural. Conseqüentemente, minimizam-se as estratégias de promoção da sustentabilidade temporal do patrimônio. Os moradores atribuíram a baixa frequência de turistas e visitantes na área do Centro Histórico devido à situação atual do acervo arquitetônico, os casarões estão caindo ou virando estacionamento, vivo com medo de um desses casarões cair e machucar alguém, pode ser até eu<sup>25</sup>.

A informação verbal dessa moradora explicita que na atualidade muitos casarões estão sendo transformados em locais para o estacionamento de veículos que trafegam na área do Centro Histórico. Essa problemática vem se tornando motivo central de debates e discussões envolvendo representantes dos órgãos públicos de preservação do patrimônio e membros da comunidade acerca da importância de valorização do acervo arquitetônico local (Figura 10).

---

<sup>25</sup>Maria da Conceição. Comerciante, 50 anos, vive há 47 anos na Praia Grande



(a)

(b)

Figura 10- Casarões transformados em habitação irregular (a) e em estacionamento (b) na Rua da Estrela, Praia Grande.

Fonte: Acervo da autora (2010).

Diante desse contexto, o aproveitamento do patrimônio cultural pela atividade turística deve incorporar os valores e princípios inerentes à sustentabilidade. A adoção de um novo modelo de planejamento e gestão no turismo emerge como alternativa para minorar os impactos negativos decorrentes dessa atividade no meio ambiente natural e urbano, além de estabelecer limites às suas interferências na dinâmica sócio cultural das comunidades receptoras.

Segundo Sachs (1994), a sustentabilidade compreende um conjunto de dimensões - social, ecológica, cultural, econômica, tecnológica- capaz de promover a integralidade do meio ambiente onde as práticas sociais e econômicas se manifestam, mantendo as especificidades locais e minorando os efeitos negativos das atividades produtivas; a inserção social atrelada à melhoria da qualidade de vida dos segmentos populares, a visão ao longo prazo e compartilhada em níveis de co-responsabilidade e integração entre os agentes e a manutenção da dinâmica das culturas e valores locais:

El desarrollo sostenible implica un proceso de cambio en el que se encuentren en armonía: la explotación y manejo de los recursos naturales y culturales, las inversiones, la tecnología y las transformaciones institucionales, todo ello con el fin de contribuir al aumento del potencial actual y futuro para satisfacer las necesidades materiales y las aspiraciones del ser humano. Los aspectos fundamentales del desarrollo sostenible son: la integración de lo económico con lo ecológico y un replanteamiento de los valores de las necesidades humanas (BARQUÍN, 2008, p.332)

Na dinâmica da fragmentação das identidades advindas com a interação das sociedades em escala global, constata-se a necessidade de valorização das características locais, das particularidades ambientais e sócio-culturais como forma de diferenciação mercadológica e inserção dos espaços urbanos no mercado de consumo turístico. Assim, torna-se possível gerar e assegurar o retorno econômico e financeiro para as comunidades locais, gerando visibilidade ao local e afirmando-o enquanto diferença.

Lucas (2000, p. 17), referenciando o “National Trust for Historic Preservation”, apresenta os seguintes princípios do turismo cultural:

Autenticidade e qualidade: contar a verdadeira história do lugar; a história distingue um lugar do outro; agrega valor e qualidade ao produto cultural, tornando-o mais atraente ao turista cultural; os profissionais envolvidos devem conhecer bem as características culturais e patrimoniais e as especificidades locais, para entender a demanda segmentada; os visitantes têm interesse de descobrir a trama humana e social que permeia a história local e não apenas nomes e datas; interpretações inteligentes e verdadeiras são fundamentais; Encontrar o equilíbrio entre a comunidade e o turismo cultural: as circunstâncias locais determinam o que pode ser feito em turismo cultural; os programas elaborados devem considerar os recursos e características que os autóctones dispõem e desejam com partilhar. Existência de produtos formatados e temáticos; Visão comunitária: definir a identidade da comunidade, “o jeito de ser” característico da localidade, como parte de seu patrimônio, bem como de seu estilo de vida; elaborar descrição da comunidade (a história das contribuições genuínas das gerações passadas e presentes desperta o interesse das pessoas.

Apreende-se que os projetos de desenvolvimento turístico devem potencializar as especificidades naturais e culturais dos destinos, enquanto estratégia para a formatação de produtos, roteiros e atrações que valorizem as singularidades, as diferentes paisagens, os conhecimentos tradicionais e práticas culturais que constroem os lugares de identidade.

Nesse patamar, a utilização do patrimônio cultural como recurso ou atração turística explicita a necessidade de um planejamento turístico integrado ao planejamento urbano e territorial. O objetivo dessa articulação consiste em promover o desenvolvimento do espaço urbano, em suas dimensões infra-estruturais, sociais, econômicas, turísticas e culturais, mantendo-se a harmonia e a funcionalidade de seus elementos integrantes, e elevando o bem-estar e a qualidade de vida dos residentes.

O planejamento sustentável das áreas urbanas pressupõe uma articulação entre todos os agentes intervenientes do processo - gestores públicos, empresariado, operadores e agentes de receptivo, comunidade direta e indiretamente envolvida- por intermédio de ações compartilhadas e do desenvolvimento de projetos integrados de revitalização e revigoração

do patrimônio cultural local. Nesse sentido, a aplicação da sustentabilidade no turismo cultural

Busca, nas raízes endógenas, a diversidade e pluralidade cultural, pela preservação do patrimônio dos recursos culturais em respeito aos modelos autóctones. Através da capacidade de autogestão das comunidades locais, participando na tomada de decisões, procura sistemas alternativos de tecnologia e produção (RODRÍGUEZ, 1997, p.58).

Ressalta-se ainda que o planejamento do turismo deve ser concebido em nível de interdependência e integração entre os diversos setores da administração pública (YÁZIGI, 1999), com a criação de cenários que atendam aos interesses e expectativas dos mais diversos grupos sociais, além de ampliar a percepção dos moradores sobre a importância dos espaços urbanos e seus elementos na formação da identidade local.

As interações entre o local e o global oportunizam o desenvolvimento da capacidade inovadora, das habilidades técnicas e operacionais visando à inserção comunitária nos benefícios do turismo (CASTRO e ALEMÁN, 2008). A intensificação e ampliação dos espaços de diálogo entre gestores públicos, empresários do setor turístico, e comunidades locais, permitem que estas não apenas atuem no processo de identificação e seleção dos espaços de visitação turística, mas estabeleçam quais aspectos ou elementos devam ser enfatizados, delimitando o grau de interferência do turismo na dinâmica local.

No processo de formatação dessas áreas para a visitação turística, torna-se necessária a valorização dos lugares de memória pelas comunidades que neles habitam, trabalham ou desenvolvem algum vínculo afetivo ou emocional. À preservação dos patrimônios culturais perpassa o desenvolvimento de ações educativas, de valorização e interpretação dos bens edificados e intangíveis, tencionando a sua salvaguarda, difusão e promoção (MURTA; ALBANO, 2002).

O turismo cultural deve permitir que as comunidades locais percebam a importância desses espaços para a construção de sua identidade, e possam atuar de forma eficiente e pró-ativa nas estratégias de implantação ou dinamização da atividade turística nesses locais. Nesse sentido, o exercício das horizontalidades - criação de espaços de discussão, mobilização e integração dos representantes da gestão pública e privada, e a participação dos atores locais - pode contribuir para o redirecionamento dos lugares diante das novas necessidades do mercado turístico, maximizando os benefícios das interações estabelecidas em escala transnacional.

A emergência de novos valores e comportamentos da demanda turística enfatiza a adoção de diretrizes sustentáveis para a produção e consumo dos produtos turísticos. A

procura por uma maior interação e integração dos turistas culturais com o cotidiano das comunidades visitadas segue a perspectiva de promover o maior enriquecimento cultural, ao tempo em que se propõe a ampliar os efeitos positivos do turismo na busca pelo desenvolvimento local integrado.

Na contemporaneidade, o turismo cultural vem se distanciando dos roteiros pré-estabelecidos e massificados, convergindo com a tendência de novos grupos de consumidores que “procurarão aliar o entretenimento das viagens com a educação, fazendo com que cada viagem seja uma forma de aprendizagem e instrução.” (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2003, p. 17).

Por intermédio da realização de percursos ou itinerários que privilegiam o contato dos turistas com o patrimônio cultural apresentado e vivenciado pelos atores locais e, ainda, por meio da participação ativa dos visitantes nas celebrações, festas e rituais tradicionais, idealizados e formatados com ampla participação da comunidade, o turismo cultural quando desenvolvido em bases comunitárias sustentáveis pode favorecer oportunidades de apresentação das culturas locais sob diferentes matizes.

Através da valorização das singularidades das localidades receptoras e do encontro de alteridades, busca-se a atribuição ou a afirmação de novos sentidos e significados aos espaços turísticos, sejam eles urbanos ou naturais, tornando os visitantes em protagonistas da experiência ou performance turística. O intercâmbio sócio-cultural baseado em vivências lúdicas, espirituais ou educacionais tende a reforçar o papel da atividade turística no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, das memórias e das tradições locais. Conseqüentemente, tende a

[...] transformar a experiência de visitação de um lugar em uma experiência de significado diferenciado, prazerosa e, por consequência, em uma memória única, satisfatória, no sentido do atendimento às necessidades de lazer, informação, cultura e convívio social, entre outros (ASHTON, 2006, p.15).

Assim, o segmento turismo cultural que antes se dirigia aos ícones ou cenários dos grandes acontecimentos históricos, baseado, fundamentalmente, na contemplação passiva ou na fruição estética do bem patrimonial, passa a privilegiar a história do lugar sob a perspectiva das diferentes memórias e recordações nele impregnadas, dos saberes e fazeres tradicionais. A atividade vem acompanhando, assim, a ampliação do conceito de patrimônio cultural, e contribuindo para a democratização e o direito à memória dos diversos segmentos populares, por meio do compartilhamento dos turistas na dinâmica sócio-cultural das comunidades receptoras e da experimentação – material e simbólica- de seus patrimônios afetivos.

Nesse sentido, lugares de memória- a exemplo das feiras e mercados populares, santuários, locais de romaria e peregrinações religiosas, dos territórios das comunidades quilombolas, das casas de culto afro - apresentam-se como espaços de visitação turística em muitas localidades, sendo agenciados e comercializados por órgãos públicos, associa es e organiza es não-governamentais, traduzindo-se em alternativas para a manuten o das tradi es, usos e cotidianos de várias comunidades.

Ao inserirem-se nas propostas de visita o turística, os lugares de memória podem proporcionar experiências sócio-educativas aos visitantes, ressignificando a importância desses patrimônios para a comunidade e gerando oportunidades de renda e de sustentabilidade econômica e cultural locais, além de possibilitar que a cultura visitada seja apresentada e experienciada pelos turistas sob vários enfoques. Conforme assinala Costa (2009, p. 190):

Transformar a motiva o cultural das viagens, de um cenário onde se realizam visitas de pessoas em busca de altera o temporária em seu espaço e tempo cotidianos para um cenário político-cultural, no qual os visitantes e residentes interagem com sua cultura ou com a de seu semelhante, em que as pessoas aprendem o significado de seu passado: essa   a mudança que se propõe realizar com a instrumentaliza o da interpreta o nas visitas aos sítios patrimoniais por meio do turismo cultural.

Enfatiza-se que a transforma es dos espaços do cotidiano popular, em suas múltiplas varia es, como produto ou bem de consumo cultural não se justifica apenas pelo viés econ mico decorrente do aproveitamento turístico. O planejamento turístico desses espaços deve considerar o seu sentido simbólico como elemento referencial para a constru o e afirma o de identidades.

As propostas de visita o turísticas nos lugares de memória devem inserir os agentes construtores do lugar na condu o e interpreta o das histórias, simbologias e significados da cultura apresentada visando   aprecia o de turistas, visitantes, e para os membros da comunidade, “os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes, mas de intérpretes de seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2000, p.114).

Os espaços urbanos, sobretudo os locais de valor turístico devem ser vistos como áreas a serem descobertas e, portanto, compreendidas pelos turistas através de elementos interpretativos que possam valorizar a sua identidade, suas histórias, seus aspectos arquitetônicos, seus valores artísticos e tradicionais e sua importância cultural. Esses delineamentos fizeram-se presentes na argumenta o dos moradores em rela o   sustentabilidade do patrimônio cultural da Praia Grande, notadamente no que se refere   busca

por uma maior participação da comunidade do Centro Histórico em relação às decisões de planejamento urbano da área.

Para os moradores, a parceria entre os órgãos públicos e privados seria o principal mecanismo para se reverter o processo de degradação do acervo arquitetônico: os governos municipal, estadual, federal deviam se unir junto às empresas privadas para restaurar os prédios para dar melhores condições de vida para os moradores dessa área,<sup>26</sup> além de indicarem como alternativa para a sustentabilidade a ampliação da oferta de lazer e de entretenimento direcionada aos moradores e aos turistas, como forma de dinamizar a economia local e ampliar as atrações para os visitantes. Segundo a informação verbal: A Praia Grande precisa de mais vida, os órgãos públicos deveriam pensar a área como um todo, ouvir a comunidade. É isso que está faltando, porque toda a área do Centro Histórico é importante, nossos atrativos; enfim, se houvesse mais segurança, mais espaço para lazer e diversão, mais ações culturais, os turistas poderiam voltar mais vezes e a cidade só teria a ganhar com isso.<sup>27</sup>

No tocante às possibilidades de inserção dos lugares de memória nos roteiros turísticos do Centro Histórico, os moradores acenaram positivamente, enfatizando que esse processo poderia contribuir para o redirecionamento do turismo cultural na cidade, propiciando maior aproveitamento da cultura local. Conforme revela as seguintes informações verbais: olha, a Feira seria um local que o turista não deveria deixar de visitar, tem de tudo um pouco lá, desde artesanato, até as comidas típicas, o tambor<sup>28</sup>; se os turistas pudessem vir para essas bandas do Desterro, aqui tem muita coisa que poderiam gostar: tem dança, tem a cooperativa de gastronomia, tem as festas religiosas, além do Vale Festejar, o melhor é que tem a presença da comunidade<sup>29</sup>; se tivesse mais apresentação de Tambor de Crioula na Praia Grande, aí com certeza o turismo em São Luís iria melhorar.<sup>30</sup>

Para esses moradores, a transformação dos espaços comunitários em produtos ou roteiros turístico-culturais poderia se tornar significativa ao valorizar a experiência turística no lugar Praia Grande em um conjunto de lembranças e recordações diferenciadoras para os turistas, incentivando o seu retorno à cidade e ampliando a participação comunitária aos benefícios do turismo. Assim, as noções de cidade-patrimônio e lugar de memória, em sentido mais abrangente, isto é, com ênfase em todas as histórias, as produções materiais e imateriais

---

<sup>26</sup>Luiz Cláudio Leite Nogueira. Instrutor de música, morador há 22 anos

<sup>27</sup>Cristina Rosa. Comerciante, 40 anos, moradora há 30 anos

<sup>28</sup>João Batista Gomes Paiva. Balanceiro, 49 anos, vive há 31 anos.

<sup>29</sup>Maria da Conceição Barbosa, 59 anos, doméstica vive na Praia Grande há 35 anos.

<sup>30</sup>Márcia Silveira. Comerciante, 36 anos, moradora há 20 anos.

da comunidade, poderiam ser ativadas por meio de uma prática turística que se desenvolvesse em termos de reciprocidade e enriquecimento cultural.

### 1.3 Ações públicas e preservação do patrimônio

O patrimônio cultural, enquanto reflexo e produto da dinâmica social estabelece vínculos de temporalidade espaço-temporal entre os grupos sociais, sendo testemunhos da diversidade das experiências humanas, eco de memórias e identidades plurais. É nesse sentido que se compreendem os espaços urbanos como monumentos e documentos, ou seja, estes se afiguram como suportes da identidade, em virtude das reminiscências, do simbolismo, e de sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores (MENESES, 2004; PESAVENTO, 2002).

O patrimônio cultural implica sentidos de permanência, pertencimento e persistência, considerando-se que a produção material e simbólica de uma determinada comunidade torna-se elo de identificação do grupo a um *ethos* cultural comum, vetor de transmissão e compartilhamento de memórias individuais e coletivas, e das tradições. Essas são reinterpretadas e reconfiguradas no presente, porém, mantendo-se o substrato que lhe deu origem.

Aos grupos sociais torna-se necessária a eleição de determinados marcos simbólicos que garantam o sentido de permanência e de pertencimento a uma sociedade, uma vez que a aceleração dos contatos e a maior interdependência entre as regiões- resultantes das transformações científicas e tecnológicas e da globalização -, produzem modificações nas identidades culturais:

[...] é preciso que algo permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento (BOSI, 1994, p.447).

Através da memória intensifica-se o sentido de pertencimento dos grupos sociais a um passado ou origem comum, delimitando, nesse sentido, fronteiras sócio-culturais. A memória como suporte de informações e salvaguarda de determinadas lembranças, fatos e acontecimentos, permite aos indivíduos situarem-se em um dado contexto histórico e social,

reelaborando-o, num mecanismo incessante presidido pela dialética da lembrança e do esquecimento (POLLAK, 1989).

A memória constitui-se num campo de disputas, de legitimação de uma dada concepção de história. Nesse sentido, o patrimônio cultural consiste também na exteriorização dos conflitos e das disputas que se operam em nível simbólico entre as classes dominantes e os demais atores sociais pela afirmação de uma memória oficial por um grupo minoritário da sociedade:

[...] memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...]. Mas memória colectiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória colectiva, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender essa luta por dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p.46).

A concepção de patrimônio cultural enquanto elemento evocativo da memória local e nacional perpassa as ações preservacionistas, impondo um debate acerca do sentido e do significado das políticas de preservação no contexto de uma dada sociedade. Torna-se preponderante compreender que subjacente às tentativas de retorno ao passado, empreendidas pelas instituições e órgãos de preservação, coexiste um amálgama de interesses políticos, econômicos e valorativos imbricados na forma como os atores sociais concebem e interpretam o patrimônio cultural e a memória digna a ser preservada.

Acompanhando as transformações sociais, a memória torna-se seletiva, sendo reelaborada continuamente no presente, estabelecendo com ele novas interpretações, as quais contribuem também para a redefinição das identidades individuais e coletivas. Conforme enuncia Hallbwacs (1991, p. 02),

La memoria colectiva insiste en asegurar la permanencia del tiempo y la homogeneidad de la vida, como em un intento por mostrar que el pasado permanece, que nada ha cambiado dentro del grupo y por ende, junto com el pasado la identidad dese grupo también permanece, así como sus projetos.

Pode-se constatar essa busca, por exemplo, nas estratégias de restauração e revitalização de acervos arquitetônicos presentes nos núcleos urbanos iniciais de diversas cidades históricas e que objetivam o resgate e a salvaguarda de um passado histórico instituído e impresso sob o signo da autenticidade e da identidade local ou nacional.

As instituições pró-memória, não raro, apropriam-se e redimensionam determinados bens patrimoniais, os quais são identificados enquanto insígnias de uma memória unívoca; isso

implica dizer que determinadas “características e valores são postos em destaque, enquanto que outros tantos atributos são, deliberadamente, desconsiderados, como se não tivessem importância ou se jamais tivessem existido” (PESAVENTO, 2002, p.28), excetuando-se os conflitos culturais intrínsecos a uma sociedade.

A preservação do espaço urbano da Praia Grande esteve relacionada à necessidade de legitimação de uma memória específica por parte do Estado, por um lado, e do outro, como estratégia de valorização econômica. O bairro da Praia Grande foi pensado como uma maneira de compor valores identitários, como um lugar socialmente produzido, privilegiado pelo acúmulo de experiências humanas e de sinais da cultura material da cidade.

Dessa forma, os bens patrimoniais que estariam na salvaguarda do poder público estadual refletiram a opção pela monumentalidade, a exemplo do que ocorreu no âmbito nacional. Destaca-se a configuração de qual memória deveria ser preservada: a da elite maranhense, empobrecida depois da abolição da escravatura e também em virtude do declínio dos produtos agrícolas maranhenses no mercado mundial, com destaque para o algodão.

Apesar da preocupação dos intelectuais sobre o patrimônio histórico edificado de São Luís datar da década de 1930, somente na década de 40 foi criada a Comissão de Patrimônio da cidade. As ações preservacionistas são resultados do impacto da modernização da cidade, com os primeiros tombamentos federais em 1940, o que não impediu a demolição de grandes quarteirões e a demolição de vários imóveis em nome da modernidade.

As primeiras iniciativas visando à preservação do acervo arquitetônico de São Luís datam do final da década de 1970, com a realização de alguns estudos e relatórios de ressonância internacional, produzidos por historiadores como Michel Parent em 1966 e Viana de Lima em 1973, que ajudaram a conscientizar as autoridades da importância de preservar e restaurar o patrimônio edificado da cidade.

O desenvolvimento de estudos sobre o acervo arquitetônico, urbanístico e cultural despertou a necessidade de recuperação dessa área que até então estava fadada ao esquecimento e ao descaso, mas que agora poderia se transformar em um exemplo de recuperação, restauração e integração com o passado.

Dentre as primeiras iniciativas de preservação do patrimônio, destaca-se o tombamento estadual da área urbana, com 160 ha no ano de 1968; em 1974 verifica-se o tombamento em nível federal, beneficiando uma área de 60 ha. No ano de 1979, ocorreu a Primeira Convenção Nacional da Praia Grande, evento no qual “especialistas de todo o país reuniram-se para debater a proposta de revitalização do Centro Histórico elaborada pelo arquiteto John Gisiger” (ANDRÉS, 1998, p. 105).

As diretrizes que emergiram a partir desse encontro enfatizaram predominantemente a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural que determinariam diferentes expectativas em relação a essa área; buscavam promover a diversificação das atividades existentes; beneficiar a população local, inclusive nesse sentido era uma estratégia do poder promover a cultura do fazer, manter as características mais singulares possíveis do espaço o que implicaria em manter o cotidiano dos moradores do local.

Segundo essas proposições, haveria uma gestão descentralizada e compartilhada do espaço urbano; além disso, buscava-se integrar o projeto do centro histórico como o restante da cidade e dirimir as forças da especulação imobiliária. Ainda era meta do grupo incentivar atividades turísticas de pequeno e médio porte, numa estratégia estadual; garantir o comprometimento da administração pública; e reforçar as diretrizes através do contencioso fiscal (MARANHÃO, 1981).

O novo Centro Histórico deveria, então, ser um exemplo cristalizado a ser expandido para o restante da cidade, como forma de aliar desenvolvimento e manutenção da herança. É a propagação de um discurso que condiciona história aliada ao desenvolvimento, relacionando passado e futuro, herança e modernidade. Enquanto símbolo, o patrimônio cultural passa a assumir um caráter de continuidade, evocando uma leitura particularizada da identidade local, regional ou nacional. A partir da noção de patrimônio como bem coletivizado, criam-se “as condições de uma memória que se vincula a certos lugares e contribui para reforçar o seu caráter sagrado” (AUGÉ, 1994, p.58).

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado Projeto Praia Grande, iniciou suas atividades no final da década de 1980, abrangendo os bairros da Praia Grande e do Desterro, uma vez que essas áreas apresentavam-se bastante deterioradas e degradadas, com graves problemas de congestionamento de veículos, sub moradias, prostituição e violência.

O projeto contemplou a realização de obras de calçamento, pavimentação, além da revitalização de casarões históricos, no sentido de agregar valor ao patrimônio local, reintegrando-o à dinâmica social da comunidade. Incentivou ainda a localização e concentração espacial das funções administrativas dos níveis federal, estadual, e municipal, alegando que a proximidade com o centro comercial da cidade iria viabilizar um intenso comércio de varejo e uma demanda por estacionamento.

As ações estabelecidas no projeto foram sendo implantadas através de Pesquisa Histórica, Sócio-econômica, Inventários, Plano de Circulação no Centro Histórico, Plano de

Melhorias das Redes de Utilidade Pública e o Programa do Largo do Comércio (ANDRÉS, 1998).

Na primeira fase do programa, o projeto Praia Grande (1980-1982), caracterizou-se pela realização de obras no Largo do Comércio e adjacências. No ano de 1983, o trabalho de recuperação e preservação foi interrompido por falta de verbas, intensificando-se as pesquisas históricas (ANDRÉS, 1998), e sendo retomado no ano de 1987, agora com a denominação de Projeto Reviver.

Durante a segunda fase do programa (1987-1990), foram realizadas intervenções urbanas e viárias de forma prioritária no bairro da Praia Grande, com a proibição da circulação de veículos de carga ou passageiro nas ruas recuperadas pelo projeto, através do decreto nº 11.013, de 27 de Dezembro de 1988:

[...] devido à amplitude do Centro Histórico (220 ha-3.500 edificações) e a inexistência de recursos para imediato tratamento do mesmo como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande, propriamente dita (Largo do comércio e suas adjacências) como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico (ANDRÉS, 1998, p. 223).

Os recursos estaduais foram revertidos na aquisição de prédios para funcionamento de órgãos públicos e recuperação das redes de água e esgoto, energia elétrica e telefonia, além da reestruturação de ruas e calçadas. Essas iniciativas atingiram uma área de 12 ha, abrangendo cerca de 200 imóveis.

Inicia-se, no período de 1991-1994, a terceira fase do PPRCH/SL, na qual foram realizadas obras de restauração, reforma, ampliação e adaptação, além da elaboração de um projeto piloto de habitação no Centro Histórico, cuja realização deu-se posteriormente. Essa etapa contou com o apoio de recursos externos, através de convênio do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A área central foi definida pelo Plano Diretor da Cidade de 1992 (lei municipal nº 2.352, de 29/12/1992) que divide o centro da cidade em duas zonas de Preservação Histórica (ZPH, ZPH2). A ZPH está classificada em três zonas de proteção: ZT. 1 (Zona Tombada 1) com aproximadamente 60ha e 978 imóveis; ZT.2 (Zona tombada 2) com aproximadamente 160ha e mais 4.629 imóveis; e a Zona de Interesse Histórico com aproximadamente 173ha, considerada área de proteção do entorno. Já a ZPH2, corresponde às áreas de proteção ambiental e entorno do Aterro do Bacanga e do Parque Bom Menino ( Figura 11).

A Zona de Tombamento 1 (ZT.1) corresponde a área de maior interesse histórico, compreende a área de proteção da UNESCO e mais vinte quadras da área Federal (IPHAN), a Zona de Tombamento 2 (ZT.2), corresponde a área de proteção estadual com predominância de uso comercial (OLIVEIRA DE SOUSA, 1999).

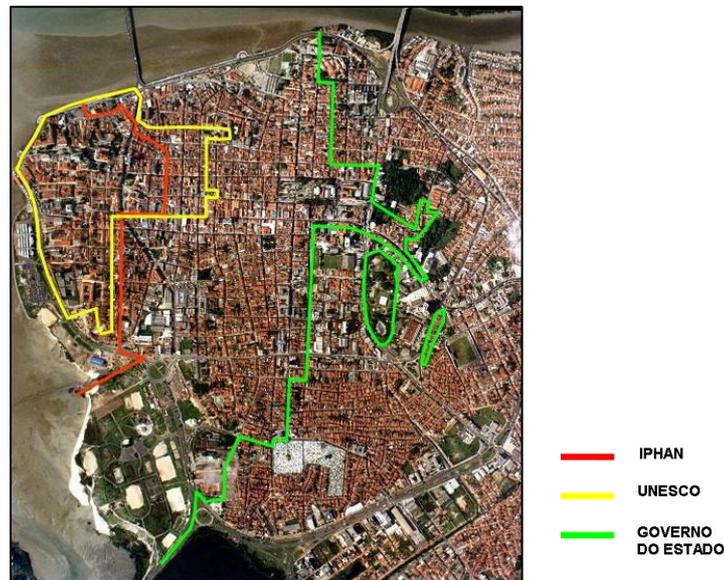


Figura 11- Áreas de Proteção do Centro Histórico de São Luís.  
Fonte: Portal do Governo do Estado do Maranhão (2010).

Em 1995, ocorreu o início das atividades do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste- PRODETUR no Estado do Maranhão, tendo como locais de atuação os Centros Históricos de São Luís e Alcântara. O objetivo consistia em dotar áreas potencialmente turísticas de uma infra-estrutura básica e turística eficientes, com vistas ao aumento quantitativo dos turistas nessas regiões.

Dentre as ações implementadas por essa fase inicial do programa no Centro Histórico de São Luís, destacaram-se a instalação de redes elétrica e telefônica subterrâneas, a restauração de prédios de valor histórico e cultural, notadamente na Rua da Estrela, e a criação de um Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico no Estado.

As ações do Programa ampliaram, assim, as obras que haviam sido realizadas no âmbito do Projeto Reviver no Largo do Comércio e Portinho. Observa-se que o Projeto Reviver recuperou somente os imóveis Estaduais, que foram utilizados para a instalação de órgãos da administração pública, estabelecimentos culturais, museus e centros culturais. Alguns prédios restaurados foram alugados para donos de restaurantes, bares, entre outras atividades voltadas para o setor turístico. Entretanto, observa Cruz (2000, p.145):

Os projetos de recuperação do patrimônio histórico abarcados pelo Prodetur pouco avançam além de mudanças na aparência das coisas. Apesar de propiciarem e induzirem novos usos desses espaços, deparam-se com dificuldades para eliminar usos antecedentes, como prostíbulos e cortiços existentes nas áreas desses projetos em São Luís, Recife e em Maceió, por exemplo. Daí uma constante tensão que paira sobre esses espaços, resolvida, em parte, pelo policiamento dessas áreas.

A última fase do PPRCH inicia-se em 1996 e estende-se até 1999. As obras nessa fase são pontuais, voltando-se principalmente para locais isolados do centro histórico e alguns fora dele. O que poderia ser considerado como mais importante e mesmo algo que traria solução não só a problemas relacionados à permanência de pessoas no centro histórico, mas, sobretudo, à questão social de habitação existente na área e na cidade de maneira geral, não é tido como de fundamental importância.

A preservação do conjunto arquitetônico da cidade como local de concentração de atividades e pessoas é uma relação que envolve fatores e conflitos políticos, econômicos e sociais, e que fica claro na definição de cidade como “espaço de confrontação de interesses variados e múltiplos” (SERRA, 1991, p. 74). Ao deter a análise sobre os programas aplicados no Centro Histórico, nota-se a importância conferida a algumas áreas e o descaso com que foram tratadas outras áreas, sendo que ambas estão protegidas pela legislação, isto devido ao interesse político, econômico e principalmente turístico, que cidades como São Luís recebe.

Dentre as ações que melhor se adequam à idéia de revitalização talvez fosse a de multiplicidade de usos, inclusive por meio de um planejamento habitacional do Centro Histórico que poderia ser resolvido com a reforma e adaptação dos casarões abandonados no intuito de esses servirem de moradia às famílias de baixa renda.

Embora no âmbito do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico - PPRCH ações sócio-educativas e de inclusão social estivessem previstas, as intervenções realizadas, durante esse período, detiveram-se na restauração de prédios históricos; as propostas de sensibilização comunitária e de educação patrimonial, quando efetivadas, revelaram-se ações pontuais que necessitavam de uma maior sistemática, assim como de uma gestão compartilhada entre os órgãos públicos, o empresariado e a comunidade local visando à conservação e integridade do patrimônio cultural de São Luís.

Assim, a promoção de atividades de cunho turístico que se seguiram ao projeto Reviver tencionaram a inserção da Praia Grande no mercado turístico em vias de expansão, enquanto alternativa para minorar o processo de recessão econômica e do relativo abandono da área estimulando, assim, a renovação do espaço urbano por intermédio do turismo:

Nesse contexto, os bens culturais passam a ter seu interesse ampliado como referenciais de identidades, mas ao mesmo tempo, aproximam-se da noção de mercadoria, associando os referenciais de identidade à possibilidade de seu consumo. Passam a representar um poder e um status diretamente ligado ao mercado, adquirindo um valor simbólico a ele associado. Dessa maneira, abrem-se as portas para a inserção dos bens culturais no circuito das comunicações, do consumo de massa e da indústria cultural (MOTTA, 2000, p.261).

Torna-se importante destacar que o apelo ao passado e à autenticidade das construções do Centro Histórico fez-se presente no discurso dos órgãos públicos, como por exemplo, a valorização da origem francesa como elemento de sua singularidade; muitos discursos enaltecem a importância dos povos formadores e a tradicionalidade da cultura local enquanto ensejos que possibilitaram a titulação de São Luís como cidade-patrimônio.

Assim, advém o apelo adjunto que o patrimônio cultural exerce, enquanto esfera totalizadora e reveladora deste passado, e que está impresso sob o signo da autenticidade. Gonçalves (2007) ao discutir os patrimônios culturais como elementos mediadores da relação entre espaço, tempo e história, assume a posição de que os grupos sociais ao dotarem o patrimônio de valores e significados, transformam-no em relíquia, herança.

Nota-se, ainda, que os patrimônios culturais resultam sempre de um processo de apropriação e de seleção que não se isenta de ideologias e pré-noções (CAMARGO, 2002). O patrimônio só existe enquanto tal a partir do seu reconhecimento como representação da memória e da identidade pelos diversos atores que integram o *corpus* social.

No que concerne à necessidade de inserção da comunidade nos mecanismos de gerenciamento dos bens patrimoniais revitalizados, a ausência de uma participação efetiva da comunidade incide-se nas práticas de preservação impetradas ao patrimônio edificado pelos residentes:

[...] Isso explica, em grande parte, as constantes depredações e violações ao patrimônio histórico por parte da própria população. Ela não se vê nos ícones, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação estatal, não se identifica com um passado remoto e com uma memória que não lhe diz respeito. Em outras palavras: ela não se sente responsável pela preservação de seus bens culturais, na medida em que ela mesma não foi consultada acerca do que se deve ser preservado ou não (ORIÁ, 1998, p.138).

Inserido no processo de produção e consumo cultural em escala globalizada, o conjunto de casarões e prédios históricos passou a ser percebido como símbolo de diferentes memórias e ao mesmo tempo um produto turístico. A obtenção do título de Patrimônio da Humanidade tornou-se um elemento benéfico para o desenvolvimento do turismo em São

Luís, uma vez que, adquirido essa outorga, a cidade passou a ser um importante núcleo indutor de turistas, posto que nela podem ser encontrados aspectos que a tornam única, original: as características tipológicas, os estilos das construções, as particularidades gastronômicas e das manifestações locais.

Nesse sentido, os agentes governamentais já prediziam à comunidade local a importância da associação entre turismo e patrimônio cultural, dada a atratividade que decorre desse mecanismo, e a conseqüente captação de fluxos de turistas motivados em conhecer os aspectos históricos e culturais locais. Dessa forma, o patrimônio cultural vem sendo reconfigurado por intermédio do aproveitamento turístico dos casarões coloniais, da formatação de roteiros, promoção de eventos no entorno do conjunto patrimonial, e na implantação de equipamentos turísticos, de lazer e entretenimento para turistas e comunidade local. Para Silva (2004, p.70-71):

Esse conjunto de atividades reforça a idéia de autenticidade, e acrescenta à paisagem urbana elementos pitorescos, como restaurantes de culinária típica e lojas de artesanato. A autenticidade e a originalidade mesclam-se com a sensação de 'volta ao passado', aspecto explorado na decoração do interior de hotéis, bares e restaurantes. De um modo geral, o apelo turístico recai sobre as feições mais pitorescas dessas cidades, cultivadas pela manutenção da cultura tradicional.

A revitalização do Centro Histórico de São Luís vem incorporando novos valores e significados que se refletem em novos usos do patrimônio cultural. A exemplo de outros bairros históricos - como o Pelourinho, na Bahia, e Recife Antigo, em Pernambuco -, o bairro da Praia Grande interpõe-se como espaço descontextualizado da dinâmica social contemporânea e, em alguns casos, sofrendo processo de descaracterização do acervo arquitetônico.

No bairro na Praia Grande observa-se o processo de homogeneização do patrimônio cultural, com a adoção de cores e elementos que destoam do entorno imediato das construções coloniais existentes no Centro Histórico, tornando-se similar as demais áreas revitalizadas em cidades como Recife, Pernambuco, e Salvador, Bahia. A transferência da população tradicional para outras áreas do Centro Histórico enfatiza o caráter turístico atribuído ao bairro, com a formalidade nas relações comerciais envolvendo comerciantes e grupos de turistas, além de se verificar o intenso policiamento no local. Esses aspectos contrastam com os elementos de convivialidade social que predominam nos demais locais de interesse turístico da cidade.

Como parte integrante desse processo, observa-se a valorização de determinados bens patrimoniais em locais estratégicos, o remanejamento da população tradicional para áreas

mais afastadas da Praia Grande, assim como o escamoteamento das intempéries sociais e econômicas presentes no entorno dos bens culturais. Na visão de Choay (2001), essa estratégia desencadeia uma *mise-en-scène*, que implica, nesse caso, numa imagem exacerbada, implicitamente maquiada e, portanto, estilizada do patrimônio cultural.

A visibilidade do patrimônio, em alguns casos, resultou na seleção e valorização de determinados elementos estéticos do acervo arquitetônico, no intuito de conferir homogeneidade ao espaço urbano:

A utilização de cores de forma indiscriminada, na pintura de fachadas de edifícios históricos, ignora padrões arquitetônicos e estéticos vigentes nos períodos de construção dessas edificações, transformando tais conjuntos em mera alegoria. Turistas estrangeiros (e muitos nacionais também) terão dificuldades para identificar, entre fotografias de uma possível viagem por capitais nordestinas, onde está cada um desses bairros históricos (CRUZ, 2000, p.146).

Acresce-se à conformidade arquitetônica dos centros históricos a tendência à padronização dos hábitos, costumes e estilos de vida comunitários – a exemplo do artesanato, folguedos tradicionais e gastronomia típica - que contribuem para a apropriação cenográfica do patrimônio como bem de consumo.

Observa-se que o trânsito de visitantes e os benefícios oportunizados pelo turismo refletem-se na introdução de novos valores no acervo arquitetônico local. O patrimônio cultural vem sofrendo constantes adequações visando a sua inserção no mercado turístico, articulando dessa forma a preservação dos valores social e simbólico do patrimônio cultural e sua adequação aos novos usos, nos quais se articulam preservação e mudança.

As ações públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade estiveram relacionadas à idéia de patrimônio edificado, de monumentalidade. Os saberes e fazeres populares, as construções populares ou os lugares de referência comunitária não eram ainda reverenciados como dignos de serem patrimonializados e, assim, foi sendo construída uma noção de patrimônio voltado para o lado elitizado da cidade.

Nesse particular, os roteiros turísticos implementados no centro histórico de São Luís, em geral, prelecionam os “lugares de memória” a serem visitados pela demanda. Estes, invariavelmente, privilegiam artefatos originários da história oficial, representada pelo Palácio dos Leões, Avenida Pedro II, Praça Benedito Leite, igrejas, o Palácio Episcopal, dentre outros. Esses roteiros “reforçam a noção de viagem vista do ponto de vista do sedentário, dos ícones estáticos, constituídos para marcar o local” (GASTAL, 1998, p.108).

A concepção de patrimônio cultural que orientou as políticas públicas de preservação do patrimônio na cidade refletiu-se também na postura dos moradores em relação aos significados dos termos patrimônio e preservação. Um primeiro aspecto a ser considerado refere-se à visão de patrimônio existente entre os moradores do bairro. Houve a predominância de uma visão clássica acerca de patrimônio cultural, relacionando-o estritamente às construções edificadas.

Tornaram-se recorrentes as referências em torno da historicidade do bairro, dos elementos que reportam à antiguidade e ao valor excepcional do acervo arquitetônico: é algo histórico e antigo<sup>31</sup>; para mim o patrimônio são as coisas que fazem parte da nossa cultura, as coisas antigas que hoje poderiam ser mais bem aproveitadas<sup>32</sup>; ou ainda são os prédios únicos, são coisas únicas para nossa cultura,<sup>33</sup> São coisas antigas, que relembrem nosso passado<sup>34</sup>; os prédios são o patrimônio, pois neles estão as histórias<sup>35</sup>.

Os moradores atestaram a singularidade deste espaço urbano, dotando-o de uma aura de sacralidade - tendo em vista a representatividade do acervo patrimonial, em termos de elementos arquitetônicos - e de uma concepção de pureza, por se vincular diretamente ao passado colonial da cidade de São Luís.

Ressalta-se que os entrevistados associaram o bairro da Praia Grande à noção de cidade patrimônio, posto que a inscrição de São Luís na lista do patrimônio cultural da humanidade relaciona-se diretamente às características da Praia Grande apontadas pelos moradores. Para Baudrillard (1993), o antigo reveste-se de uma aura que remete aos indivíduos o valor da transcendência, nesse caso, os elementos constitutivos do patrimônio cultural são apreendidos como portadores de uma ancestralidade, e das origens míticas dos precedentes.

Os entrevistados consideraram que a preservação do patrimônio equivale à manutenção de suas características originais, para mim, preservar é reformar o que está destruído, mas conservando a forma<sup>36</sup>; é cuidar, para que mantenha a sua própria característica<sup>37</sup>, cuidar, restaurar sem danificar a forma original.<sup>38</sup> Quando interpelados a respeito da revitalização do bairro da Praia Grande, todos os entrevistados afirmaram a sua importância como instrumento de manutenção dos bens patrimoniais, por um lado, e do outro,

<sup>31</sup> Regina Lima. Contabilista e vive na Praia Grande há 40 anos.

<sup>32</sup> Maria da Conceição Barbosa. Doméstica, 59 anos, moradora da Praia Grande há 35 anos.

<sup>33</sup> Ana Souza. Autônoma, moradora há 01 ano.

<sup>34</sup> José de Ribamar. Aposentado, 65 anos, morador da Praia Grande há 40 anos.

<sup>35</sup> Cristina Rosa. Comerciante, 40 anos, moradora da Praia Grande há 40 anos.

<sup>36</sup> Keila Gomes. Comerciante, 45 anos.

<sup>37</sup> Dnair Campos Cutrim. Aposentada, moradora da Praia Grande há 52 anos.

<sup>38</sup> Raimundo Diniz Barros. Comerciante, 78 anos, vive no bairro há 48 anos.

como fator que permite à comunidade do Centro Histórico reconhecer o significado dessa área para o fortalecimento da memória e da identidade local.

Esse reconhecimento torna-se perceptível na seguinte informação verbal: Revitalizar é promover o nosso patrimônio, é importante para manter viva a história da Praia Grande, nossas ruas, casarões, têm muita história, muita coisa para ser mostrada para as gerações futuras. Lembrar que uma parte da memória da cidade está guardada aqui, nos casarões coloniais, nos azulejos. Eu acho que revitalizar é importante por trazer à tona nossas raízes.<sup>39</sup>

Ainda, parcelas significativas da população entrevistada atribuem somente ao Estado a tarefa de preservação e conservação do acervo arquitetônico. Foram apontadas práticas, como limpeza das ruas, evitar a depredação, manutenção das características originais da fachada dos casarões, dentre outros. No entanto, esses discursos não se legitimam na prática, na medida em que se torna evidente os exemplos de pichação dos prédios, ausência de preocupação em depositar o lixo em locais adequados, além das práticas de vandalismo, que comprometem a integralidade do patrimônio da cidade.

Os elementos do patrimônio evocados pelos moradores da Praia Grande como distintivos da sua memória e identidade fazem-se presentes, em maior ou menor intensidade, nas políticas públicas de preservação do patrimônio local. Entretanto, à preservação dos lugares significativos para os residentes, acresce-se a necessidade de disseminar as memórias do lugar, enquanto proposta de afirmação do sentido de pertença dos agentes locais aos espaços públicos, bem como para a conservação do patrimônio ambiental urbano (CASTRIOTA, 2009).

Observa-se que, na contemporaneidade, o conceito de patrimônio torna-se polissêmico, sendo definido de acordo com o lugar social que os indivíduos ocupam em um determinado momento ou contexto histórico. Aos valores de excepcionalidade e monumentalidade, presentes nas práticas iniciais de preservação dos bens culturais, emergem novos parâmetros que consideram as relações, o contexto e a representatividade que o patrimônio adquire para os membros de uma sociedade, enquanto enunciador de memórias individuais e coletivas e provocador do sentimento de pertença.

A substituição de um conceito tradicionalista de patrimônio histórico como sinônimo de monumentos edificados e obras de arte, sacralizados e excepcionais, para uma abordagem mais dinâmica surge como resultado do alargamento conceitual do termo cultura, entendida

---

<sup>39</sup> Bernardo Santos do Socorro. Vendedor, 36 anos.

como processo e, enquanto tal, enriquecida na dinâmica das relações sociais e das interações entre o homem e o meio ambiente.

Essa concepção ampla de patrimônio cultural aproxima-se do conceito de legado cultural (BONFIM, 2005), aqui entendido como construção coletiva, inserido numa rede de relações dinâmicas que sofrem constantes processos de transformação e recriação, seja por meio da criatividade dos diversos segmentos sociais, seja pela intensificação dos contatos culturais, pela influência dos *mass media*, pelo advento de novas tecnologias da comunicação e informação que caracterizam as sociedades contemporâneas.

À fragmentação das identidades assiste-se a busca ou retorno às tradições locais, às origens, aos mecanismos de afirmação e fortalecimento das identidades, com a articulação de determinadas práticas e manifestações sócio-culturais às redes globais de produção e consumo cultural, no sentido de afirmá-las enquanto diferença. Essa nova necessidade contribui para a organização de movimentos e iniciativas em prol do direito à preservação e à eternização das diferentes memórias individuais e coletivas presentes no corpus social.

Para além dos monumentos de valor excepcional e representativos de determinados acontecimentos ou personagens históricos, tornam-se objeto de preservação os espaços e práticas sócio-culturais que possuem um forte conteúdo simbólico e espiritual para uma dada comunidade. Trata-se em sentido amplo, de um processo de valorização dos espaços de enraizamento da memória popular, lugares apropriados socialmente e coletivizados e, portanto, construtores de identidade.

O objetivo consiste em valorizar os diferentes patrimônios que se configuram e os conteúdos simbólicos que a eles se associam, “que podem ser estruturas arquitetônicas urbanísticas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais” (GONÇALVES, 2007 p. 153).

Implícito nesse processo reside a necessidade de democratizar o direito à memória e à preservação dos patrimônios de grupos étnico-culturais específicos, dos espaços sagrados e profanos, reconhecidos pelas comunidades como legado herdado dos seus antecessores, lugares relacionais, que enunciam memórias presentes e passadas, relevantes por se constituir em espaços de cidadania cultural. Memórias e histórias até então silenciadas, e que na atualidade vêm encontrando mecanismos de legitimação nas propostas de proteção e valorização do patrimônio cultural.

A revitalização pressupõe uma ampla estratégia de revigoração e de busca pela vitalidade das áreas urbanas, contemplando aspectos sociais, econômicos, culturais e físico-territoriais, através de variados mecanismos de controle e fomento dos processos urbanos

(DEL RIO, 1991). A revitalização não se refere apenas à manutenção de conjuntos arquitetônicos, conservando sua integridade física, mas atua, sobretudo no sentido de inseri-los na dinamicidade urbana, revestindo-os de novos valores e possibilitando a sua incorporação à vida contemporânea.

Seguindo essa perspectiva, a revitalização de centros históricos deve propiciar a incorporação do patrimônio material ou intangível na vida contemporânea das cidades para o atendimento das necessidades de lazer, entretenimento e aprendizado. Na visão de Meneses (2004, p.59):

[...] O processo de identificação, apreensão, interpretação e informação sobre o patrimônio cultural deve ser adequado à realidade local, útil à sociedade, a serviço da qualidade de vida da população e, portanto, harmônico com ela. Deve ser uma construção própria, diversa, histórica, associada intimamente com a realidade local, que é distinta em cada lócus de observação. E, sobretudo, deve ser um processo identitário que, partindo da realidade social de suas peculiaridades e de suas tradições, tenha aderência ao devir das pessoas que compõem o espaço histórico a ser trabalhado.

Ao processo de revitalização devem associar-se ações educativas que oportunizem a apropriação e do legado cultural pela comunidade, e a otimização da experiência dos visitantes, contribuindo para a promoção da sustentabilidade do patrimônio cultural. O objetivo consiste em promover a valorização dos bens simbólicos por meio de seu aproveitamento sem, contudo, infringir-lhe modificações substanciais que alterem as suas características particulares e a sua importância para a história e para a cultura local.

Nesse sentido, ao revigorar o patrimônio cultural relacionando-o ao presente, essas ações oportunizam à comunidade um importante aprendizado sobre a sua própria trajetória cultural, destacando as características históricas e culturais dos acervos arquitetônicos, ressaltando assim, a importância dos referenciais culturais para o revigoreamento ou fortalecimento das identidades.

Alguns entrevistados informaram que as ações de revitalização, empreendidas pelos órgãos públicos locais, poderiam trazer maiores benefícios para a comunidade, atendendo aos seus anseios e expectativas. Para esse grupo de moradores, a preservação poderia ser alcançada mediante a refuncionalização do acervo arquitetônico, sobretudo por meio da função habitacional. É o que revela a informação verbal dessa moradora: Preservar é cuidar das coisas, por exemplo, tem um monte de prédios velhos aí que prometeram restaurar para

servir de moradia à comunidade e até hoje nada. Se isso acontecesse todos seriam beneficiados com a preservação do patrimônio<sup>40</sup>.

Dotar o patrimônio de novos usos pode contribuir para a valorização das produções culturais de uma determinada comunidade, permitindo a manutenção das construções arquitetônicas, renovando a paisagem urbana e tornando-a funcional para os seus habitantes. Os moradores, por seu turno, devem participar do processo de amalgamação dos recursos culturais para o turismo, contribuir para a disseminação de sua memória e para a revitalização dos espaços urbanos testemunhos de sua história. Nesse âmbito a cidade será vista “como construção histórico-cultural, como patrimônio de seus moradores, como espaço de memória” (MENESES, 2004, p.86).

Outros moradores consideraram que a revitalização do bairro contribuiu para potencializar seu potencial de atratividade turística: é importante para manter o bairro bonito, para atrair turistas<sup>41</sup>, torna-se interessante para a conservação de nossa história e receber melhor os turistas.<sup>42</sup>

Analisando o processo de revitalização do bairro da Praia Grande, torna-se perceptível que os investimentos na recuperação do acervo arquitetônico, a política habitação urbana, bem como a alocação de equipamentos turísticos não visavam somente ao atendimento das necessidades e das expectativas da população residente, estando implicitamente voltado para a atividade turística e para o marketing institucional.

O apelo turístico do Centro Histórico de São Luís incide no passado socialmente construído, e implicitamente, reflete-se no apego à tradicionalidade e à autenticidade da cultura local. Assim, glorifica-se o passado, o qual é constantemente reiterado e rememorado nos casarões, becos, escadarias, e lendas, que permeia o imaginário coletivo, e por extensão, o turístico:

Transportar, trazer para outro lugar, metáfora (*meta pherein*). Vencer a distância temporal esta [é] a sensação [...] de estar caminhando por uma cidade que o ‘tempo esqueceu’, contraponto à sua percepção de habitante de uma metrópole, onde o ‘tempo corre depressa’. A cidade como um ‘texto’ do passado, de uma época de glórias perdidas nas brumas do tempo, mas reencontradas a todo momento ao dobrar-se em uma esquina, no sobrado, nas pedras de cantaria, nos azulejos e mirantes. Esta a leitura poética da urbe colonial, que o turista registrou com sua máquina fotográfica, direcionando o ‘olhar’, com o intuito de preservar mecanicamente este ‘instantâneo’ do passado (COSTA, 2001, p.10).

---

<sup>40</sup> Maria da Conceição. Comerciante, 50 anos, vive há 47 anos no bairro.

<sup>41</sup> Irene Lopes. Professora, 48 anos, moradora há 34 anos.

<sup>42</sup> José Lima Silva. Feirante, 52 anos, morador da Praia Grande há 20 anos.

Por meio das ações provenientes de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, o espaço urbano da Praia Grande passa a adquirir maior representatividade. A cidade incorpora seus monumentos antigos e os (re) apropria, no intuito de estes possam assumir determinada funcionalidade no presente. A culminância desse processo deu-se com a elevação de São Luís à condição de cidade patrimônio cultural da Humanidade, conforme indicado. A obtenção do título conferiu notoriedade a São Luís, contribuindo decisivamente para a captação de fluxos turísticos para essa localidade, notadamente para o bairro da Praia Grande.

A paisagem contemporânea do bairro da Praia Grande caracteriza-se por uma cadeia produtiva do turismo em atuação - representada pelos bares e restaurantes, hotéis e pousadas, lojas de artesanato, empresas prestadoras de serviços de receptivo aos visitantes-, em convívio com a comunidade no entorno. Ressalta-se a existência de relações, muitas vezes conflituosas, envolvendo turistas e comunidade, mormente no que se refere às estratégias de agenciamento do patrimônio local para o turismo.

## 2 PRAIA GRANDE ESPAÇO URBANO E ATIVIDADE TURÍSTICA

*Ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatos altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar.*  
(Eduardo Yásigi, 2001)

A paisagem urbana configura-se nos traços materializados sob a forma de ruas, praças, avenidas, casarões e edifícios de um dado momento histórico, de uma determinada época, os quais sendo ressignificados pela comunidade sobrevivem ao tempo (SANTOS, 1996). Pode-se comparar a cidade a um livro, cada um de seus elementos é como uma página que se abre, descrevendo o passado de quem a construiu e de quem a habitou, quem sobre ela legislou, deu-lhe o nome; traçou seus desenhos, determinou os modelos de suas casas, as dimensões de suas ruas, o lugar apropriado para o cemitério, para as igrejas, para os hospitais, feiras, conventos, o prostíbulo, as favelas, as mansões, os lugares-memória.

Além desses elementos materiais, a cidade pode ser representada em outros níveis, ou seja, nas manifestações culturais predominantes, nas atividades econômicas, no seu patrimônio natural. A dinâmica a que está sujeita uma cidade representa a própria questão cultural, cujo significado nos remete aos sujeitos que compartilham os mesmos significados, formando aquilo que se denomina comunidade de sentidos, “habitação, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano (MENESES, 2006, p.39).

A cidade é uma força social presente no imaginário dos seus habitantes, capaz de gerar sentimento de identificação e solidariedade. A cidade, assim, não se dá aos que a ocupam como um espaço abstrato ou como lugar destinado a apenas certos usos técnicos, tais como circular, trabalhar, morar. Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados aos movimentos mais tênues do sujeito.

Conforme indica Freire (1997), nos passeios cotidianos a memória e a imaginação trabalham e registram nos sujeitos as transformações sutis porque passam as cidades, tais como uma nova pintura de uma fachada, o antigo letreiro, o prosseguimento de uma construção, a rua estreita que foi alargada, o edifício em demolição, o lugar frequentado na infância.

Esses passos, no entanto, não são casuais; o emaranhado traçado por eles revela um entrecruzamento de vozes, valores e sentidos que determinam certo ritmo de ordenação ao

espaço. Desse modo, o desenhar da trajetória dos grupos sociais nos lugares da cidade deixa um rastro de significados perceptíveis, tanto para os que nela residem como para quem tenta elucidá-la num percurso turístico.

Conforme exposto no capítulo anterior, o patrimônio cultural está intrinsecamente relacionado às vivências de uma comunidade e, essas, interconectadas ao bairro, ao centro histórico, à cidade. Nesse sentido, os espaços urbanos contêm em si referências para determinado grupo social na medida em que se reveste de valores simbólicos, memorial que remete às diferentes histórias, memórias e identidades locais.

Há ligação entre a coletividade e o lugar, onde os saberes e fazeres comunitários continuam sendo apreendidos e ressignificados. O patrimônio cultural interage com o momento presente, sendo então referencial histórico e identitário e suporte das manifestações culturais e da vida cotidiana.

O patrimônio cultural urbano consiste, portanto, no resultado da acumulação de esforços de uma ou várias gerações na elaboração de uma sociedade que se expressa pelo modo de construir, mas onde, também, estão imbricadas sua maneira de viver, de relacionar-se com os seus pares e com o ambiente que a cerca. Um patrimônio cultural é, pois, uma construção que depende de uma trama social como as políticas de preservação, que são elementos-chave nesse processo que ressignifica os lugares:

As cidades não são concebidas de uma só vez e por um só autor, senão ao longo de séculos e por múltiplos e sucessivos atores, que a cada geração se apropriam de elementos antigos, descartam outros, criam novos e reinterpretam tudo criando novos sentidos. Toda cidade é, assim, ao mesmo tempo, histórica e contemporânea, uma obra aberta e permanentemente em transformação (MAGNANI, 2006, p.65).

A cidade pode ser contemplada como um cenário para o jogo cênico dos personagens/habitantes, que assumem a posição-sujeito neste extenso enunciado, que congrega, de forma concêntrica, diferentes enunciados que se entrecruzam e muitas memórias. A cidade representa a estrutura que comporta os sujeitos dentro da sociedade, portanto, ela nos envia mensagens sobre as relações sociais.

Propiciando a construção e reconstrução das identidades, reproduz a vida humana em todas as duas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro e busca de identidade na relação com o outro. Os espaços urbanos apresentam marcos para a tessitura da identidade, como destaques no imaginário que cada morador constrói da cidade e que contribuem para a familiaridade das pessoas com o entorno. Marcos que servem também

para fixar e fortalecer um centro ou uma centralidade em torno do qual a cidade se organiza (LYNCH, 1988).

Fruto de uma obra coletiva, a cidade guarda em si vários significados. Os valores culturais atribuídos ao espaço urbano decorrem da ação social. Não estão detidos nos objetos, mas são oriundos da dialética das relações sociais. A identidade, a significação, a importância dos objetos, o reconhecimento dado a algumas coisas e valores provêm do que lhes é imposto pelo grupo social. Assim, um profundo dialogismo se inscreve na rota que o sujeito traça pela cidade. Esse diálogo ancora-se, por um lado, nas ações públicas de preservação do patrimônio que determinam os sentidos que irão circular nesse espaço, e do outro, nas práticas que os cidadãos exercem a partir desses códigos, reelaborando-os.

O bairro da Praia Grande representa uma memória escrita, virtualidade de uma cultura. Nele, o passado pode ser revivido, buscado nos escaninhos dos becos, das ladeiras, das escadarias, dos velhos telhados, dos sobradões. A sua configuração, seus azulejos, os trilhos desativados dos bondes, os velhos postes de iluminação agonizando na ladeira da rua de paralelepípedos, suas velhas árvores, suas ruínas, seus velhos moradores, cada um, a seu modo, conta uma história, às vezes, muda, silenciosa.

Centro convergente de pessoas que ali vivem, trabalham, se divertem e que, portanto, sofreram e sofrem os efeitos das políticas públicas de preservação. As práticas sociais, a vida cotidiana dos moradores é expressa através das edificações ali situadas, sendo então, uma representação da memória e da identidade, mas que está inscrito na realização do espírito, ou seja, na cultura.

A manutenção desse espaço urbano passou a ser um dos elementos propulsores do turismo, que promove o patrimônio cultural como uma das singularidades da cidade. Mas a articulação entre turismo e patrimônio passa a ser um desafio – promover a preservação desse lugar-memória em tempos de fragmentação das cidades, de instabilidade e volatilidade das relações intersubjetivas.

Na sociedade contemporânea, a revitalização de áreas urbanas torna-se uma alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico. Nessa concepção, o bairro da Praia Grande é reinventado a partir da ressignificação de formas do passado, a qual produz um conceito de urbanidade que se baseia, sobretudo, no aproveitamento turístico do legado cultural. Por meio das ações de revitalização, busca-se o realce do lugar Praia Grande no mercado globalizado. O processo de revitalização é um mecanismo de preservação do patrimônio cultural que se reflete na produção de novos cenários, ou novas paisagens, como a articulação entre a tradição e a modernidade, preservação e mudança.

No capítulo que se segue, o bairro da Praia Grande torna-se o foco de discussão, no sentido de compreender a importância simbólica que hoje ostenta. Para tanto, fez-se necessário esquadrihar as relações comunitárias, os processos patrimoniais implicados nesse espaço urbano e as repercussões que deles se originaram. Segundo Souza (1997, p. 109), numa leitura urbanística “é necessário não só perceber a forma, entender seu conteúdo, como associar e desvendar as formas de pensamento que estão por trás de suas representações”. Lembra, portanto, “que é preciso ver forma, conteúdo e pensamento no texto da cidade”.

Considerando o Centro Histórico como local de produção cultural, onde seus aspectos físicos e materiais são decorrentes dos usos e hábitos, ou seja, da dinâmica da vida, discutir suas transformações consiste em deter o olhar para o seu contexto e seus usuários. Uma vez que a possibilidade de práticas sociais na cidade está vinculada ao cotidiano das pessoas, a reflexão proposta toma como base as informações dos moradores entrevistados, a forma como estes atores sociais interpretam o seu cotidiano e as políticas de preservação.

Propõe-se ainda a leitura do espaço urbano através de sentidos que os representantes públicos de preservação do patrimônio produzem sobre determinados lugares e práticas culturais. O objetivo consiste em compreender a realidade social concreta daquele local como espaço significativo, ou seja, “espaço em que os sujeitos e as práticas urbanas se significam” (ORLANDI, 2004, p. 151).

O patrimônio cultural configura-se como o lugar de falas sobre a memória, assim como da eleição de discursos sobre a história da cidade. Na Praia Grande, encontram-se muitos enunciadores que se situam em diferentes perspectivas, numa polifonia que tece o emaranhado de relações sociais, econômicas e culturais que o bairro enseja.

## **2.1 Usos e cotidiano dos moradores**

Texto aberto a uma pluralidade de leituras, a compreensão da dinâmica do bairro da Praia Grande só adquire sentido quando se problematizam as memórias individuais e coletivas, sociais e históricas, ou seja, quando o patrimônio cultural relaciona-se com as questões e os desafios travados na atualidade, e a comunidade questiona-se, reporta-se e se projeta.

As primeiras lembranças que vieram à tona na fala dos moradores remontam ao passado colonial da cidade, período em que, na visão deles, o Centro Histórico e suas

atividades comerciais apareciam de forma mais dinâmica, entrelaçando-se com o cotidiano das ruas boêmias onde habitavam a burguesia mercantil. No passado, o bairro da Praia Grande enquanto centro comercial reservava aos seus moradores determinados lugares para encontros e sociabilidade. Adentrando ao cotidiano, o tempo passava lento e impregnado de histórias.

Em determinados enunciados, a Praia Grande emerge como ponto de espera, de chegada e de partida, simbolizando a alma da cidade. Acompanhando o ritmo de transformação da paisagem urbana, o bairro mudou de sentido: do lugar de ficar vão se tornando espaço para consumir. A fragmentação das cidades em tempos de hibridismo, pós-modernidade e globalização traduz um sentimento de estranhamento nos sujeitos, deslocando o que era íntimo, familiar aos moradores em algo diferente, extraordinário, ou não-habitual.

Analisando as conseqüências da sociedade globalizada e pós-moderna na dinâmica dos lugares, Fonteles (2004, p.74) destaca o descentramento das idéias, e de posturas dos diferentes grupos sociais como parte integrante desse processo, atrelado ao fenômeno da desterritorialização:

[...] a sociedade global desterritorializa quase tudo que encontra pela frente. Mesmo o que se mantém territorializado desfigura-se. A desterritorialização é uma realidade isenta de espaços e tempo, na qual se engendram espaços e tempos inimagináveis.

Em concórdia com Fonteles, Haesbaert (2002) aponta outro elemento intrínseco a esse mecanismo, a “desterritorialização culturalista”, ocasionada pelo esvanecimento dos laços afetivos e dos referenciais simbólicos dos grupos sociais em relação aos lugares onde se medeiam as relações sociais, alterando a sua personalidade e a forma com que os sujeitos desenrolam suas ações. Os moradores observaram atentos para as ruas, calçamento, cores, qualidades e imperfeições das edificações, ao mesmo tempo em que os relacionaram a outros lugares e tempos, lembranças e vivências. Para alguns entrevistados o bairro, de lugar de moradia, transmutou-se em lugar-mercadoria, destituído de inteligibilidade.

Contrapondo-se às tentativas de homogeneização e padronização do espaço urbano da Praia Grande, os moradores buscaram os seus lugares de memória nos quais, segundo Nora (1994, p.21) a memória trabalha, oferecendo ao sujeito diferentes pontos de referência a partir dos quais o outro, o coletivo, conecta-se com o individual; pontos de referência que, vindos de outras épocas, de outras realidades e experiências “frequentemente integram-se em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem”. A posse desses lugares de memória garante, assim, não somente a continuidade espaçotemporal, mas a apropriação da urbe e, conseqüentemente, assegura a própria condição de habitante do lugar.

Em seu percurso mnemônico pelo bairro da Praia Grande, os moradores reconstruíram o tempo vivido, reelaborando e remanejando, por meio do tom das palavras, dos silêncios, pausas e inflexões, fragmentos da cidade que aos seus olhos se desfaz, se constrói e se solidifica em outras bases. Sugeriram ainda alterações, projetando, assim, soluções espaciais e políticas para a revitalização do espaço em que transitam:

As múltiplas e freqüentes intervenções (nas cidades), inevitavelmente desfiguradoras dos contextos existentes, constroem novos cenários urbanos, tornando os referentes instáveis e transitórios. As paisagens urbanas, paradoxais e difusas, desintegram os suportes da memória e desativam os mecanismos de reconhecimento. Além de espaço em que emergem movimento, a cidade constitui, sobretudo, um espaço em movimento (SCHULZ, 2008, p.206).

Na contemporaneidade, os casarões da Praia Grande tornaram-se sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais ou foram refuncionalizados, passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes, lojas de artesanato e souvenirs. Enquanto o Centro Histórico adentra num novo ritmo e uma nova racionalidade que recria as identidades na Praia Grande, redefine-se o tempo social do morador, tornando-o híbrido, fragmentado, multifacetado. A cidade que se apresenta para eles é uma cidade sem memória, mercantilizada, que abstrai os anseios da comunidade (Figura 12).

Os versos extraídos do poema de Cruz (1995, p.15-22), intitulado **litania da velha**, remete de forma alegórica às condições cotidianas de existência dos moradores no cenário da Praia Grande sob o olhar saudosista de uma moradora sem nome que vagueia pelas ruas coloniais absorvendo as encruzilhadas de tempos sobrepostos – o colonial e o moderno – e, ao mesmo tempo, excludentes:



A rua, de novo, é caminho que a leva para a passagem das horas.

A atenção, entre as pedras, ignora a manhã que cresce sem ela.

[...] O dia de há muito não tem noite e a noite para ela não tem dia.

A insônia lhe nega a sensação de que a manhã recomeça.

A vida se inteiriza assim sem a trégua de um intervalo.

[...]

O odor dos porões sobe a escadaria exalando nos andares desfeitos.

As antigas alcovas se abrem em cloacas na incontinência dos restos.

A esquina adiante improvisa um duelo e acolhe a pressa e o susto.

O alvoroço não cabe no espectro do entulho que se cobre de pranto.

O sobrado desaba sob a complacência de quem lhe espreita essa queda.

A ruína é conquista que explode exata contra o pálido espanto.

Figura 12 – O morador e o tempo

Fonte: Acervo da autora (2007).

As diferentes vozes e histórias dos segmentos populares são serializadas não encontrando, segundo os moradores entrevistados, eco no patrimônio edificado, ao mesmo tempo em que os lugares afetivos e, conseqüentemente, as lembranças dos moradores são entregues às vicissitudes do tempo. Memória, esquecimento e silêncio sobrepõem-se nas ruas e escadarias da cidade colonial, agora transformada em cidade turística.

As permanências, as constâncias reveladas nas edificações históricas e nas vivências comunitárias, e o transitório, o temporário – expresso nas políticas de atração de investimentos e de negócios turísticos para a área central da cidade – dialogam com o cotidiano dos moradores, conferindo à paisagem do bairro um aspecto recorrente de liminaridade (TURNER, 1974). O estágio liminar invoca o estranhamento dos moradores em relação aos seus lugares de convivência, de afetividade, com sua posterior reagregação à dinâmica do bairro, agora revestida por novas formas de representação espacial e identitária:

Os atributos de liminaridade [...] são necessariamente ambíguos... esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede e classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. [...] exprimem-se por uma rica variedade de símbolos [...] que ritualizam as transições sociais e culturais [...] As entidades liminares [...] podem ser representadas como se nada possuíssem [...] não possuem “status” (TURNER, 1974, p.05).

Na visão de alguns entrevistados, essas novas representações atribuem ao morador a função de espectador, provocando tensões e dissonâncias inerentes ao processo de mercantilização dos espaços urbanos para o turismo. As relações sociais e espaciais se transformam no fluxo do tempo e não ocorrem sem conflitos, contradições e resistências. O estado permanente de transformação da Praia Grande, da passagem da condição de área residencial para comercial, e, conseqüentemente, da posição de morador para o *status* liminar de objeto de consumo turístico, afeta consideravelmente os padrões de relacionamento entre os moradores e os lugares cotidianos e de lazer.

Os novos personagens ou atores sociais que adentram ao espaço urbano do Centro Histórico reivindicam o consumo dos lugares de memória oficiais difundidos pelo *marketing* turístico. Nesse mecanismo de atratividade, remodela-se o espaço urbano para atender às necessidades da demanda turística. O embelezamento e a higienização do local, comuns em áreas que sofreram processo de revitalização, contribuem para acentuar a privatização do patrimônio cultural urbano (CORIOLANO, 2006; CARNEIRO, 2006). Incidem-se também junto aos grupos sociais que apresentam características que não se adéquam às novas funções dos Centros Históricos valorizados, como por exemplo, os vendedores informais ou ambulantes e os *hippies*.

Esses sofrem constantes processos de fiscalização de suas atividades pelos órgãos da prefeitura municipal e, em alguns casos, são retirados ou transferidos para outras áreas a fim de evitar maiores transtornos para os turistas e visitantes (SILVA, 2009). Ocorre uma delimitação do espaço urbano para a prática de atividades turísticas no Centro Histórico, com a concentração de atividades, produtos e serviços culturais na área da Praia Grande, e a seleção de monumentos e bens patrimoniais que podem se transformar em objetos do olhar do visitante:

[...] Invariavelmente essa população é fixada nas áreas menos nobres do núcleo turístico, em local, se possível, não visível para os turistas. Essa é quase marginalizada não tendo acesso aos equipamentos implementados no núcleo. Nos espaços turísticos sofisticados geralmente não há lugar para a população residente (RODRIGUES, 2001, p.92).

A privatização torna-se perceptível também quando se analisam as formas de apropriação do espaço urbano da Praia Grande pelos moradores. Essas se restringem às atividades profissionais ligadas ao comércio e à prestação de serviços turísticos. As principais funções desempenhadas pelos moradores entrevistados corresponderam a empregos que

exigem pouca qualificação profissional – comerciantes, feirantes, empregadas domésticas, atendentes de lojas, bares e restaurantes.

Conforme argumenta Krippendorf (2001), nos lugares turísticos a mão-de-obra local comumente não é absorvida pelos equipamentos que ali se instalam, sendo lhes conferidas funções que exigem pouca ou reduzida especialização, fato que contribui para que os agentes locais busquem formas alternativas para a sobrevivência. Um dos principais problemas levantados pelos informantes a respeito do seu cotidiano refere-se à pobreza econômica, pois como destacaram a maioria dos moradores vive do comércio informal ou de subempregos.

Esse fato decorre porque muitos moradores de maior poder aquisitivo já se retiraram para outros bairros da cidade permanecendo no lugar, moradores antigos e já de idade avançada, aqueles que não tinham alternativa financeira ou por questões emocionais. As gerações mais novas que ali residem, grande parte aproveitou-se dos casarões abandonados e os invadiram. O cotidiano dos moradores sofreu algumas modificações em virtude das ações públicas de preservação. A proibição do tráfego de carros dificulta a passagem e a acessibilidade dos moradores e transeuntes que percorrem o Centro Histórico, a fim de desenvolverem suas atividades rotineiras.

Constatou-se ainda o desinteresse por parte dos entrevistados em investir em atividades comerciais na área, tais como supermercados, farmácias, padarias e outros estabelecimentos, uma vez que há um esvaziamento da área ao final do expediente do funcionalismo público, o que compromete ainda a segurança.

Considerando os fatores sócio-econômicos e devido ao fluxo de atividades turísticas vem ocorrendo um aumento da violência na área: assaltos, assassinatos, furtos, estupros, etc. Tornou-se claro nas informações obtidas que a segurança do turista é mais importante que a do morador, o nível de atendimento prestado ao turista deve ser melhor que aquele prestado aos moradores, segundo observaram alguns informantes. Para o atendimento dos moradores há um pequeno posto policial que funciona só até meia-noite.

O problema de estacionamento no Centro Histórico é uma questão que ainda permanece com muitas deficiências, apesar da construção de alguns estacionamentos em volta da área, os usos instalados no local, como equipamentos culturais, instituições, favorecem a concentração de pessoas e a geração de tráfego, criando uma demanda de áreas para estacionamento. As intervenções pontuais e os investimentos realizados em infra-estrutura, na recuperação de imóveis para uso cultural buscando a preservação e revitalização do local não levou em consideração a acessibilidade da área (Figura 13).



Figura 13 – estacionamento na Rua da Estrela (a) e na Rua do Giz (b)  
 Fonte: Acervo da autora (2008).

A especulação imobiliária também foi apontada pelos moradores como uma das principais mudanças decorrentes da política de patrimonialização por que vem passando a área, o que representa para eles a perda da propriedade ou posse das construções coloniais. A comunidade entrevistada afirmou que boa parte dos casarões foi comprada por franceses, portugueses, italianos, dinamarqueses, que os transformaram em objetos para o consumo turístico.

A seguinte informação verbal reforça essa afirmativa: Cada vez mais está ficando menos morador no bairro, e a gente vê que são estrangeiros procurando se quer vender os casarões e se oferecendo pra fazer pousadas, hotéis, restaurantes, bares e eu sempre falo pro pessoal do bairro: eu nasci há 55 anos. Há 56 anos aqui era um bairro cheio, todas as casas eram cheias de gente. Hoje nós somos poucas pessoas, o que acontece é isso aqui futuramente vai ser um bairro só de festa, só pra turista vir passear<sup>43</sup>.

Ocorre ainda uma disputa simbólica e discursiva entre os gestores do patrimônio local e os moradores pela apropriação e o uso efetivo do acervo arquitetônico, considerando a dicotomia existente entre preservação e degradação do patrimônio e entre a memória oficial agenciada pelo turismo e as memórias dos atores sociais.

As tentativas de afirmação do caráter singular do patrimônio edificado e a busca pela preservação dos marcos urbanos imbuídos de um caráter de autenticidade tornam-se elementos que reforçam a fiscalização e a vigilância dos representantes dos órgãos públicos em torno dos casarões tombados e das práticas cotidianas a eles vinculadas.

Mediante a inserção do patrimônio na lógica de produção e consumo globalizado, os moradores destacaram as limitações, impostas pelos órgãos de preservação do patrimônio local, em relação às propostas de reforma ou adequação dos prédios tombados: as pessoas não

<sup>43</sup> Raimunda, professora aposentada.

cuidam mais dos casarões por causa do órgão do patrimônio, porque ele não deixa. Não pode melhorar a casa. Quando eu fiz uma reforma da casa fui multado várias vezes, eu só fiz duas reformas, eu fiz só um corredor e fiz uma janela só... Era mais baixa a casa, a gente levantou um pouco mais. E hoje todo mundo tem medo. Não vou botar piso na casa porque o patrimônio histórico não deixa. Eles não deixam colocar azulejos porque tava só pintado. Aqui tem uma senhora que tentou reformar o prédio, mas embargaram. Se não reformar fica uma coisa feia, mas se a gente tenta reformar alguma coisa não pode<sup>44</sup>.

O prédio tombado sofre uma série de limitações no seu uso. Em consequência, destaca-se uma das problemáticas que emergem em torno da questão preservacionista, pois os dispositivos legais que tentam proteger o patrimônio vão de encontro à especulação imobiliária; o proprietário, não podendo ver atendidos os seus anseios, prefere, muitas vezes, deixar ruir as edificações para então usufruir do terreno.

A configuração espacial está intrinsecamente relacionada à formação da identidade do lugar e, por conseguinte, da identidade dos atores sociais que ali vivem. Assim, as modificações e reconfigurações nos marcos urbanos que alteram a personalidade do lugar implicam também em transformações na identidade pessoal, no sentimento de pertença ao território vivido.

Outros informantes destacaram que a reforma dos casarões também implicou em mudanças nos seus modos de vida. A recuperação de casarões para o uso residencial pressupõe, na visão desses moradores, um disciplinamento do seu uso sob a alegação dos representantes dos órgãos públicos de que determinadas práticas cotidianas anteriormente exercidas pelos moradores, poderiam comprometer o aspecto visual dos imóveis restaurados.

Os órgãos de preservação do patrimônio cultural com base no disposto pela Lei do tombamento determinam as regras de uso do espaço público, tendo por objetivo equalizar as necessidades humanas e a disposição uniforme e legível do espaço urbano. Esses são exemplos de como a questão do tombamento é inserida no âmbito das relações sociais. Nela se reproduzem os conflitos de interesses, de posições e visões de mundo:

Emanando de centros de decisão que transcendem o plano local, as medidas de acautelamento necessariamente repercutem (ou causam impactos) sobre os sentidos/sentimentos localizados reforçando-os, redefinindo-os, legitimando-os ou, negativamente, silenciando-os (ARANTES, 2001, p. 133-134).

As experiências específicas de habitar uma área tombada e que apresenta uma série de restrições quanto ao uso social do patrimônio levaram alguns dos proprietários de casarões

---

<sup>44</sup> Naldo Davi, 74 anos, aposentado, morador há 30 anos.

coloniais a recriarem seus espaços de moradia e seus usos familiares, desenvolvendo estratégias para driblar as fiscalizações, imprimindo modificações nos imóveis, como por exemplo, a inserção de placas comerciais para conferir maior visibilidade às atividades comerciais e a adaptação de casarões para o estacionamento de veículos.

Os conflitos evidenciam-se e refletem-se, por exemplo, na projeção que os moradores e planejadores urbanos tecem para aquele espaço urbano. Por um lado, os gestores públicos mediante a revitalização objetivam o caráter funcional do lugar e, do outro, os moradores, que almejam a sua incorporação ao espaço revitalizado e, conseqüentemente, a elevação de sua qualidade de vida. Estabelecem-se, assim, convivências simbióticas entre os moradores e os poderes públicos e conflitos de diversos níveis que afloram nas relações comunitárias ali presentes.

A proposta de revitalização do Centro Histórico de São Luís significou não somente uma reformulação na estrutura física do local como também na reorganização do modo de vida dos moradores tradicionais. As reformas e restaurações das edificações coloniais carregam em si uma proposta de reconfiguração que se ancora no signo da civilidade e da higienização, inserido numa dimensão ideologicamente política e empresarial.

Outro aspecto destacado que parece mostrar como a institucionalização do patrimônio cultural do bairro pode ocasionar interferências negativas para os moradores refere-se à priorização das reformas e melhorias que são feitas nas fachadas e nas ruas, naquilo que os turistas têm acesso à vista, deixando de lado os interiores das casas e os locais mais afastados das visitas. Inscreve-se nesse contexto também a problemática da autenticidade do patrimônio ambiental urbano diante das novas exigências de refuncionalização dos acervos arquitetônicos, com a sua adaptação a novos usos e funções.

Em algumas construções coloniais podem ser encontradas a mistura de cores nas fachadas que contrastam com o seu entorno imediato, numa proposta de padronização da paisagem urbana, conforme pode ser observado nas propostas de revitalização de centros históricos de cidades nordestinas como Salvador, Bahia, Recife Antigo, Pernambuco e João Pessoa, Paraíba.

Diante do alargamento do conceito de patrimônio cultural, destaca-se a necessidade de se conservar as características e transformações sofridas pelo bem cultural ao longo da sua trajetória, entendido como lócus da criatividade e da dinamicidade dos diferentes atores sociais. Cada lugar possui uma trajetória sociocultural própria, sua cultura, valores e costumes. Desse modo, o espaço urbano é produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade. A revitalização consiste, nesse

caso, em considerar não somente os aspectos materiais das cidades históricas, mas as diferentes identidades, valores e memórias construídos com o tempo (LOUREIRO e SANTIAGO, 2009).

Durante o período em que o bairro da Praia Grande vivenciou o processo de abandono por parte dos órgãos públicos, os quais direcionavam os investimentos na expansão da cidade para outras áreas de interesse comercial, conforme analisado, as famílias pobres e os demais grupos sociais que passaram a ocupar os casarões possuíam determinados códigos de posturas – disposição de lixo e da água usada na lavagem de louças nas ruas, secagem de roupas nas sacadas dos casarões – e que contrastavam com a necessidade de inserir esta área na modernidade com a incorporação de novos moradores mediante a revitalização (Figura 14).

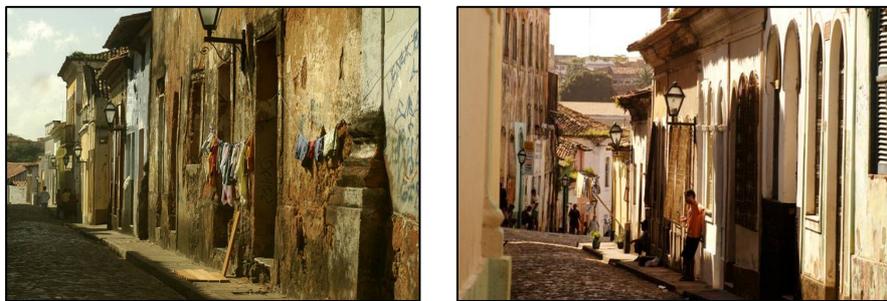


Figura 14 – práticas tradicionais de habitação

Fonte: Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís (2008)

As falas dos entrevistados demonstram a necessidade de viabilizar estratégias para situar os moradores no cenário “reconstruído”, o que demanda novas formas de ordenar o cotidiano, pois o que era permitido fazer no antigo lar “cortiço”, já não se torna aceitável nos locais restaurados e reformados das novas moradias. Como bem enfatiza a seguinte fala de uma informante: os velhos hábitos “enfeiam a cidade” para os de fora vêm<sup>45</sup>. Dessa forma, torna-se necessário não apenas restaurar os velhos prédios, mas estabelecer programas que possam estimular novos hábitos entre os moradores.

A reconstrução simbólica do espaço e do tempo no bairro da Praia Grande se contradiz com a situação da maioria dos moradores tradicionais que não possui os recursos necessários para a manutenção e conservação do patrimônio edificado, contribuindo para reduzir a qualidade de vida dessa comunidade. Muito moradores assistem com pesar o processo de deterioração e de abandono das construções históricas, muitas das quais representam os únicos elos com seus antepassados.

<sup>45</sup> Dnair Campos Cutrim. Aposentada, 72 anos, moradora da Praia Grande há 52 anos.

No relacionamento entre turismo e patrimônio cultural, a supressão de determinados referenciais necessários para a contextualização dos moradores aos lugares de vivência e convivência, e o esvaziamento dos conteúdos culturais de bens revitalizados para o turismo repercute no estranhamento dos moradores em relação a esses espaços, fato que pode vir a configurar uma não-relação de que trata Carlos (2002). Na visão de alguns moradores a destruição de um bem patrimonial significa a perda de uma parte importante de seu sistema de referências, de sua identidade:

[...] nem sempre o valor atribuído, pelo grupo portador, ao bem cultural corresponde ao valor atribuído pelas instituições oficiais de preservação. A pluralidade de valores e significados, somados ao não reconhecimento dos valores locais é uma questão que nos remete aos debates da relação e da complementaridade dos valores materiais e imateriais de todas as coisas, recorrentemente obnubilados pelas (e nas) políticas públicas de preservação, que se fundamentam no instituto do tombamento (TAMASO, 2006, p.04).

Os espaços urbanos eternizam diferentes memórias, presentes na imaginação de seus moradores e nos lugares que foram eleitos de forma poética e afetiva por estarem vinculados à sua condição de membros de uma coletividade, vivida ou imaginada, e à sua própria subjetividade. Os lugares coletivizados congregam diferentes noções de tempo e experiências e instituem narrativas e fragmentos de uma parte da história da cidade colonial.

Esses elementos impregnam não somente a dimensão física do espaço urbano, mas as relações que são construídas numa temporalidade própria, agregadoras e vitais para a compreensão dos conteúdos culturais que decifram as identidades presentes no bairro. Os lugares de memória da Praia Grande atrelam-se à dimensão imaterial ou espiritual do patrimônio (ABREU e CHAGAS, 2003), o que amplia os debates em torno da noção de humanização do patrimônio cultural local. Exemplo disso, ao discutir o significado do patrimônio ouropretano para os moradores, López (2001, p.80) considera que aquele, embora agenciado pela atividade turística não repercute como elemento de afetividade para a população local. Evidenciam-se, assim, os conflitos imanentes à dialética entre memória histórica e as memórias subterrâneas:

[...] como símbolo, o patrimônio permite várias leituras de seu significado: para o poder oficial, representa a história e a memória da nação [...] acrescentando-lhe o valor de capital [...] e, para os moradores, significa uma memória construída para ser agenciada para o turismo – eles reconhecem a prática preservacionista, mas não se julgam alvo dela.

A partir dessa reflexão, constata-se que a maior parte das intervenções patrimoniais e dos projetos de desenvolvimento turístico desconsidera as memórias locais na revitalização

urbana ou na formatação da oferta turística, ressaltando os componentes econômicos, e inviabilizando, dessa forma, a participação da comunidade no processo de gerenciamento dos bens culturais revitalizados.

Segundo Pereira e Murta (2008), as comunidades que vivem em áreas patrimoniais não raro desconhecem as ações de preservação, sendo negligenciadas ou excluídas do processo de tomada de decisões. Esse fato impede a sua maior participação nos benefícios gerados pelos programas oficiais de gestão do patrimônio. Em São Luís, a busca pela participação popular no processo de tomada de decisões relativas à preservação do patrimônio cultural levou à mobilização e organização comunitária por meio de uma associação de moradores. Seu objetivo consiste em promover uma maior interlocução entre os segmentos populares e os gestores públicos, no sentido de assegurar melhorias estruturais, sociais, econômicas e culturais para o bairro.

Com base nas informações verbais dos moradores entrevistados, constatou-se que a maior parte deles não conhece ou não sabe indicar as ações que estão sendo efetivadas pelos órgãos públicos para a preservação do patrimônio cultural da Praia Grande e, por extensão, dos lugares onde residem as memórias da comunidade. Segundo informação verbal do morador João Benedito<sup>46</sup>, falta compreensão dos órgãos de cultura e patrimônio e, também, mais cooperação dentro da própria comunidade de interagir somando com as outras instituições. Há muito individualismo nessas reuniões promovidas e que a associação está presente; a gente quer chegar a algum lugar, coloca opinião sobre as nossas dificuldades, do comércio, da falta de turistas, das nossas necessidades, e eles não aceitam.

Pôde-se perceber que as reivindicações dos moradores estendem-se do seu local de moradia, do seu espaço vivido, a Praia Grande; e passam a abranger todo o Centro Histórico. A construção dessa identidade individual e coletiva torna-se útil não apenas na tentativa de reafirmar a singularidade do espaço urbano em relação aos demais bairros da cidade, mas, sobretudo, para a formulação de uma estratégia de visibilidade/poder que garante a inserção dos moradores nos espaços de decisão do planejamento urbano e turístico da área.

No tocante à dinâmica social da Praia Grande, Botelho (2005, p.68) observa que não houve alterações positivas no ritmo cotidiano dos moradores em relação ao espaço urbano revitalizado. Apesar das tentativas de revitalização, persiste um processo de esvaziamento da área pelos moradores, atrelada à reduzida expressividade de atividades desenvolvidas no local, o que reforça o tratamento turístico diferenciado existente no bairro:

---

<sup>46</sup> João Benedito, 50 anos, comerciante e morador da Praia Grande há 15anos.

[...] a longevidade e o vulto dos investimentos não significou uma modificação da postura da população da cidade em relação ao centro histórico. Ele permanece como uma área para turistas, com os habitantes da cidade se mantendo distantes e só se aproximando em ocasiões especiais ou quando são transformados em cicerones de amigos em visita à cidade.

Em relação às atividades de lazer, no local pode ser realizada uma diversidade de atividades turísticas e culturais, em equipamentos como: o Museu de Artes Visuais (reúne obras de artes plásticas e uma coleção de exemplares de azulejos antigos, provenientes de casarões arruinados); a Casa de Nhozinho (exposição do artesanato maranhense); Casa do Maranhão (exposição sobre o Bumba-Meu-Boi do Maranhão, apresentando como destaque o auto e os diversos sotaques característicos de cada região do Estado); Centro de Arqueologia e Paleontologia; Teatro João do Vale, Centro de Criatividade Odylo Costa Filho (reúne diversas atividades culturais como um cinema, o Teatro Alcione Nazaré, além de oficinas de cerâmica, azulejaria, artes plásticas, dança e literatura).

Quando indagados acerca da utilização dos serviços e equipamentos de lazer, um número reduzido de moradores afirmou que, além de trabalharem na área, costumam realizar atividades culturais, tais como passeios, participação em eventos populares e atividades de cunho religioso. No tocante à oferta de entretenimento, alguns moradores afirmaram que a frequência de utilização dos equipamentos turísticos e de serviços na área é reduzida, limitando-se ao uso das praças para fins de diversão, encontros e conversas com amigos, ou para a fruição de manifestações populares tradicionais, como o Tambor de Crioula nas proximidades da Feira da Praia Grande. O principal motivo apontado refere-se aos altos preços praticados pelos estabelecimentos da área (Figura 15).



(a)



(b)

Figura 15 – Largo do Comércio durante o dia (a) e o lazer noturno

Fonte: Acervo da autora (2008)

Observa-se que, de forma inicial, a inflação dos produtos e mercadorias comercializados inviabiliza o acesso dos moradores da Praia Grande à aquisição de produtos e serviços, o que pode comprometer o nível de aceitação da população residente em relação ao turismo, “com as comunidades anfitriãs chegando a considerar que o poder de compra dos turistas representa uma ameaça à sua cultura e tradição” (AZEVEDO, 2001, p.162), e assim, interferir no processo de desenvolvimento local.

Verifica-se ainda a baixa frequência dos moradores, em se tratando dos equipamentos turísticos existentes no bairro, bem como sua reduzida participação em atividades interativas com os visitantes, o que minimiza as possibilidades de intercâmbio sócio-cultural capazes de beneficiá-los. Destaca-se também a insuficiência de equipamentos destinados ao lazer e entretenimento noturno dos moradores, e por extensão dos visitantes, sobretudo nos finais de semana, o que limita a sua permanência na área, bem como as oportunidades de desenvolver os valores de sociabilidade nos lugares relacionais existentes na Praia Grande.

Esses elementos reforçam o aspecto de cenarização desse espaço urbano, estilização ou estetização da vida cotidiana, de materialização dos aspectos globais em detrimento dos processos locais. Ao mesmo tempo o bairro apresenta-se como lugar de fronteira, de articulações de agentes internos e externos, os quais evidenciam as relações entre centralidade e marginalidade, inclusão e exclusão, ou seja, movimentos “de passagem e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim (HALL, 2003, p.33).

A especialização territorial resultante do turismo estabelece novos valores e significados, com a constituição de lugares híbridos, onde os diferentes agentes sociais – gestores públicos, empresariado, prestadores de serviços turísticos e comunidades locais – interagem numa complexa rede de relações e interesses diversificados e, em alguns casos, conflitantes.

As tentativas de centralização ou departamentalização das atividades culturais específicas para o consumo turístico na área da Praia Grande coexistem com um conjunto de práticas culturais e de sociabilidades heterogêneas partilhadas pelos moradores e que caracterizam o dinamismo dos lugares materiais e simbólicos e suas intersecções. Estes se tornam alternativas para o lazer e o entretenimento da comunidade, tornando-se manifestações liminares experienciadas no bairro:

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, quotidianamente trilhado, vão sendo construídas colectivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais nas suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas [...] os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico [...] sobrepõem-se e, entrecruzando-se de um modo complexo, formam zonas simbólicas de transição [...] estes 'contextos' ou 'ambientes' podem ser entendidos como zonas de contacto (ARANTES, 1997, p.259-260).

As comunidades desempenham papel fundamental para o advento do turismo em qualquer localidade, sendo necessário promover melhorias na área social. Nesse sentido, decorre a necessidade de se implementar ações no intuito de incorporar as comunidades socialmente marginalizadas na vivência do local a que pertencem. Quando o patrimônio cultural transforma-se em produto turístico sem o devido planejamento perdem-se os elementos substanciais e necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade, ao tempo em que reduz os laços de afetividade dos residentes em relação ao seu patrimônio.

Ao analisar o consumo turístico do patrimônio cultural, Cifelli (2010) aborda a redefinição das relações, práticas e valores pelos diferentes agentes locais, decorrente da refuncionalização de áreas degradadas. Os espaços urbanos inseridos na lógica transcultural potencializada e concretizada por meio do turismo assumem uma nova racionalidade, a qual altera significativamente a dinâmica impressa nas relações cotidianas, conduzindo à produção de novas territorialidades.

Rodrigues (2006) assinala que o movimento de produção dos espaços turísticos não é unidirecional, na medida em que ocorre a produção de novas horizontalidades como forma de resistência da cultura local frente à tentativa de homogeneização imposta pelo turismo. Conforme observado, as sociedades contemporâneas caracterizam-se pela existência de culturas híbridas, isto é, traduzidas, pertencentes a vários sistemas culturais e que estabelecem com eles trocas de elementos, informações e tecnologias, dando origem a produções multiculturais. Em consequência, o patrimônio cultural também reflete as diferentes formas de tradução e ressignificações das identidades.

Na perspectiva de multi territorialidade, os lugares eleitos para a prática turística também são apropriados pelas comunidades, e convivem dialeticamente com aqueles utilizados pelos residentes para o desenvolvimento de atividades cotidianas, de sociabilidade e de vivência cultural. Na visão de Cammarata (2006, p.359):

Con las nuevas formas de elegir y reconstruir los lugares con atractivos, se participa de la apropiación de territorios que se despegan del lugar para transformarse en símbolos de consumo y focos de atracción social, en cuyos desplazamientos aparece la mercantilización conjuntamente con otras instancias de intercambio social y creación cultural.

Tendo em vista que a Praia Grande se constitui parte integrante de uma cidade fragmentada, as redes de relações sociais estabelecidas entre os moradores tornam-se significativas para se apreender as várias dimensões da realidade vivenciada e dos diferentes níveis de interpretação que ela adquire. Os moradores, em maior ou menor intensidade, participam de associações de cunho religioso, familiar, trabalhista, político ou cultural que contribuem para a sua reterritorialização ao bairro e para o reestabelecimento de vínculos expressivos entre eles e os marcos urbanos.

A participação dos moradores em festas religiosas ou profanas, nos passeios à praça Nauro Machado, nas mesas dos bares, no mercado da Praia Grande, nos movimentos políticos e culturais, produz novas identificações, amplia as interações sociais e o sentido de comunidade em locais específicos do bairro, diluindo as fronteiras materiais e simbólicas existentes entre os lugares turísticos e os lugares do cotidiano, reduzindo a fragmentação espacial do Centro Histórico num movimento de rearranjo ou de adaptação, resposta dos moradores a um possível isolamento da área imposto pelos agentes externos (AGIER, 1999).

Trata-se de um processo contínuo, no qual os lugares turísticos confundem-se com os lugares de convivência e de integração sócio-cultural. A apropriação turística dos lugares revela um contexto de pluralidade e inter cruzamento cultural. O turismo integra uma ampla estratégia de reinterpretação dos territórios e das identidades locais, enquanto estratégias de inserção econômica e de diferenciação no mercado, dando origem a novos contornos e matizes, “as novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis” (LUCHIARI, 2000, p. 108).

A reconfiguração dos lugares no âmbito do turismo afigura-se como o resultado efetivo das novas necessidades de formatação e consumo das produções culturais, sob o fulcro de um modo de produção globalizado, e que fragmenta as identidades (HALL, 2001), para recompor lugares nos quais os turistas podem vivenciar novas formas de representação do patrimônio cultural de uma comunidade.

Considerando-se que o turismo se configura num importante vetor ou propagador de valores, modos, costumes, hábitos e estilos de vida, e outras implicações decorrentes do

intercâmbio cultural, a atividade vem imprimindo novos valores que redimensionam os espaços naturais e urbanos e o próprio estilo de vida das comunidades locais.

A compreensão da realidade varia de acordo com os interesses e perspectivas de cada ator social que interage no espaço urbano. O cotidiano e as práticas sócioespaciais da Praia Grande compõem um elenco diversificado, cercado de particularidades, tradições e representações simbólicas, constitutivas de traço comum de sociabilidade. O espaço urbano muda, transforma-se e é transformado por diversos sujeitos que constituem assim a história de um lugar.

As experiências atuais dos moradores no lugar turístico Praia Grande tendem a buscar marcos de identificação e práticas sócio-culturais que ativam os sentidos de familiaridade, apreço e topofilia (TUAN, 1980), inerentes ao sentimento de pertencer. A memória adquire, assim, um papel fundamental na criação de laços sociais e no estabelecimento de relações simbólicas nos espaços urbanos.

A Praça Nauro Machado, a Feira da Praia Grande, o Tambor de Crioula, o Convento das Mercês e o Bumba-meu-boi, constituem-se elos onde as memórias individuais e coletivas encontram-se enraizadas, lugares emblemáticos e de significância para os moradores e que permitem o trânsito entre a cidade colonial e a cidade moderna. Apesar das mudanças que vêm ocorrendo no Centro Histórico de São Luís, ressalta-se que os moradores do bairro da Praia Grande não consideraram a possibilidade de mudança do local de residência, em virtude do sentimento de apreço e identificação que possuem em relação ao espaço urbano.

Considerando o bairro em sua dimensão local, percebeu-se que ele apresenta elementos globalizados e características próprias, e paralelamente, busca manter a sua individualidade. A Praia Grande reveste-se de um caráter cultural e espacial em que se refletem as ações do poder público local no que se refere ao gerenciamento das condições de existência e ao nível de ordenamento sócio-espacial; torna-se ainda cenário das relações sociais tradicionais e emergentes, lócus do sentimento de pertença da comunidade que cria uma identificação e um sentimento de apreço em relação a esse espaço urbano e ao seu entorno e, ao mesmo tempo, de estranheza em relação ao papel a ser desempenhado com o advento do turismo.

Observou-se ainda que os marcos urbanos da Praia Grande contribuem para a construção da identidade sócio-cultural dos moradores, sendo necessária que a política de revitalização considere a dimensão afetiva do patrimônio cultural, seus significados e as relações de pertencimento da população residente em relação aos marcos urbanos. De acordo com Martins (2004, p.03):

Mais importante que a criação de um cenário, que será o espetáculo para o visitante, é preciso enriquecer a experiência sensorial e afetiva do morador, fazendo-o reconhecer o lugar onde vive, reforçando experiências e usos, criando passagens, umbrais, direcionando o olhar, recolando elementos fragmentários, dando estrutura e unidade ao todo realçando a identidade do lugar ou dando uma nova interpretação compositiva que leve em consideração os desejos e necessidades dos seus usuários, reforçando a cognição, o conhecimento, o uso e o afeto que eles têm com o lugar.

As diretrizes e subprogramas que compõem o plano de preservação do patrimônio cultural de São Luís, assim como as ações executadas pelos órgãos públicos de preservação patrimonial apresentam-se como *corpus* de análise, buscando-se compreender a representação que o patrimônio adquire para os agentes responsáveis pela sua preservação, e a forma com que ela se associa às transformações sócioespaciais e identitárias vivenciadas pelo centro histórico de São Luís no contexto atual.

## **2.2 Política de memória, turismo e sustentabilidade**

A capacidade de o patrimônio construir elos entre identidade e lugar na sociedade contemporânea relaciona-se intensamente ao modo como as políticas de preservação articulam as noções de história, memória e cultura local, regional ou nacional. No cenário de sucessivas transformações econômicas, espaciais e sócio-culturais, de inovação tecnológica, com um panorama de fluxos interculturais em escala transnacional que redefinem constantemente as identidades dos sujeitos, um dos desafios das políticas de patrimônio reside em gerenciar a pulverização dos lugares ao projeto de manter o patrimônio como lugar de uma identidade de caráter múltiplo.

As políticas patrimoniais constroem representações de lugar por meio das práticas que instauram, edificando sentidos identitários aos lugares. Elas representam de modo simbólico, uma face dos processos de realocização e consolidação das tradições, “cujos projetos de preservação arquitetônica e intervenção urbana reinventam centralidades tradicionais da nação, região e cidade” (LEITE, 2004, p.39-40).

As diretrizes de preservação do patrimônio sempre foram baseadas em uma seleção do que poderia ser resgatado e propagado como referência para o corpo coletivo. *A priori*, a seleção do que seria preservado instituiu os monumentos como capazes de serem elementos

dessa representação. Após esse momento, a temática amplia-se e começa-se a considerar as diferentes formas de expressão das identidades.

Assim, o patrimônio absorve as características, os ideais de cada época. O conceito muda de acordo com a suscetibilidade dos fatos que são institucionalizados pelo poder. Não há, portanto, um sentido único para o patrimônio, pois ele é construído por tecidos discursivos que o materializaram na História; seu sentido é pura movência tramada pelos fatos históricos.

As políticas de patrimônio têm deslocado o sentido de suas práticas para ressignificar diferentes aspectos dos lugares, suas memórias e tradições, adequando-as às políticas de desenvolvimento, sendo esta uma das marcas das políticas oficiais de patrimônio no Brasil. Esse aspecto demonstra que na contemporaneidade as ligações entre lugar e identidade fazem-se a partir de um distanciamento da concepção clássica de patrimônio para focalizar as características locais.

Os novos discursos em torno da preservação do patrimônio foram sendo construídos por meio de seminários, encontros e convenções de abrangência internacional, que envolveram estudiosos, técnicos e especialistas, e possibilitaram a disseminação de novos parâmetros ou diretrizes para a preservação das cidades históricas, consubstanciadas em cartas e recomendações visando à salvaguarda e promoção do patrimônio cultural.

A preocupação com a proteção e preservação do patrimônio urbano, por exemplo, foi sendo discutida em diferentes instâncias, mas foi com o movimento moderno e a criação do Congresso Internacional de Arquitetos Modernistas – CIAM, nas primeiras décadas do século XX, que a questão ganhou maior relevo. A destruição das cidades européias durante as duas Guerras Mundiais provocou um questionamento sobre como reconstruir cidades inteiras e seus traços representativos, tais como as construções históricas, o traçado urbano com características peculiares.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma intensificação nas discussões sobre a proteção e a reconstrução das cidades destruídas pela guerra. Naquele momento foram realizados congressos e foram criados órgãos de âmbito internacional como o ICOMOS e a UNESCO, para estabelecer diretrizes que deveriam ser adotadas para a preservação e intervenções realizadas (CHOAY, 2001).

Dentre os resultados desses encontros internacionais destaca-se a Carta de Veneza, elaborada em maio de 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Esse documento reformula o sentido de preservação dos monumentos antigos e traz como proposta a regulamentação de um padrão político para conservação e restauração, que poderia ser adaptada às especificidades de cada país e sua

respectiva cultura. Propunha valorizar o testemunho histórico e concebia o monumento histórico como uma rememoração da sociedade.

O texto apresenta um conceito amplo de monumento e patrimônio, considerando como representativos de uma memória os elementos mais modestos resultantes das criações populares, deslocando o sentido do valor monumental dos objetos para o sentido do valor simbólico. No tocante à preservação, o texto prioriza noções de funcionalidade e produtividade, ao invés da proposta de congelamento ou museificação dos espaços urbanos.

A partir desses debates e reflexões, várias políticas públicas foram implantadas visando à valorização de áreas urbanas degradadas ou desvalorizadas, o que retomou a discussão sobre como intervir nessas áreas destruídas, na tentativa de revigorar a vida econômica e social dos antigos centros. Ao longo do tempo, as experiências nacionais e internacionais revelavam as diferentes concepções, diretrizes e práticas de preservação do patrimônio cultural, no sentido de promover a sua salvaguarda, proteção, conscientização e valorização entre os membros das sociedades.

A ocidentalização do termo patrimônio imaterial, após a 2ª Guerra Mundial, permitiu novas possibilidades de interpretação do legado histórico e uma nova perspectiva para a preservação dos bens culturais. Muda-se o foco do patrimônio para a dimensão imaterial das produções humanas, destacadamente o caráter processual das relações e práticas sociais, dos significados e símbolos que conferem sentido à existência dos grupos humanos enquanto agentes culturais, enfatizando a diversidade e a pluralidade cultural (ABREU e CHAGAS, 2003).

No Brasil, as primeiras manifestações de preocupação com os bens de natureza material datam da década de 1930, através do Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro, o qual instituiu o tombamento, com a posterior organização e institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937. O órgão conceptualizava o patrimônio histórico e artístico Nacional como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (LEMOS, 2000, p.43).

Assim, bens isolados, edificações e monumentos remanescentes do período colonial tornavam-se exemplos da nacionalidade brasileira e, portanto, símbolos da memória oficial que deveriam ser legados para a posteridade. Sobre eles foram atribuídos vários discursos e narrativas, erigindo-os enquanto marcos da identidade nacional. Os atributos estilísticos da

arquitetura colonial, sobretudo a barroca, influenciariam decisivamente as ações de preservação do patrimônio durante o século XX.

Nota-se que o conceito de patrimônio adotado nesse período agregava resquícios da mentalidade modernista disseminadas durante a consolidação do Estado Novo e que sublevava os aspectos intangíveis da cultura aos componentes materiais que atestavam a unicidade territorial e invocavam uma pretendida identidade nacional. Entretanto, já se observava tentativas primárias de inserção e de valorização de bens culturais imateriais, como por exemplo, poderíamos destacar o ante-projeto de lei de criação do SPHAN idealizado por Mário de Andrade em 1936, e a atuação de Aluísio Magalhães no Centro de Referências Culturais (CNRC).

As modificações sofridas pelo conceito de patrimônio em nível internacional resultaram na sua ampliação em termos jurídicos. Assim, o artigo 216 da Constituição brasileira de 1988, que versa sobre a cultura, considera os seguintes parâmetros para o entendimento da expressão patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico

(BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Depreende-se que a revisão da definição de patrimônio no país coaduna-se com a percepção da pluralidade e multiplicidade das produções culturais existentes e dos contextos sociais distintos que possibilitam a sua constante reinvenção, tendo em vista ainda a necessidade de valorizar as produções locais e regionais visando à compreensão do processo de formação da sociedade brasileira.

Alçados à categoria de patrimônio cultural, as construções populares, os saberes e fazeres populares, e manifestações tradicionais inscrevem-se nas políticas públicas de preservação e difusão do patrimônio, seja por meio da implantação de museus e centros da memória social, seja pelo mapeamento e registro do patrimônio imaterial, bem como de outros instrumentos de salvaguarda e manutenção do ethos cultural de uma sociedade.

A partir da década de 1970, os locais e espaços do cotidiano popular, as edificações vernaculares, os terreiros de culto africano, foram reconhecidos enquanto patrimônio cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por meio do tombamento. Como exemplos, destacam-se o Terreiro Casa Branca, Salvador, Bahia, (1975), o Santuário de São João dos Matosinhos, Congonhas do Campo, Minas Gerais (1985) e, mais recentemente, o reconhecimento da Feira de Caruaru, Pernambuco, no ano de 2006, como lugares de memória.

Reconhece-se que, embora as políticas públicas direcionem seu foco de atuação para os lugares da memória popular, as polêmicas em torno do tombamento do Terreiro Casa Branca, por exemplo, ilustra a dificuldade de legitimação por parte dos poderes oficiais, de outras formas de representação identitária, práticas e linguagens populares divergentes daquelas consideradas insígnias de uma memória e de identidade nacional unívoca (ARÉVALO, 2005). A organização e o grau de maturidade desenvolvido pelo grupo social que contesta ou que oficializa os lugares de memória são elementos primordiais no processo de atribuição de valores, na medida em que

[...] nem todos os bens sociais têm a possibilidade de contar com este grau de eficácia simbólica necessária para se tornar patrimônio, e que depende do contexto social e do processo de produção em que se desenvolva a atribuição dos referidos valores (LACARRIEU, 1998, p.144).

A oficialização da categoria lugar de memória no campo de abrangência do patrimônio cultural torna-se problemática, uma vez que a legislação patrimonial necessita estabelecer novos parâmetros e diretrizes para o processo de patrimonialização das diferentes memórias presentes no *corpus* social, e, por extensão, dos lugares simbólicos, apropriados segundo valores, noções e visões de mundo específicas de uma determinada comunidade. Conforme expõe Nora (1994), os lugares de memória surgem mediante a aceleração da história, e da necessidade de estabelecer um sistema de referências comum enquanto reverso à fragmentação das identidades que caracteriza o sujeito contemporâneo.

No que se refere aos espaços urbanos, segue-se ainda uma nova visão sobre a preservação e intervenções em áreas urbanas, na qual a existência e a preservação de bens isolados e monumentais não se tornam suficientes para se compreender o contexto sócio-cultural de sua produção. A ambiência e o conjunto formado pelas construções históricas revelam simbologias e representações que atualmente estão sendo consideradas nas estratégias de preservação de bens culturais.

Nesse patamar, as políticas e diretrizes atuais de preservação das cidades ou núcleos urbanos pressupõem uma concepção holística e integrada dos seus componentes, na qual os marcos urbanos, as práticas de sociabilidade, os usos cotidianos e as manifestações populares assumem um caráter de interdependência que evocam diferentes narrativas sobre o patrimônio cultural. Os espaços urbanos revelam-se como uma produção multicultural, na qual se verifica a diversidade das experiências humanas, bem como as diferentes memórias, individuais e coletivas, que dão sentido e significado à vida social:

Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural que vive nesse território, se o considerarmos para além do espaço físico, isto é, como toda gama de relações estabelecidas entre seus moradores, que de fato o constroem e reconstroem (KOGA, 2003, p. 25-26).

Tomando por base esse novo delineamento, a partir desse período foram potencializadas iniciativas de preservação e revitalização das áreas centrais das cidades, tecidos urbanos considerados decadentes, mas que possuíam uma localização privilegiada e dotada de infra-estrutura. Esta poderia ser modernizada e aproveitada para gerar renda e emprego, e criar uma fonte de recursos para as cidades baseada no turismo cultural, além de ser parte integrante das estratégias de valorização da identidade do lugar.

A implantação dos programas de preservação e revitalização nas cidades brasileiras foi realizada principalmente no final da década de 1980/90, por exemplo, no Pelourinho em Salvador, Bahia, no bairro do Recife na capital pernambucana, e na cidade de São Luís. A revitalização desses locais possui dois pontos convergentes: o processo de decadência das áreas centrais e a realização de investimentos vultosos em locais com grande potencial turístico e de grande valor histórico.

Os programas de preservação e a revitalização urbana das cidades brasileiras são discutidos hoje tendo por base duas questões: de um lado, a necessidade de reestruturação das áreas centrais, em virtude da sua degradação física e social, e de outro, a reprodução do processo de remodelamento desses centros urbanos com a expulsão dos habitantes desses locais. O período de maior preocupação, discussão e de ações em relação à preservação do patrimônio cultural urbano pode ser dividido em três principais fases.

A primeira, intitulada Renovação Urbana (1950 a 1960) caracterizou-se pela destruição dos antigos núcleos para a construção de novas áreas; no âmbito municipal possuía o propósito de recuperar a arrecadação de impostos e defendia a melhoria do centro por meio da construção de vias, tendo como aliados os construtores de rodovias que facilitavam a liberação de recursos federais.

Em seguida, ocorre a segunda fase, denominada Preservação Urbana (1970 a 1980) que tinha como objetivo a preocupação como Patrimônio Histórico e a defesa do centro como identidade e orgulho cívico; com o fortalecimento da parceria do poder público e privado; as intervenções incluíam não apenas o comércio central, mas a habitação de baixa renda, o sistema de transporte, os espaços públicos e ao ambiente urbano; a liberação das ruas para pedestres nas áreas centrais, bem como a construção de estacionamentos; e, posteriormente, a Reinvenção Urbana, que vai de 1990 até os dias atuais e que pretende criar e recuperar a base econômica das cidades, para reinventar o ambiente construído (CASTILHO e VARGAS, 2006).

No Brasil muitas cidades tiveram a predominância de alguns desses processos nos programas empregados na recuperação dos Centros Históricos desde a década de 70, inclusive São Luís. As políticas de preservação nos períodos analisados foram influenciadas por orientações diferentes, porém, complementares entre si. Evidenciam-se três momentos distintos: o primeiro representado pelas ações do IPHAN, no qual predominava na cultura política, o ideal da modernização, marcando a passagem de uma economia agrícola para uma cultura urbano/industrial no país; o segundo momento reflete uma preocupação mais no âmbito do governo estadual, consubstancia-se num período de transição, marcado pela heterogeneidade entre ideais de modernização e ideais de restabelecimento do período colonial. No terceiro momento, o mais atual, as políticas de preservação passam a manifestar um expressivo interesse econômico, representado desta vez, pelo potencial turístico do patrimônio arquitetônico, e que o título recebido da UNESCO é a marca mais evidente.

Em 1997 já se verifica o intuito da reformulação do modelo instituído pelo PPRCH, mais diretamente ligado à Praia Grande. A proibição do tráfego, a institucionalização da área, assim como itens básicos como segurança, começam a ser avaliados quanto ao retorno que este tipo de modelo até então implantado poderia oferecer.

Conforme observado, o Programa tinha como recomendação a sua revisão constante para aperfeiçoamento e adequação à realidade que se apresentasse. Sendo assim, o documento, revisto e atualizado, contém um elenco de subprogramas que abrangem os aspectos infra-estruturais urbanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais:

## **POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

- 2.1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.
- 2.2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
- 2.3 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
- 2.4 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-se à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
- 2.5 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
- 2.6 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico.
- 2.7 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.
- 2.8 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.
- 2.9 - Garantir, no âmbito da Coordenadoria do Programa, um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.
- 2.10- Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

Os subprogramas elaborados a partir das políticas norteadoras estão assim delineados: sub-programa de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís; Sub-programa de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; Sub-programa de recuperação da Infraestrutura e serviços públicos; Subprogramas de Prédios Públicos no Centro Histórico; Subprograma de incentivo as atividades de Turismo Cultural; Subprograma de revitalização das atividades portuárias; Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial.

A política de memória adotada inclui a articulação de recursos federais, estaduais e municipais. Nota-se que as diretrizes que regem a política de preservação do patrimônio focalizam prioritariamente o incentivo à preservação dos hábitos da vida comunitária tradicional, através das melhorias e aumento das condições e ofertas habitacionais; a revitalização das atividades econômicas e socioculturais; a restauração tombada e da

arquitetura vernacular, entre outra, buscando respeitar a vocação natural da cada segmento urbano de Centro Histórico (SILVA, 1997).

Implícito na proposta de revitalização destaca-se o estímulo ao desenvolvimento do turismo cultural, tendo a Praia Grande como principal núcleo de atratividade em virtude da manutenção do acervo arquitetônico. Sendo assim, a área escolhida precisava de medidas urgentes para sua preservação já que se encontrava em estado de deterioração.

Foram definidos os tipos de ocupações que deveriam ser estimulados e os que deveriam ser desencorajados ou proibidos. Os usos indicados eram os institucionais (secretarias, repartições públicas, estabelecimento de ensino especializado), de serviços (bancos, cartórios.), de turismo (hotéis, restaurantes, lojas de artesanatos), de cultura e lazer (museus, teatros, galerias de arte), e os comerciais (lojas de varejo, móveis, eletrodomésticos, livrarias). As atividades geradoras de movimento de veículos pesados ou que necessitasse de grandes áreas operacionais, como fábricas e usinas deveriam ser desencorajados ou proibidos.

Dessa forma, na cidade de São Luís, as campanhas de patrimonialização destacam o passado como símbolo de uma memória capaz de sustentar a identidade local. O processo de revitalização é um mecanismo de preservação do patrimônio de cidades históricas e inclui a produção de novos cenários, de novas paisagens, com a articulação entre a tradição e a modernidade, como via de construção da cidade-imagem, signo central em um mundo globalizado.

O programa de preservação do Centro Histórico de São Luís foi sendo implementado por etapas ao longo de quase duas décadas e, apesar dos diferentes governos estaduais que deram apoio político e financeiro às ações do programa, a base dos projetos se manteve a mesma, isto é, aquela elaborada pela equipe técnica de elaboração da proposta, o que garantiu a unidade de diretrizes e de objetivos. Entretanto, pode-se dizer que algumas das propostas – relacionadas às intervenções físicas – foram sempre priorizadas em detrimento de outras, de caráter social em prol de trabalhadores e moradores da área:

É dessa forma que os centros históricos tombados e refuncionalizados para o uso exclusivo do turismo cultural perdem a vitalidade original e deixam de ser o lócus da liberdade, da diversidade e da criatividade. Ficam os objetos e vão-se os sentimentos de pertencimento que lhes davam sentido, porque a esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de histórias e símbolos. Não podemos afastá-los de seus territórios sem que isso pareça um etnocídio (BONNEMAISON, 2002, p.108).

O Centro Histórico foi em grande parte recuperado; as ruas foram calçadas, muitos casarões reformados, prédios públicos refuncionalizados. Torna-se explícita a preocupação

em manter a tradição, preservando a memória e a história do Centro Histórico, ao mesmo tempo em que a busca pela revitalização do local implica a sua inserção na ordem contemporânea representada pela atividade turística.

Entretanto, apesar dos esforços empreendidos, não se alcançou um ponto fundamental: não existe vida, nem grande circulação de pessoas, pois todos que ali passam permanecem por pouco tempo, o que vai de encontro ao princípio de preservar não somente os lugares, mas as diferentes sociabilidades e vivências comunitárias presentes nos espaços urbanos.

Entremeando os discursos dos gestores do patrimônio cultural de São Luís, os conceitos de patrimônio, revitalização e, conseqüentemente, de lugar memória restringe-se a uma concepção estática, vinculada a prédios e monumentos que evocam o poderio das classes dominantes à época do período colonial. Por extensão, o programa de revitalização do Centro Histórico equivale às intervenções físicas nos imóveis tombados em nível estadual, federal e na área inscrita como patrimônio da humanidade pela UNESCO.

De acordo com a informação verbal de historiadora da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico do Maranhão<sup>47</sup>, o maior benefício do programa é a atuação do órgão junto à preservação do patrimônio. Já o negativo é pela falta de conscientização da população em relação ao patrimônio. Tornou-se implícita, nas falas dos gestores e técnicos entrevistados, a concepção de preservação adotada equivalendo à realização de reparos nas fachadas dos prédios, manutenção dos casarões contra as intempéries naturais e as ações dos moradores e a fiscalização das condições atuais do acervo arquitetônico.

Mediante a análise das ações que foram realizadas no âmbito do Programa infere-se que não ocorre uma relação entre os espaços físicos revitalizados ou aqueles que estão sendo alvos de políticas de preservação no que concerne às relações sociais e culturais, ao cenário da vida cotidiana dos agentes que ali convivem, circulam, trabalham e usufruem do patrimônio e das manifestações da cultura local.

Assim, decorre a preocupação em considerar, nas áreas a serem revitalizadas, as diversas sociabilidades, os laços de pertencimento e vínculos dos moradores em relação aos seus lugares de referências. Esses lugares inscrevem e simbolizam as memórias de seus entes queridos, dos antepassados e das memórias do porvir. No cerne das políticas públicas atuais de preservação do patrimônio cultural, insere-se o preceito de “[...] determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços

---

<sup>47</sup> Cínthia dos Santos Moreira, historiadora e técnica do setor de Memória e Documentação da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico do Maranhão – FUMPH. Entrevista concedida no dia 06 de dezembro de 2010.

amados” (BACHELARD, 2003, p.19), e, dessa forma, ampliar os benefícios sociais da revitalização.

Os discursos dos representantes do patrimônio local fundamentam-se na tentativa de recuperação do conjunto arquitetônico, ancorados sob o signo da valorização do passado, da democratização e acesso dos moradores ao seu patrimônio, o que justifica e reforça, por exemplo, a monumentalização de bens imóveis e o tombamento de espaços físicos, os quais não correspondem aos lugares da vida cotidiana e da memória daqueles que se apropriam do bairro da Praia Grande.

Segundo a análise de Jeudy (1990, p.22), os espaços da cidade são valorados e adquirem representatividade, funcionando como marcadores de uma singularidade a ser mantida e exibida, “as memórias são colocadas em exposição para que o reconhecimento de sua singularidade seja assegurado. A idéia de reviver o passado pressupõe reparar num sentido de atualização”.

A discussão proposta pelo autor no que concerne à uniformização patrimonial enquanto estratégia de recuperação dos signos do passado das cidades, de evocação de uma cidade perdida, está retratada nas ações de vigilância dos órgãos públicos em relação às modificações na estética dos imóveis tombados. Conforme demonstra a informação verbal de técnica do DPHP/MA<sup>48</sup>: Qualquer morador que quer fazer uma pintura, qualquer intervenção, tem que solicitar ao órgão de patrimônio para fazermos a análise. Quando é análise prévia, o proprietário leva para a prefeitura depois para pedir um alvará. Então, imagine a extensão da área do centro, muito grande, além do trabalho que esses fiscais têm com as edificações, eles vistoriam, se tiver intervenção sem projeto aprovado eles notificam, aí a pessoa tem um prazo para comparecer aqui.

Argan (2005) analisa a contradição existente entre o discurso modernizante de revigoração dos Centros Históricos como alternativa econômica para as comunidades e a atuação dos agentes responsáveis pelas políticas de preservação dos núcleos patrimoniais. Para o referido autor, a sobreposição de interesses contribui para o esvaziamento e cenarização dessas edificações, ao tempo em que promove o alijamento da população tradicional dessas áreas:

A paralisia econômica e social dos centros históricos é quase inevitável [...] o engarrafamento do trânsito e o acúmulo de automóveis estacionados estão em contradição com as antigas estruturas; o processo de abandono, sobretudo por parte das gerações jovens, é rápido [...] A substituição das velhas classes populares e pequeno-burguesas por novas classes ricas provocam verdadeiras falsificações, não

---

<sup>48</sup> Socorro Kezan, técnica do Departamento do Patrimônio do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHP/MA. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010.

só porque os edifícios são geralmente esvaziados, reduzidos a simples fachada, reestruturados em seu interior, mas também porque as próprias classes originais constituem um bem cultural que deveria ser protegido (ARGAN, 2005, p.79-80).

Embora as diretrizes do Programa de Revitalização incluam aspectos importantes no que concerne à promoção do desenvolvimento sócio-econômico local, na sua aplicabilidade, a eficácia não foi alcançada; a questão habitacional, um dos componentes do programa de revitalização, não foi resolvida. Torna-se ainda expressivo o número de mendicantes e de famílias morando em prédios deteriorados e em condições degradantes. Na área, coexistem ainda imóveis abandonados pelos antigos moradores e que poderiam ser revitalizados por meio de uma política urbanística de cunho social, turístico e cultural com repercussões positivas na revalorização do espaço urbano (Figura 16).



Figura 16 – imóveis ocupados irregularmente ou abandonados  
Fonte: Acervo da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (2008)

Ressalta-se que, nos últimos anos, o governo do Estado vem empreendendo uma política habitacional com vistas a fortalecer o uso social dessa área. A intenção consiste em recuperar imóveis visando o seu uso residencial; no entanto, esse programa destina-se, essencialmente, a funcionários públicos, moradores não habituais daquele sítio urbano, e conseqüentemente, não possuem um vínculo afetivo com o local. O processo de renovação destina-se a novos usuários e a novos usos, desencadeando uma desapropriação dos sujeitos, o que amplia a questão dos objetos restaurados para os benefícios da restauração (CERTEAU, 1996).

A questão referente à moradia foi um aspecto presente nos discursos dos representantes dos órgãos de preservação patrimonial da cidade, embora esses apontassem avanços na revitalização de prédios históricos para o uso dos moradores; enquanto alternativa para maior vinculação do cidadão ao patrimônio, a questão torna-se problemática uma vez que, de acordo com os gestores públicos entrevistados, os moradores desconhecem a importância e o significado do patrimônio. Conforme ilustra a informação verbal do arquiteto José Moraes Jr.<sup>49</sup>, a moradia é muito desordenada, há um programa de habitação realizado pela prefeitura, por exemplo, na Rua da Palma, mas que deixa a desejar pelo seu abandono e a forma desordenada do uso do patrimônio pelos comerciantes [...] Um dos problemas é a falta de conscientização da população e principalmente dos empreendedores, o que precisaria ser melhor trabalhada seria a questão educacional da comunidade em relação ao patrimônio. Para a historiadora Kátia dos Santos Bogéa<sup>50</sup>, a gestão desse espaço público deixa muito a desejar, eu acho que a comunidade por falta de informação também não é uma aliada na preservação e proteção. É a primeira a jogar o lixo na rua, a estacionar o carro na calçada. A população tem que ser instruída do valor do patrimônio e da sua importância para a identidade cultural.

Convém observar a relação entre a preservação patrimonial e a sustentabilidade urbana, tornando-se necessário um planejamento integrado que envolva as diversas dimensões da sustentabilidade mediante iniciativas públicas e privadas com a participação efetiva de membros da comunidade local:

A sustentabilidade da cidade significa um sistema que se valoriza e utiliza, de maneira sustentável, os recursos contidos em seu território. Também se complementa essa proposição com uma característica 'pró-ativa' que associa a sustentabilidade a uma tendência dos agentes urbanos em criarem seus próprios recursos a partir do potencial existente no território da cidade. A postura permanente, e de larga aceitação entre os agentes sociais locais, de geração de recursos (humanos, financeiros, organizacionais, culturais e outros) é que define então a sustentabilidade da cidade, ou de cidades sustentáveis (ZANCHETTI, 2002, p.05).

O Programa de Revitalização também prevê, em suas Políticas de Orientação, o incremento do associativismo e a consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico. Propõe, ainda, no âmbito da Coordenadoria do Programa, garantir um processo

---

<sup>49</sup> José Moraes Júnior, arquiteto, chefe de Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHP/MA. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010.

<sup>50</sup> Kátia dos Santos Bogéa, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (IPHAN –MA). Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2011.

permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

Em 2003, foi criado o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, órgão vinculado à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – FUMPH enquanto reflexo da transição do gerenciamento do patrimônio da esfera estadual para municipal. Nele estão presentes os agentes responsáveis pelo planejamento urbano da cidade, órgãos do governo estadual, instituições privadas e representantes da sociedade civil. De acordo com estatuto do órgão, o Núcleo foi criado para promover uma gestão patrimonial descentralizada, servindo de referência para outras localidades (SÃO LUÍS, 2007).

Esse novo modelo foi adotado após a inclusão de São Luís na lista de patrimônio cultural da Humanidade. A expectativa em torno de sua institucionalização residia na possibilidade de uma gestão compartilhada, por meio de discussões sobre temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável do espaço urbano e à preservação do patrimônio local. Uma série de medidas em nome dessa gestão compartilhada foi tomada: desde a ocupação física de imóveis, investimentos em reparos e restauros, o rearranjo de mesas e cadeiras dos bares que funcionam à noite e ocupam as calçadas centenárias, elaboração de uma programação cultural, fiscalização da higiene de alimentos na Feira da Praia Grande (NORONHA, 2007).

Muitas das intervenções realizadas na área tiveram uma participação reduzida dos moradores ao longo da elaboração das propostas lideradas pelos órgãos estaduais e municipais. Para os moradores, a participação em reuniões com representantes das esferas estaduais, municipais ou estaduais e da iniciativa privada, não se traduz em uma política efetiva visando à sustentabilidade social local. As políticas de preservação adotadas na atualidade pouco envolveram a comunidade nos processos de planejamento e execução das ações. De acordo com as afirmações de Guedes (2001, p.111):

Estas políticas, muito pouco envolveram a comunidade nos processos de planejamento e execução das ações. O que gerou uma imposição, na maioria das vezes, de cima para baixo. Como efeito, acabou se criando nos moradores da área, um certo aleijamento e indiferença para com os projetos que ali se desenvolvem.

Diante dessa constatação, há a necessidade de estabelecer uma maior aproximação entre os órgãos de preservação do patrimônio local e os grupos comunitários que estabelecem, por meio de suas práticas cotidianas e das relações de sociabilidade, uma leitura particularizada da realidade sócio-econômica e cultural do lugar Praia Grande. Assegurar

maior representatividade dos moradores no que tange ao planejamento urbano e às práticas preservacionistas amplia o significado do patrimônio e contribui para a cidadania cultural:

A expressão “democratização do patrimônio”, em sua essência, deveria traduzir o direito de acesso consciente das comunidades, em seu sentido mais amplo, ao reconhecimento oficial e institucional dos seus valores patrimoniais. Neste sentido, cabe também entender democracia patrimonial como o direito ao exercício da cidadania no que se refere ao patrimônio, de acordo com a sua importância e o seu significado para as comunidades, as quais devem ser envolvidas no processo de gestão participativa do seu patrimônio, de forma coerente com o modelo de desenvolvimento sustentável (PEREIRA e MURTA, 2008, p.10-11).

As discussões em torno das políticas de preservação patrimonial inserem a necessidade de atender aos anseios e expectativas da população local, enquanto um dos pressupostos necessários para evitar a formação de lugares desvinculados da realidade comunitária. Para os moradores entrevistados o bairro da Praia Grande, embora possua um valor simbólico e de uso, não supre as demandas contemporâneas em termos de serviços específicos, tais como atendimento médico, farmácias, supermercados e delegacias.

Nesse sentido, a revitalização dos Centros Históricos implica a efetivação de projetos sustentáveis capazes de possibilitar a continuidade do patrimônio cultural como suporte da memória e da identidade local, ampliar a percepção da cidade como organismo multisetorial e dinâmico. Atualmente, funciona em São Luís o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais<sup>51</sup>, com planos de reabilitação para onze bairros da área central da cidade, sendo o primeiro o Plano de Reabilitação do Desterro<sup>52</sup>. Esse possui um conjunto de ações, dentre as quais se destacam a restauração da Igreja do Desterro e o desenvolvimento de ações de educação patrimonial junto à comunidade local.

Observa-se a preocupação dos órgãos de preservação do patrimônio em dinamizar projetos e ações de educação patrimonial, sobretudo na área do Desterro, bairro ainda estigmatizado pelos graves problemas sociais, tais como prostituição e tráfico de drogas. O local apresenta um conjunto de habitações populares de caráter singular, práticas cotidianas e manifestações culturais que têm despertado o interesse da iniciativa privada – a exemplo do SEBRAE e da Companhia Vale do Rio Doce – em legitimar ações de revigoração, registro e difusão da história e da memória popular do bairro.

---

<sup>51</sup> Programa Federal realizado sob a responsabilidade da FUMPH e com o apoio do IPHAN.

<sup>52</sup> Possui o objetivo de reabilitar o bairro promovendo sua integração à vida contemporânea, por meio de um conjunto de ações que prevêem a participação da comunidade local (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2005).

A ênfase nos aspectos culturais do eixo Praia Grande-Desterro tem reforçado as articulações locais em busca da reafirmação das histórias de vida e lutas cotidianas dos moradores, o que amplia as disputas entre a memória oficial e as memórias subterrâneas.

No que tange às modificações sofridas pelo conceito de patrimônio cultural e da necessidade de incorporação dos lugares de memória – materiais e simbólicos – de uma dada coletividade, observa-se que as políticas de patrimonialização vêm seguindo a orientação, embora de forma pontual, dos novos paradigmas da preservação patrimonial. A Feira da Praia Grande, por exemplo, está sendo alvo de obras de recuperação inseridas no projeto Cores de São Luís.

Essa iniciativa envolve diversos órgãos da administração municipal, tais como a Secretaria Municipal de Turismo – SETUR e a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, e consiste em restaurar as fachadas dos imóveis situados no Centro Histórico da cidade, conforme destacado na fala da coordenadora da SETUR<sup>53</sup>: A proposta é revitalizar os casarões históricos, pintando suas fachadas com cores que respeitem as suas características originais, dando a eles um aspecto mais bonito e interessante, tornando-os assim mais atraentes aos olhares dos turistas que vêm conhecer o Centro Histórico de São Luís, pois nada melhor para um turista que encontrar um belo atrativo histórico que apresente uma boa conservação. Isto irá demonstrar que cidade conserva e valoriza seu patrimônio histórico, o que será benéfico para sua imagem que será lembrada em outros lugares como exemplo de preservação. Todo este contexto irá mudar o cotidiano dos moradores locais, melhorando a qualidade de vida e aumentando a auto-estima destas pessoas, despertando tanto no turista quanto na comunidade o interesse na preservação do patrimônio histórico e arquitetônico.

No que tange ao patrimônio imaterial, o Tambor de Crioula foi elevado ao estatuto de patrimônio cultural imaterial nacional, em junho de 2007, sendo reconhecido pelos órgãos de preservação como símbolo da cultura popular maranhense<sup>54</sup>. O bumba-meu-boi vem se inserindo também no âmbito das políticas de patrimonialização. Nos últimos anos, os órgãos de preservação vêm realizando o inventário cultural do complexo cultural do bumba-meu-boi nas comunidades com vistas à elaboração de um dossiê de proposição à candidatura dessa manifestação à chancela de patrimônio cultural imaterial. Observa-se que a partir do processo de globalização, os órgãos de preservação tendem a acatar todas as manifestações como

---

<sup>53</sup> Fernanda Batalha. Coordenadora do Centro Histórico da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís – SETUR. Entrevista concedida em 25 de novembro de 2010.

<sup>54</sup> O tambor de Crioula foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão. A cerimônia contou com a participação do Ministro da Cultura, autoridades locais, brincantes, militantes e apreciadores da cultura popular maranhense, com apresentações de grupos culturais.

dignas de expressar a dinâmica sócio-cultural, não excluindo, mas agregando essas marcas como símbolos de identidade local.

Entretanto, diante das entrevistas realizadas, constatou-se que não ocorre uma co-responsabilidade nas ações de preservação do patrimônio cultural, os projetos desenvolvidos pelos órgãos carecem de uma maior articulação e diálogo. Segundo a informação verbal: as parcerias com o IPHAN e com a FUMPH estão paradas, porque a gestão anterior ficou apática em relação às parcerias com outros órgãos que agora que estão sendo retomadas<sup>55</sup>.

A descontinuidade das ações tornou-se um aspecto recorrente na fala dos representantes dos órgãos públicos entrevistados, o que na visão deles, corresponde ao principal entrave na gestão do patrimônio cultural do centro histórico de São Luís. De acordo com a seguinte informação verbal: eu observo que há uma gestão desequilibrada. Há uma atuação muito forte do governo federal, mas a atuação do governo estadual é cíclica. Tem épocas em que o Estado atua muito, e outras em que ele deixa de atuar e esse tipo de procedimento causa rupturas difíceis na proteção do patrimônio. Durante vinte anos, o Estado teve uma política de revitalização do centro muito forte com o projeto Reviver I e Reviver II e aí parou de atuar na área, o que é muito preocupante. Também não houve um trabalho concomitante com a prefeitura, ao contrário, as ações foram totalmente separadas, e isso causou danos a essa política de revitalização do Centro Histórico. Com relação à prefeitura, a gente teve uma ausência completa de ações voltadas à preservação e revitalização do Centro Histórico, só passando a atuar a partir da gestão passada, com a criação da Fundação do Patrimônio Histórico e do Núcleo Gestor.<sup>56</sup>

Ainda, observou-se que os gestores que atuam no campo patrimonial desconhecem os projetos e ações desenvolvidos por outras entidades, não atuando de forma sistemática, por exemplo, com a Secretaria Municipal de Turismo. Assim, não se evidenciam no âmbito da gestão do patrimônio, parcerias intergovernamentais que poderiam fortalecer sua atuação junto ao patrimônio e à comunidade residente.

Diante do exposto, faz-se necessário reconhecer que as políticas de preservação atuaram, na maior parte do tempo, no sentido de restaurar edificações históricas, preterindo aspectos fundamentais, principalmente para a comunidade do Centro Histórico. Problematizando o contexto atual do bairro da Praia Grande e, visando contribuir para a

---

<sup>55</sup> José Morais Júnior, arquiteto, chefe de Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHP/MA. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010.

<sup>56</sup> Kátia dos Santos Bogéa. Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (IPHAN- MA). Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2011.

reflexão em busca de soluções pertinentes, indicamos que as políticas analisadas, mesmo as mais recentes, e, principalmente elas, não previram os seguintes aspectos:

- implementação da participação da comunidade nos processos de decisão e implementação das políticas, inclusive desprezaram a necessidade de criar o fortalecimento dos órgãos representativos da comunidade, como a União de Moradores;
- criação de mecanismos de comunicação aberta e transparente com os moradores;
- criação de programas de educação dos moradores que procurassem criar novos hábitos e costumes de moradia dentro do espaço preservado, tanto na convivência com os habitantes locais como com os visitantes e com o patrimônio edificado;
- criação de infra-estrutura não só para atender aos turistas, mas também aos moradores, como: delegacia, supermercados, farmácia, posto médico, etc.;
- criação de programa de inspeção permanente do acervo arquitetônico;
- criação de programas de acolhimento de moradores que tiveram suas casas interditadas;
- ações de recuperação dos prédios interditados, para evitar depredação, invasão ou desabamento;
- Identificação e mapeamento dos lugares de memória da comunidade;
- Acompanhamento da dinâmica das manifestações sócio-culturais;
- Integração dos moradores nos processos de inspeção, fiscalização e denúncia dos crimes contra o patrimônio.

O planejamento integrado de revitalização do patrimônio cultural permite aos diferentes atores interagir de modo a propiciar um gerenciamento funcional, equilibrado e equitativo do espaço urbano. Vislumbra-se que as dimensões da sustentabilidade devem ser incorporadas em todas as práticas engendradas pelos grupos sociais na sua interação com o meio ambiente físico e cultural, dentre as quais se destaca o turismo. Parte-se da idéia de que a atividade turística constitui-se num aliado estratégico na busca pela promoção da sustentabilidade econômica e sócio-cultural dos Centros Históricos.

Com base nesses delineamentos, a potencialização do bairro da Praia Grande como local de visitação turística abrange o reconhecimento das significações que esse espaço encerra para a comunidade local, principalmente no tocante às relações identitárias no sentido de analisar a sua importância histórica, arquitetônica e simbólica, enquanto subsídio necessário para o desenvolvimento turístico sustentável daquele espaço urbano.

### **2.3 Ações empresariais e lugar de memória: integrando turismo e patrimônio**

Os Centros Históricos podem ser compreendidos como construções materiais e simbólicas, mutáveis e dinâmicas, composto por diferentes temporalidades, vozes, histórias e memórias, observando-se elementos de continuidade e descontinuidade. Nesse sentido, o turismo torna-se fator ativador de processos de hibridação cultural, propiciando a reconfiguração dos patrimônios locais, regionais e nacionais com elementos da cultura global.

Diante das relações de produção e consumo dos espaços urbanos pelo turismo, e da importância do patrimônio cultural na oferta turística das cidades históricas, as políticas públicas de preservação do patrimônio possuem uma ligação intrínseca com o desenvolvimento do turismo. Ao abordar a relação entre turismo e memória, Palácio (2010) assume o conceito de política de memória como um processo eminentemente comunicacional, no qual o Estado, em confronto com os demais segmentos da sociedade, aciona determinados dispositivos visando à simbolização do passado, estabelecendo por meio de programas, projetos e ações, a atribuição de valores e a construção de sentidos aos marcos urbanos.

Essa definição de política de memória coaduna-se com as reflexões sobre o patrimônio como sistema de representação advogado por Prats (2005). As ativações patrimoniais são tecidas por meio de negociações, discursos, representações e ideologias, e pela delimitação de espaços ou bens culturais a serem alvos de proteção estatal. Ambos os autores ressaltam ainda que um dos resultados das políticas de patrimonialização promovidas pelas instâncias de poder consiste na transformação e promoção de lugares de memória como atrativos turísticos.

Nas últimas décadas, muitas cidades históricas brasileiras vêm passando por um processo de transformação de significados que considera a apropriação cultural do espaço urbano a partir do fluxo de capitais, resultando muitas vezes em uma realocação estética do passado. Esse processo está pautado numa nova racionalidade: a de transformar o espaço urbano em mercadoria, por meio da construção de efeitos de sentido em relação à necessidade de preservar sustentavelmente (LEITE, 2004).

A prática turística projeta-se nos espaços naturais ou urbanos mediante o planejamento e o ordenamento territorial visando o atendimento das necessidades da demanda turística, em termos de mobilidade e hospedagem, bem como da valorização e adequação de áreas para o desenvolvimento de atividades de lazer e entretenimento dos visitantes. Emerge, dessa forma, a conceituação de espaço turístico, que pode ser compreendido como a justaposição de

elementos materiais e das relações simbólicas projetados no espaço geográfico que condicionam fluxos de visitantes. Para Boullón (2002, p. 79),

[...] o espaço turístico é conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país. A distribuição e a densidade dessas áreas são marcadas pela descontinuidade territorial. [...] A melhor forma de determinar um espaço turístico é recorrer ao método empírico, observando a distribuição territorial dos atrativos, dos equipamentos, detectando agrupamentos e concentrações.

Assim, pode-se depreender que os espaços turísticos urbanos resultam da prática turística, uma vez que ao mercadorizar os atrativos culturais presentes em uma determinada localidade, o turismo engendra um processo dialético de criação e recriação dos lugares. Nesse sentido, os marcos urbanos e as práticas cotidianas passam a adotar novas funções e significados, associados ao desenvolvimento de atividades de ócio e de lazer.

O turismo caracteriza-se pelo viés marcadamente cultural, em que sobressaem encontros entre visitantes e comunidades que apresentam características sociais e culturais específicas. Assim, o turismo como sinônimo de intercâmbio de informações, conhecimentos e bens simbólicos apresenta-se como fenômeno dialógico, ao promover interações e possibilitar aos visitantes o contato com a realidade e o cotidiano das comunidades receptoras.

Trata-se de uma relação dialética que favorece a articulação e o entrelaçamento dos sistemas culturais postos em contato revigorando as identidades. Ao mesmo tempo, o turismo contribui para os processos de assimilação e mudança cultural, estando inserido numa rede complexa e dinâmica de criação e recriação das memórias e das identidades.

Compreender a produção do espaço urbano nesse mercado implica em entendê-lo como uma construção. Ele é, simultaneamente, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes. A atividade turística é uma das mais recentes modalidades do processo de acumulação, que produz novas configurações e materializa o espaço urbano sob diferentes perspectivas, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas.

O bairro da Praia Grande, principal lugar turístico da cidade de São Luís, caracteriza-se pela presença de elementos históricos e culturais que motivam fluxos de visitantes além de dispor de infraestrutura – meios de hospedagem, equipamentos de restauração, lojas de artesanato, empresas prestadoras de serviços de receptivo aos visitantes – em articulação com

os lugares apropriados e coletivizados pelos moradores que conferem sentido e significado ao patrimônio cultural local.

Por meio dos patrimônios culturais, a atividade turística promove trocas recíprocas entre os grupos sociais e o reconhecimento da diversidade cultural, em meio ao processo de globalização e à tendência a padronização do capital simbólico no âmbito das sociedades contemporâneas. Essa constatação permite compreender o turismo como uma experiência que propicia a descoberta do eu e do outro numa perspectiva de integração, com repercussões positivas no exercício de alteridade.

Enquanto uso emergente, o turismo repercute nas formas de apresentação e disposição dos elementos locais, delimitando áreas de interesse comercial e cultural, recompondo a imagem da Praia Grande, com ênfase em determinados marcos, logradouros, roteiros, percursos ou trajetos (BOULLÓN, 2002). O turismo cultural recria por meio de roteiros, produtos e eventos culturais, as histórias e identidades do bairro, revalorizando manifestações culturais e instituindo uma nova narrativa sobre a Praia Grande para os seus moradores, em direção à maior visibilidade do patrimônio cultural.

Decorre dessa valorização implicações no que se refere à transformação do patrimônio-referência em patrimônio-recurso (ARANTES, 1999), ou seja, à distinção que se opera entre o valor de uso do patrimônio e seu valor de troca. Segundo o autor na denominada “economia simbólica do patrimônio”, ocorre uma distinção entre o valor do bem patrimonial enquanto símbolo, isto é, como o conjunto de referências e sentidos enraizados na vida coletiva, e enquanto alegoria, vinculado ao prazer estético e lúdico proporcionado pelo turismo.

Os locais de visitação turística no bairro restringem-se àqueles que rememoram determinados fatos e acontecimentos da história e da memória oficial, isto é, institucionalizados pelos órgãos de preservação patrimonial da cidade, ao tempo em que os locais de afetividade indicados pelos moradores entrevistados não integram efetivamente os roteiros de visitação turística da cidade.

Nesse patamar, os roteiros turísticos divulgados e comercializados demonstram por meio de seus conteúdos e imagens, por exemplo, os elementos do patrimônio cultural local que se tornam passíveis de apreciação (Figura 17). A valorização do patrimônio consagrado pelo marketing turístico contribui para a seletividade do olhar do visitante, na medida em que elege arbitrariamente os locais da cidade envoltos pelo signo da representatividade. Nos mapas turísticos oficiais, “a indicação de seus pontos mais significativos, mostram os

caminhos que unem setores, realçam ruas e revelam monumentos da cidade investidos simbolicamente, ao passo que apagam outros” (FREIRE, 1997, p.71).

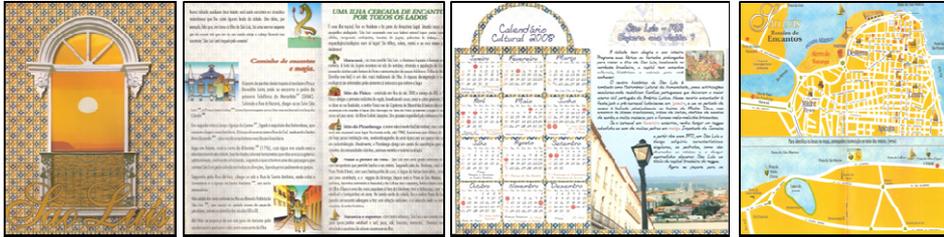


Figura 17- Mapas turísticos do Centro Histórico de São Luís

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo – SETUR (2008)

A memória dispersa nos lugares é construída e vivenciada de forma compartilhada, por meio dos laços pessoais e sociais. Conforme analisado, há por parte dos membros da comunidade local a valorização de um vínculo emocional em relação a determinados marcos urbanos da Praia Grande. Tal valorização decorre de experiências temporais, muitas vezes não lineares, mas fragmentadas ou descontínuas, instituídas numa relação não raro conflituosa entre presente/passado, e entre o vivido/imaginado:

Ora, sabemos que a cidade não se dá aqueles que a ocupam como uma entidade abstrata ou como instrumentos destinados apenas a certos usos técnicos (circular, trabalhar, morar, etc.). Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados às pulsões mais profundas do próprio sujeito. Neste caso, a cidade e cor ou ausência de cor, luz ou ausência dela e assim por diante, além de uma dimensão biográfica da cidade, que confere a “minha cidade” o sentido de meu “lugar de vida” (FREIRE, 1997, p.25).

Os atores sociais pesquisados revelaram interesse em compartilhar experiências nos seus lugares de vida e de lazer com os visitantes, caso houvesse possibilidade, o que na visão de alguns moradores poderia enriquecer a cultura e os valores locais. No bairro da Praia Grande, o contato entre moradores e visitantes processa-se de forma superficial, limitando-se à prestação de informações sobre os atrativos turísticos da cidade.

Embora alguns moradores entrevistados demonstrassem conhecer aspectos da história do bairro, atrativos e manifestações culturais, ações de sensibilização comunitária sobre a importância do patrimônio cultural para o fortalecimento da memória e identidade tornam-se elementos necessários também para elevar a autoestima da comunidade local. A partir da compreensão do próprio lugar, os moradores tendem a perceberem-se como sujeitos construtores do espaço urbano, desenvolvendo, assim, ações de preservação do patrimônio

local. Além disso, favorece a diferenciação da oferta turística e otimiza o aproveitamento do patrimônio enquanto atração turística.

A proposta de revitalização da Praia Grande inclui o estímulo ao desenvolvimento e dinamização de atividades culturais na área, com vistas a promover o uso turístico do local. Sendo assim, assiste-se ao crescimento de investimentos públicos e privados nas áreas de entretenimento e lazer, realização de shows de cultura popular, mostras de artesanato, entre outros, com o objetivo de captar um público de visitantes e evitar o esvaziamento do local.

Nesse sentido, a comunidade da Praia Grande vem desenvolvendo formas ou estratégias de inserção no turismo local quando da realização de eventos culturais, por meio da formação de cooperativas gastronômicas e artesanais. De um modo geral, os moradores do bairro costumam se apropriar das áreas adjacentes aos locais onde ocorrem eventos turísticos e culturais oficiais no bairro, tais como a Praça Nauro Machado, a Rua Portugal e o Convento das Mercês, com a montagem de barracas visando à comercialização de comidas, doces, bebidas típicas e produtos artesanais (Figura 18).



(a)



(b)

Figura 18 – Feira de artesanato (a) e exposição de doces regionais (b) na Praia Grande

Fonte: Acervo da autora (2008).

Essas atividades estendem-se também nos períodos em que se verifica alta concentração de turistas naquela área. A presença desse comércio informal revela focos de uma economia comunitária em vias de desenvolvimento no bairro, o que possibilita a circulação de mercadorias, bens e artigos de cunho tradicional ou moderno, fomentando a geração de empregos temporários e o incremento da renda familiar.

Acompanhando o processo de revalorização da Praia Grande, nota-se também a apropriação dos bens simbólicos enquanto suportes para a dinamização do turismo cultural, numa estratégia de reinvenção ou retorno das tradições locais (HOBBSAWM, 1984). As manifestações populares, como o Bumba-meu-boi e o Tambor de Crioula, conforme

destacado, vêm se constituindo importantes elementos da oferta turística da Praia Grande, sobretudo a partir da década de 1970, sofrendo um processo de popularização.

Em decorrência da maior visibilidade das manifestações locais, as brincadeiras transpassam os lugares onde comumente estiveram circunscritas, passando a figurar no calendário turístico, nos eventos institucionalizados ou patrocinados pelos órgãos de cultura e turismo e, em alguns casos, pela iniciativa de particulares:

De cenário espetacularizante e diferente percebido pelos turistas, o patrimônio assume o significado de legitimar as novas manifestações culturais ou reforçar alguns ícones culturais da comunidade local. Para os investidores e mesmo para o Estado, o patrimônio é visto como uma oportunidade de negócios e visibilidade política (SOTRATTI, 2010, p.152).

Ao atraírem um público consumidor específico, as festas tradicionais do bairro inserem-se também no jogo dialético e dinâmico de seleções e negociações de seus elementos definidores a fim de se conformarem em produtos de lazer e entretenimento. Nos eventos oficiais que acontecem no Centro Histórico, sobretudo no período do Carnaval e do São João, as manifestações, de um modo geral, adéquam-se ao calendário das apresentações, promovendo mudanças na forma de expressão da brincadeira, reduzindo o tempo das apresentações e padronizando as indumentárias.

Destaca-se o processo de formalização jurídica por que passam diversas brincadeiras populares do bairro, a fim de tornar possível o seu cadastro junto aos órgãos públicos e, dessa forma, assegurar o cachê destinado ao pagamento das apresentações durante as temporadas carnavalescas e juninas. Nesse particular, os espaços públicos da Praia Grande configuram-se como arenas de materialização de mudanças e ressignificações das brincadeiras e danças sagradas e profanas, sobretudo quando da presença de visitantes e ou espectadores.

Segundo Bhabha (1998, p. 311), na interculturalidade contemporânea as culturas apresentam-se em estado de permanente transformação. Nesse sentido, as tradições são constantemente reatualizadas, entrelaçando aspectos tradicionais e modernos. A tradução é vista como um processo de releitura e de incorporação de novos elementos, e consiste em “viver nas fronteiras”, estar num “entre-lugar”; é ainda, “uma condição de hibridismo que confere poder, uma emergência que transforma o retorno em reinscrição”.

O turismo, como elemento potencializador das relações sociais, contribui para a hibridação envolvendo aspectos tradicionais considerados autênticos pela comunidade, e modernos ou pós-modernos, igualmente reproduzidos e legitimados nas festas e celebrações populares, “temperadas com as vinculações culturais e as conversações com os outros de fora

dos seus territórios que vão constituindo as identidades e os estatutos de convivência e conveniência cultural do local com a cultura global” (TRIGUEIRO, 2007, p.109).

Observou-se que mesmo nas apresentações oficiais da cultura para o turismo, ocorrem interatividades e trocas interculturais entre visitantes e visitados, entre os performers e platéia, resultando assim, numa experiência de mobilização em torno de uma encenação ou representação da cultura local. A performance pode ser entendida como uma co-produção entre os brincantes, comunidade local e turistas, numa dialética que não está isenta de conflitos ou dissensões entre esses diferentes agentes.

Reinventada no tempo-espaço presente, as apresentações culturais são vivenciadas pelos seus praticantes como uma experiência simbólica e estética, manifestação autêntica da cultura local. Ao mesmo tempo, as performances turísticas são entendidas como suporte para a valorização das memórias da cultura local, suas simbologias e crenças:

As rodas finais das performances, quando todos se dão as mãos para cantar e dançar, representam o desejo de preservação do espírito da festa popular. De fato, as apresentações culminam invariavelmente num momento musical animado que contagia a platéia e a faz cantar e dançar. Mesmo os espetáculos que se desenrolam num palco terminam assim, reunindo quem tinha sido separado – os artistas que representavam e os “espectadores” diante deles. Instala-se ali uma *comunitas* fugaz dos cultores das tradições (TRAVASSOS, 2004, p.110).

Ocorre, assim, um processo de retraditionalização das brincadeiras populares na Praia Grande. As modificações estimuladas pela sua recente vinculação no mercado turístico e nos eventos e espetáculos culturais são internalizadas e ressignificadas pelos moradores, incorporando-as à sua experiência cotidiana. Nos lugares oficiais onde predominam apresentações de caráter turístico articulam-se diferentes experiências: sagrada/profana, individual/grupal, cotidiana/profissional. Em todas essas situações, os laços de pertença ao universo ritualístico das manifestações populares tradicionais são reforçados.

Dessa forma, evidencia-se que as relações engendradas pela prática turística no espaço urbano da Praia Grande conduzem ao estabelecimento ou a produção de novas territorialidades, as quais redefinem não apenas o uso, mas o significado e o valor social atribuídos ao patrimônio pelos moradores locais. Estes promovem a reinvenção de seu cotidiano (CERTEAU, 1994), ora mantendo as suas tradições, sua memória, ora permitindo mudanças adaptativas da cultura local e sua conseqüente incorporação à prática turística.

Ao organizar eventos que agregam valor ao turismo cultural, é necessário dimensioná-lo de maneira que a comunidade esteja envolvida em seu processo de organização e execução, no sentido de colocar em cena valores, projetos e a arte da população local, fazendo com que essas atividades contribuam para a valorização da cultura e afirmação de sua identidade.

No turismo cultural, a tradição oral, os imaginários, a ambiência urbana, os tipos populares e as histórias construídas sobre o lugar visitado tornam-se importantes recursos ou atrativos turísticos, ao tempo em que contribuem para otimizar a experiência dos visitantes, “os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios pelo mundo” (ZAOUAL, 2009, p. 57).

Considera-se que os espaços urbanos coletivizados podem compor um elenco diversificado de atrativos turísticos e culturais em conformidade com as novas tendências do turismo na contemporaneidade. A associação entre turismo e patrimônio cultural torna-se mais significativa quando são oportunizadas situações e experiências nas quais os turistas possam vivenciar as diferentes formas de expressão dos saberes e fazeres populares tradicionais.

A Praia Grande apresenta características toponímicas, de tradição azulejar, e estilos arquitetônicos particulares, mantendo a tipologia inicial e os hábitos, valores e estilos de vida, já desaparecidos em outros bairros da cidade. É um núcleo que ainda mantém uma diversidade de usos, de atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais. Sobressaem-se vários tipos populares, tais como os feirantes, os engraxates, os ourives, que ainda mantém suas atividades tradicionais. Becos, escadarias, ruas e pedras de cantaria; solares, sobrados e mirantes complementam a ambiência colonial, atraindo um público de turistas e visitantes.

Os lugares de memória, os modos de vida e costumes populares, as práticas sócio-culturais e manifestações tradicionais que integram o acervo arquitetônico local podem se constituir num importante elemento da oferta turística da cidade. A sua potencialização por meio do turismo cultural pode contribuir para uma maior aproximação entre visitantes e anfitriões, propiciando o diálogo e a interação sócio-cultural, gerando, dessa forma, benefícios sociais e econômicos, além de fortalecer os laços afetivos da comunidade local em relação ao seu patrimônio (Figura 19).

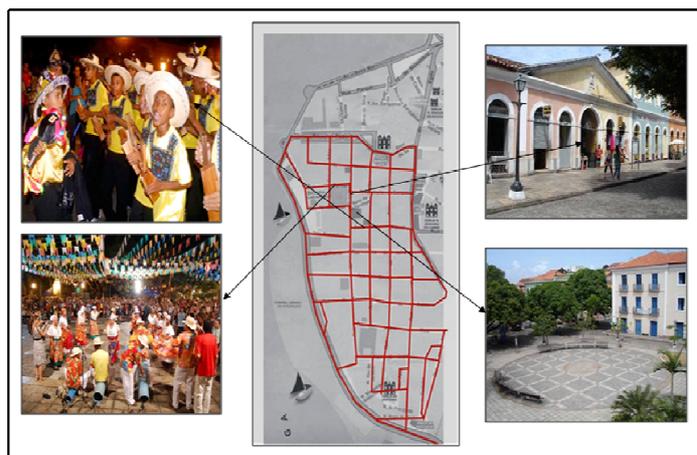


Figura 19 – Os lugares de memória da Praia Grande

Fonte: Elaboração Própria

Nesse sentido, Gastal (2002) assinala que a incorporação da noção de lugar de memória no âmbito do planejamento e gestão da oferta de turismo cultural insurge como fator capaz de promover uma maior integração entre o tecido urbano e a sociedade, a problematização dos conteúdos dos bens culturais para os visitantes, enaltecendo, assim, a experiência turística, ao mesmo tempo em que fortalece os laços identitários entre a comunidade e o seu patrimônio.

Seguindo a visão de Bhabha (1998), os lugares de memória podem ser vistos como entre-lugares diante do contexto da globalização e de múltiplas referências identitárias a que os sujeitos pós-modernos estão sendo submetidos. Segundo o autor, os lugares de fronteira, de intersecção, são estratégicos na elaboração das subjetividades individuais e coletivas, de novos signos de identidade e, conseqüentemente, na formulação de um novo escopo ou projeto de sociedade. Dessa forma,

[...] tratados convenientemente, pueden constituir lugares de confluencia de tiempos y espacios y de participación e integración de sectores sociales diversos, de gran fecundidad. La concepción del patrimonio local como foro de la memoria y banco de ensayos para la reproducción social, nos llevará con seguridad a desbordar los límites de lo que se concibe tradicionalmente como patrimonio y gestión patrimonial, y nos veremos implicados en otro tipo de dinámicas locales, singularmente todas aquellas que comporten procesos de reflexión y proyección de la comunidad hacia su futuro (PRATS, 2005, p.31).

O contato entre turistas e comunidade local nos lugares de memória pode estimular o resgate e a valorização dos elementos integrantes do patrimônio cultural - artes, artesanato, danças populares, monumentos históricos, religiosidade- possibilitando à população residente a valorização de sua cultura e identidade. Através da promoção das singularidades dos

destinos turísticos e do encontro entre alteridades podem ser ampliadas as ações de resgate, preservação e difusão do patrimônio cultural.

O encontro entre turistas, comerciantes e moradores nos lugares de memória tende a oportunizar acontecimentos espontâneos e diretos – embora em alguns casos possa ocorrer algum tipo de planejamento prévio ou atividade programada durante a visitação-estabelecendo relações interpessoais genuínas, nas quais prevalecem a imprevisibilidade dos contatos, o conhecimento mútuo, a compreensão e difusão de saberes e fazeres tradicionais. Enquanto elementos da oferta turística deve ser observado o caráter motivacional dos visitantes, uma vez que existem variedades de formas e de experiências turísticas que estes se propõem a realizar no destino.

A transformação dos lugares da memória popular, em suas múltiplas variações, como produto ou bem de consumo cultural não se justifica apenas pelo viés econômico decorrente do aproveitamento turístico. O planejamento turístico desses locais deve considerar o seu sentido simbólico como elemento referencial para a construção e afirmação de identidades, no sentido de contribuir para uma maior compreensão intercultural e proporcionar experiências significativas, tanto para a comunidade local, quanto para os visitantes:

Primeiramente, há que se promover um trabalho de promoção interna, almejando o resgate do orgulho pelo lugar. Não se pode pensar em potencializar o turismo em local que é descrente de si mesmo, que não tem orgulho pelo que tem e o que é. Mobilizar todos os atores da cidade e fazer por acontecer ações imediatas, catalizadoras da opinião pública são estratégias que vem demonstrando eficácia [...]. O processo de identificação, formatação e divulgação da imagem da cidade pode tornar-se também, uma forma de promoção interna, motivando os cidadãos ao (re)conhecimento de seu lugar (SIMÃO, 2001, p. 69).

Os lugares de memória da Praia Grande podem se traduzir na criação de cenários e ambientes inovadores, onde a criatividade e a interação com a comunidade transformam os visitantes em protagonistas da experiência turística, “o patrimônio que o turista quer e deve ver está vivo. Ele deveria ser vivenciado em seu próprio devir, em sua dinâmica vivência que conjuga história, tradição, arte, valores e práticas costumeiras” (MENESES, 2004, p.30).

Paralelamente, tendem a reforçar o sentido de pertença da comunidade em relação à cultura local, estimulando a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável da atividade turística. A arregimentação dos lugares de memória, enquanto produtos turísticos, oferece possibilidades de valorização do legado cultural dos diversos grupos sociais, entretanto, apresenta alguns desafios, sobretudo no que se refere ao planejamento da oferta cultural e à participação das comunidades no gerenciamento de seu patrimônio para o turismo:

[...] os critérios de criação de um itinerário cultural devem atender aos valores culturais, à memória histórica, ao patrimônio cultural e à pluralidade de identidades de um território [...] Além disso, os itinerários culturais devem fomentar os intercâmbios e os contatos não estereotipados entre os locais e os visitantes, respeitar o meio ambiente e seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, pensando assim em evitar os impactos negativos da atividade (PEREIRO, 2002).

No processo de formatação dessas áreas para a visitação turística, torna-se necessária a valorização dos lugares de memória pelas comunidades que neles habitam, trabalham ou desenvolvem algum vínculo afetivo ou emocional. À preservação dos patrimônios culturais perpassa o desenvolvimento de ações educativas, de valorização e interpretação dos bens edificados e intangíveis, tencionando a sua salvaguarda, difusão e promoção (MURTA e ALBANO, 2002).

Considerada um processo social que desvela os valores históricos, arquitetônicos e culturais, os sentidos e significados dos espaços urbanos para a comunidade e para grupos de visitantes, a interpretação do patrimônio constitui-se num importante instrumento destinado ao resgate e à valorização da história e da memória local, dos marcos referenciais e simbólicos presentes no espaço urbano da cidade e, sobretudo, de intensificação dos vínculos de afetividade e de compromisso dos moradores com o patrimônio do lugar.

Nesse sentido, a revitalização das áreas urbanas por intermédio da inserção do lazer, cultura e educação nos espaços cotidianos de vivência e convivência comunitária, torna-se importante estratégia de fortalecimento dos vínculos de afetividade entre o cidadão e a *urbes*. Além de proporcionar a valorização dos atrativos naturais e culturais pelos membros de uma coletividade, a interpretação propicia a sustentabilidade financeiro-econômica das populações locais, decorrente do processo de visitação.

Por intermédio de instrumentos de valorização e apropriação dos bens culturais, tais como trilhas interpretativas, painéis e placas de sinalização e comunicação, mídia, a comunidade pode sentir-se integrada aos espaços urbanos, valorizando os bens culturais testemunhos de sua história e identidade. O aproveitamento do patrimônio cultural pela atividade turística deve considerar os elementos definidores da cultura sob o olhar da comunidade, incrementando a oferta local com roteiros, serviços e produtos que enalteçam a vivência dos turistas no destino, além de enfatizar o protagonismo da comunidade em áreas de interesse turístico.

Embora recebendo críticas de diversos setores da sociedade no que se refere ao caráter de mercantilização dos fatos históricos em prol do turismo, fenômeno denominado industrialização do passado (URRY, 1996), essas iniciativas podem contribuir com o resgate

da identidade sócio-cultural por parte da população. Nesse sentido, Barreto (2000, p.47) nos advoga que

A recuperação da memória coletiva, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os turistas, leva, numa etapa posterior, inexoravelmente, à recuperação da cor local, e num ciclo de retroalimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado.

Além de proporcionar a valorização dos atrativos naturais e culturais pelos membros de uma coletividade, a interpretação ambiental propicia a sustentabilidade financeiro-econômica das populações locais, decorrente do processo de visitação. Assim, o turismo será entendido como instrumento de reforço das identidades e de articulação das culturas locais, ao estimular a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da oferta turística.

Enfatiza-se que a interpretação está ancorada nas expectativas, anseios e necessidades da comunidade situada, e além de seu entorno, criando possibilidades efetivas de ingresso da população em segmentos ligados direta ou indiretamente a essa atividade, de modo a garantir que a mesma tenha acesso aos benefícios do turismo.

À medida que os lugares relacionais ou de memória aproximam-se dos espaços construídos para o turismo, há uma preocupação em torno da sustentabilidade na promoção do desenvolvimento local. Nesse sentido, o fator humano prepondera, sendo determinante para a permanência da atividade turística, e conseqüentemente, para a elevação da qualidade de vida e preservação dos valores locais.

A sustentabilidade urbana é vista como processo sócio-cultural e político, na qual se incidem inúmeras variáveis internas e externas ao espaço urbano e que devem ser consideradas no âmbito do planejamento e da gestão turística, de modo a consolidar projetos de desenvolvimento compatíveis com a capacidade de carga das cidades, por um lado, e do outro, com o atendimento das necessidades e expectativas das comunidades residentes, sobretudo no que se refere ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida local (BURNETT, 2008).

Na dinâmica da fragmentação das cidades como bens ou produtos de consumo turístico constata-se a necessidade de valorização das características locais, das particularidades ambientais e sócio-culturais como forma de diferenciação mercadológica e inserção dos espaços urbanos no mercado de consumo turístico. A sustentabilidade cultural consiste em promover a multiplicidade de usos do espaço urbano, o incentivo às atividades artísticas e culturais, a criação de espaços públicos funcionais e interculturais, onde as comunidades possam desenvolver práticas de sociabilidade diversas, propiciando a

reflexividade nas relações entre moradores e turistas e o favorecimento das identidades locais caracterizadas pelo espírito do lugar (PEIXOTO, 2003).

O processo de reflexibilidade também é abordado por Jeudy (1990, p.19) que o entende como uma estratégia que confere um sentido e uma finalidade às ações de preservação patrimonial. Segundo o autor esse processo consiste em promover a visibilidade pública dos patrimônios e dos locais, assegurando a estrutura simbólica de uma determinada sociedade, “para que exista um patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos, reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura”.

De acordo com Leite (2002), um espaço urbano torna-se um espaço público quando há um entrelaçamento entre as configurações espaciais e um conjunto de ações que permitam uma relação social e política entre seus frequentadores, na medida em que lhe confere uma dimensão de singularidade e cria um sentido de pertencimento daquele espaço urbano em relação à comunidade local.

Os lugares de memória exercem a função de espaços públicos onde se manifesta a vida cotidiana e de símbolos do conagraçamento popular, integrando, assim, aspectos físicos e simbólicos; nesse sentido, a sua incorporação em roteiros e percursos culturais, para além de sua transformação em produtos culturais, estimula as re apropriações do patrimônio pela comunidade local, contribuindo para o acesso dos moradores à sua memória e identidade.

A partir dessa visão mais abrangente e da necessidade de ampliar a atividade turística por meio do uso racional dos atrativos inseridos em uma localidade é que emerge a concepção de um planejamento inter relacionado com as demais esferas econômicas, culturais e ambientais de uma região. Assim, torna-se possível gerar e assegurar o retorno econômico e financeiro para as comunidades locais, promovendo visibilidade ao local e afirmando-o enquanto diferença.

O turismo cultural possibilita às comunidades receptoras perceberem a importância dos espaços urbanos para a construção de sua identidade e estimula a sua atuação de forma eficiente e pró-ativa nas estratégias de implantação ou dinamização da atividade turística nesses locais. Nesse sentido, o exercício das horizontalidades – criação de espaços de discussão, mobilização e integração dos representantes da gestão pública e privada, e a participação dos atores locais – contribui para o redirecionamento dos lugares diante das novas necessidades do mercado turístico, maximizando os benefícios das interações estabelecidas em escala transnacional.

A emergência de novos valores e comportamentos da demanda turística enfatiza a adoção de diretrizes sustentáveis para a produção e consumo da oferta turística. A procura por uma maior interação e integração dos turistas culturais com o cotidiano das comunidades visitadas segue a perspectiva de promover o maior enriquecimento cultural, ao tempo em que se propõe a ampliar os efeitos positivos do turismo na busca pelo desenvolvimento local integrado.

No contexto em que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural tencionam a inserção social numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento, o fortalecimento dos espaços comunitários prescinde de ações capazes de consolidar práticas coletivas de gestão dos lugares representativos da memória local, visando à dinamização da economia.

Torna-se preponderante que a comunidade local não apenas atue no processo de identificação e seleção dos espaços para a visitação turística, mas estabeleça quais aspectos ou elementos devam ser enfatizados, delimitando o grau de interferência do turismo na dinâmica sócio-cultural. Conforme destaca Beni (2004, p.19):

A essência do planejamento turístico local exige que a comunidade, em todos os seus segmentos, tenha consciência de seu patrimônio material e imaterial e que decida sobre o que compartilhar e o que preservar para a sua guarda e proveito próprio, e também como e onde deseja que essa troca se efetue.

A articulação institucional e a formação de parcerias são essenciais para a continuidade e sustentabilidade de projetos turísticos com base no patrimônio cultural, no sentido de elevar ou manter os benefícios para as comunidades locais. Essa iniciativa consiste também em garantir a qualidade dos produtos oferecidos aos visitantes, seja pela ambiência urbana, manutenção permanente dos equipamentos e serviços urbanos, qualificação dos prestadores de serviços turísticos, e desenvolvimento da hospitalidade no destino turístico.

Seguindo essa perspectiva, a tendência na revitalização de Centros Históricos consiste em propiciar a incorporação do patrimônio material ou intangível na vida contemporânea das cidades, visando o atendimento das expectativas de lazer, entretenimento e aprendizado. Essas diretrizes tornam-se essenciais para o redirecionamento da oferta turística do bairro da Praia Grande, mediante a implantação de um modelo organizacional de gestão e preservação patrimonial que amplie a percepção dos agentes locais quanto à importância deste espaço urbano.

Ao processo de planejamento do patrimônio cultural como produto, os sentidos e significados que definem os laços de pertencimento da comunidade em relação ao bem

material ou simbólico que se pretende ofertar, tornam-se fundamentais para a revitalização das áreas urbanas com foco no desenvolvimento sustentável. Nesse caso, “a cidade retoma seus espaços não como signos vazios, apenas relatados na historiografia, mas como algo vivo, sempre em uso, necessário e amado, lugares de confluências de memórias passadas e, sobretudo, das memórias futuras” (GRINOVER, 2007, p.150).

O aproveitamento do patrimônio arquitetônico urbano implica a autodeterminação dos grupos locais na sua reconfiguração como elemento de atratividade turística, respeitando seus anseios e necessidades, tanto no que se refere à salvaguarda de determinadas características, quanto à assimilação de conteúdos, elementos ou tecnologias decorrentes do intercâmbio de informações propiciado pelos fluxos inter e transculturais que reorientam as produções locais, suscitando transformações.

O intercâmbio cultural por meio do turismo pode se consolidar como um importante vetor de valorização dos recursos culturais e naturais das cidades, possibilitando o desenvolvimento local sem comprometer as possibilidades das gerações vindouras de terem acesso ao patrimônio cultural herdado e recriado no corpus social.

### 2.3.1 Lugar de Memória como ferramenta de gestão turística: por um uso sustentável do patrimônio cultural

A formatação de produtos culturais, em especial aqueles centrados na ambiência urbana necessita ser planejada de forma a valorizar o patrimônio cultural, objeto de interesse dos turistas e da comunidade. Conforme exposto anteriormente, os lugares de memória podem conferir novas possibilidades de gestão do patrimônio cultural, considerando as diferentes representações que ele encerra para a comunidade residente, no sentido de problematizar o conteúdo cultural da região visitada tanto para os moradores, quanto para os visitantes.

Potencializadores do turismo cultural, os lugares de relação e identidade que coexistem no bairro da Praia Grande revelam a essência do habitar, morar e do conviver comunitário. A dinâmica sócio-espacial ao ser convertida em produto turístico transforma o Centro Histórico de São Luís num lugar carregado de significados, no sentido de permitir ao visitante, o conhecimento das dimensões de territorialidade, das lutas cotidianas dos moradores pela sua sobrevivência, dos momentos festivos que fundamentam as redes e conexões estabelecidas entre os membros da comunidade local.

Neles observam-se ainda um espaço de afirmação da diferença do bairro, e de mescla de diferentes atividades sócio-culturais que produzem bens e serviços, sejam artísticos,

tradicionais, emergentes ou performáticos; distribuídos ao longo do bairro esses bens culturais disseminam um conjunto de informações acerca do patrimônio e das histórias pessoais dos agentes que nele atuam de forma dinâmica e criativa.

Entretanto, a interação social proporcionável pelos lugares de memória demanda a realização de ações de planejamento que confirmem suporte para a criação e consolidação de uma ambiência urbana propícia às produções culturais inovadoras e fortemente enraizadas ao tecido social. Às margens dos processos de patrimonialização do Centro Histórico, os lugares de memória possuem uma eficácia simbólica, adquirindo centralidade como produtos culturais para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento de outras memórias erigidas nos lugares de encontro e confronto entre a elite e o popular amplia as variáveis a serem consideradas na definição de patrimônio, contribui para a manutenção dos valores sociais de convivência necessários para o entendimento do sistema cultural local e promove a vitalidade do bairro. A comunidade da Praia Grande necessita de locais específicos para o desenvolvimento de atividades prazerosas que realcem as características históricas, culturais e ambientais do espaço urbano que particularizam sua vivência coletiva.

As cidades são entendidas como importantes centros de lazer, ao propiciar um conjunto de atividades lúdicas, esportivas, de contemplação ou entretenimento que incentivam a participação da comunidade na vida cultural e turística do lugar (DUMAZEDIER, 1999). A ampliação de oferta de lazer e entretenimento por meio dos lugares de memória, além de adquirir uma função de complementaridade ao produto turístico, contribui para a disseminação de uma imagem positiva da cidade perante os seus moradores e para o sentido de cidadania.

Constata-se, pois, a necessidade de desenvolver o setor de animação cultural e entretenimento do Centro Histórico com a tematização da oferta de produtos e serviços, estendendo seu potencial de atração para um público consumidor diversificado e interessado no consumo dos elementos constitutivos do patrimônio cultural local. Na visão de Yázigi (1999, p.176) “cabe ao município, de parceria ou não com o empresariado e as associações locais, promover alternativas de animação, onde a cultura ocupa um lugar insubstituível: bens materiais, atividades, culinária etc.”

Sendo assim, de que forma a categoria lugar de memória pode ser útil na formatação de um modelo sustentável para o planejamento e gestão dos espaços turísticos urbanos? A tematização da oferta de produtos e serviços implica a utilização de uma metodologia compatível com a realidade social dos destinos urbanos, avaliando o nível de

desenvolvimento turístico existente e mapeando os espaços representativos da memória e da identidade local, “nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias (MATOS, 2002, p.35).

Baseado nesse delineamento, um conjunto de ações integradas de sensibilização e participação da comunidade, valorização, promoção e comercialização dos produtos culturais devem ser consentidas na perspectiva de promover novas experiências aos visitantes, aliada às estratégias de interpretação do patrimônio cultural (Figura 20):



Figura 20 – Aplicação da categoria lugar de memória no planejamento turístico.

Fonte: Elaboração própria.

Busca-se nessa metodologia estabelecer um planejamento participativo, no qual os incentivadores turísticos possam ampliar os espaços de diálogo com a comunidade, a qual não apenas possui a função de identificar e selecionar os espaços de visitação, mas de estabelecer quais aspectos ou elementos devem ser enfatizados, delimitando o grau de interferência do turismo na dinâmica local.

Ressalta-se que a terminologia lugar de memória adquire diferentes representações no interior de uma dada comunidade, o que sugere a adoção de critérios de eleição compatíveis com o contexto sócio cultural específico. Nesse sentido, a utilização de técnicas diversificadas, tais como história oral, pode ser utilizada para possibilitar a emergência de diversas vozes no interior da comunidade, desvelando os lugares e manifestações mantenedores da identidade local. Para Barquero (1999, p.222):

As comunidades locais possuem identidade própria que as impulsiona a tomar iniciativas que propiciam o desenvolvimento local [...] quando desenvolvem suas

capacidades de organização, podem evitar que as empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de desenvolvimento e amorteçam seu processo de desenvolvimento próprio. A capacidade de liderar o próprio processo de desenvolvimento, unida à mobilização do potencial de desenvolvimento, é o que permite dar a esta forma de desenvolvimento o qualitativo de endógeno.

Mediante a identificação dos lugares de memória, faz-se necessária a realização de estudos de potencialidade e viabilidade turísticas nas áreas selecionadas na etapa anterior, com o mapeamento dos espaços urbanos e das práticas culturais indicados que se revestem de um forte caráter identitário em relação aos moradores. Torna-se necessária a hierarquização dos lugares de memória selecionados, em termos de nível de atratividade e capacidade de mobilização de uma demanda turística diferenciada.

A determinação da capacidade de carga ambiental e social de forma a diversificar a planta de atrativos existentes estimula a conservação dos espaços urbanos e aumenta o nível de competitividade do produto no mercado. Posteriormente, a estruturação de roteiros e produtos culturais, contribui para agregar valor à oferta cultural, fortalecendo as trocas culturais, o interacionismo, e desenvolvendo a hospitalidade no destino turístico.

Visando a ampliação das opções de lazer e entretenimento, o estímulo às atividades culturais nos espaços urbanos, tais como mostras de artesanato, festas de cultura popular e eventos, além de se constituírem elementos de atração turística, contribuem para a inserção dos lugares de memória à vida contemporânea, permitindo a sua integração e vinculação afetiva em relação aos membros da comunidade local (CAMARGO, 2002; SIMÃO, 2006). Destaca-se ainda que os eventos culturais tornam-se agentes promotores dos destinos turísticos, aumentando sua competitividade no mercado, uma vez que estes contribuem para a redução da sazonalidade e para o enriquecimento da experiência dos turistas (SANCHEZ e GARCÍA, 2003).

A promoção de exposições itinerantes de arte, mostras de artesanato gastronomia e cultura popular durante o período de baixa estação, a realização de oficinas sócio-educativas, performances de artistas nativos, bem como a elaboração de um calendário cultural, tendem a agregar valor à oferta local e estimular a apropriação do espaço urbano pela comunidade. A revalorização das manifestações populares tradicionais, com a sua inserção em roteiros histórico-culturais, buscando a sua devida interpretação para o público visitante, contribui, embora num espaço abreviado de tempo, para que os visitantes e residentes possam compreender a importância do patrimônio cultural, na medida em que

[...] o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o

sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social (PAES, p. 163, 2009).

A comunidade local, consciente do processo de transformação das culturas e de hibridização das identidades, tende a participar efetivamente do planejamento turístico, incorporando as suas reais necessidades e expectativas, primando pelo desenvolvimento em amplos aspectos da realidade social. Tais iniciativas, envolvendo a participação do poder público, empresariado e instituições não governamentais, tendem a contribuir para a responsabilidade social e para a geração de benefícios sociais e econômicos através do turismo, estimulando o desenvolvimento integrado:

[...] vale ressaltar a importância de ações que propiciem a formação e a vivência das experiências do outro. Portanto, há a imprescindibilidade de um eficaz processo de integração que considere a região como um espaço de cruzamento de identidades, de mesclas; que reconheça o processo de re-elaboração das identidades (dinâmicas e múltiplas). Nessa direção, a evidência do processo de fragmentação de identidades paralelo ao processo de globalização, ainda sinaliza a necessidade de uma perspectiva sócio comunicacional; ações que contribuam para a sustentabilidade das identidades [...](SIMÕES, 2008, p.13-14).

Brito (2009) apresenta um modelo de gestão dos recursos e atrativos turístico-culturais que apresenta características de transversalidade e de diálogo entre as diferentes esferas que atuam no planejamento urbanístico e patrimonial e os agentes sociais. Segundo o autor, a conformação das cidades históricas em produtos e roteiros turísticos necessita de instrumentos eficazes que realcem as características do tecido urbano, baseado num amplo programa de interpretação e comunicação junto ao público consumidor e residentes.

Enquanto elemento fundamental destaca-se a busca pela certificação da qualidade das atividades desenvolvidas nos núcleos patrimoniais, o que garante ganhos expressivos não apenas no âmbito econômico, mas, sobretudo, de enriquecimento cultural, tanto para os turistas, quanto para a população residente.

Se, de um lado, o olhar do turista detém-se nos aspectos mais espetaculares da paisagem, em modos de vida e costumes diferenciados do seu cotidiano, do outro, emerge a necessidade de realçar as características sociais, históricas e culturais do espaço urbano que particulariza sua vivência coletiva (MURTA; ALBANO, 2002).

Nesse aspecto, entende-se a educação patrimonial como um processo sócio educativo que permite a descoberta, o reconhecimento e a valorização dos significados simbólicos dos bens materiais ou espirituais produzidos pelos diversos grupos sociais em contextos específicos. Ou seja, desperta na comunidade o desejo de redescobrir a cidade e suas relações, de resgatar aspectos históricos, culturais, ambientais e turísticos, contribuindo para a

formação da cidadania e para o fortalecimento do sentimento de afetividade e de apreço ao lugar.

Utilizando-se de diferentes suportes de memória – monumentos e prédios históricos, conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, vestimentas, a educação patrimonial desperta sensibilidades e desenvolve o senso de preservação do legado cultural no interior das comunidades. Segundo Camargo (2002), para que haja o pleno desenvolvimento do turismo cultural em uma determinada região, a população local enquanto agente produtora do patrimônio deve ser conscientizada sobre a importância dos bens culturais como suportes de memória, de continuidade de práticas sócio-culturais, e enquanto fatores de desenvolvimento econômico.

A educação patrimonial possibilita ainda transformar o morador em viajante leitor (SIMÕES, 2002), ou seja, desperta na comunidade o desejo de redescobrir a cidade e suas relações, de resgatar aspectos históricos, culturais, ambientais e turísticos, contribuindo para a formação da cidadania e para o fortalecimento do sentimento de afetividade e de apreço ao lugar. O enfoque preservador de uma cidade não pode deter-se apenas à esfera governamental visando à proteção dos bens culturais, uma vez que a comunidade desempenha importante função, não só por influir na manutenção do legado cultural a partir de suas ações, mas também por fazer parte da configuração do patrimônio de uma cidade.

A partir disso, o desenvolvimento de programas de educação patrimonial em caráter de transversalidade nos espaços de aprendizagem formal e informal, por meio de técnicas diversas, tais como *city-tours* dramatizados, oficinas de fotografia, desenvolve a percepção do lugar pelos moradores, estimulando a busca pelo sentido afetivo e emocional das áreas urbanas e do legado cultural.

Nas áreas relacionadas direta e indiretamente à atividade turística, a busca pela excelência na prestação dos serviços figura como um dos elementos que contribuem para o aumento da competitividade de um destino no mercado. A qualificação permanente dos proprietários e agentes que atuam nos estabelecimentos comerciais deve ser adotada enquanto estratégia dos empreendedores locais no sentido de oferecer produtos e serviços de qualidade, possibilitando a eficácia do relacionamento da empresa com os consumidores, e a universalização de seu acesso para públicos distintos.

Diante da estruturação de produtos, roteiros e atrações tematizados com a anuência da comunidade, integradas aos seus espaços de vida e de lazer, definem-se as estratégias de valorização do produto no mercado, envolvendo todos os agentes do setor de forma pró-ativa e

inovativa, baseada na sinergia das ações e no esforço coletivo, definindo medidas de acompanhamento, controle e avaliação dos processos urbanos e turísticos.

Assim, o lugar de memória como instrumento de planejamento turístico consiste em promover a articulação integrada e o protagonismo comunitários, o fortalecimento da identidade, a valorização do lugar e a sua capitalização por meio do turismo, tendo como premissas fundamentais a proteção dos ambientes naturais e culturais, a qualidade dos produtos e serviços, e a validade da experiência turística local.

Assim, ressalta-se a necessidade de se promover um diálogo entre as políticas de preservação patrimonial, o planejamento urbano e o turístico no bairro da Praia Grande, a fim de que os diferentes valores e significados atribuídos ao patrimônio cultural não interfiram na rotina dos moradores e proporcionem experiências significativas para os turistas. Tais turistas segundo Martins (2006) buscam nos lugares visitados um conjunto de significados, símbolos que a comunidade local imprimiu neles.

Seguindo uma proposta compartilhada dos recursos e valores comunitários, baseando-se em sua capacidade de mobilização e articulação, desenvolvimento do espírito criativo e inovador, o turismo cultural, alicerçado sob a perspectiva ou olhar dos agentes mantenedores do patrimônio cultural, pode efetivamente produzir situações de reconhecimento do universo múltiplo, dinâmico e mutável no qual se inscrevem os patrimônios culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A cidade retoma seus espaços não como signos vazios, apenas relatados na historiografia, mas como algo vivo, sempre em uso, necessário e amado, lugares de confluências de memórias passadas e, sobretudo, das memórias futuras*  
(Lúcio Grinover)

Materialidade e imaterialidade tecem as redes que constroem a história de uma cidade. O patrimônio cultural urbano revela símbolos, imagens, ícones, visões de mundo, e, sobretudo, os caminhos percorridos na subjetividade de cada cidadão. Toda vivência é individualizada, mas também é compartilhada sob diversos aspectos: nas redes de sociabilidades, nos festejos e confraternizações.

A formação de uma cidade é resultante de uma multiplicidade de ações dos agentes locais e externos a ela, o que advém a constituição de um espaço singular, envolto em transformações e contradições, porém, rico de sentidos para quem nele está inserido como parte integrante de seus processos; sentidos que possuem o poder de unificar. Dessa forma, a existência de patrimônios culturais fornece aos grupos sociais um conjunto de códigos, simbologias, sinais que estabelecem o substrato a partir do qual as identidades tornam-se enraizadas em meio à fragmentação e dispersão dos laços culturais que caracterizam as sociedades pós-modernas.

Discorrer sobre o patrimônio cultural enquanto símbolo ou representação identitária consiste em entendê-lo como parte integrante do cotidiano, dos espaços vividos e imaginados estabelecidos pelos grupos sociais ao longo da sua experiência no lugar. O processo de identificação e vínculo dos sujeitos com o espaço no qual estão inseridos parte da memória, na medida em que ela registra os meandros das relações sociais e as possíveis interações que irão surgir a partir desta identificação.

Assim, uma cidade é feita, sobretudo, das recordações de seus habitantes. Somente por intermédio dos traços físicos e das lembranças individuais é possível captar as sinuosidades e singularidades de uma cidade. Na atualidade, as políticas de revitalização dos Centros Históricos têm ultrapassado a visão monumentalista, da ênfase aos aspectos singulares dos conjuntos arquitetônicos, da monumentalidade e excepcionalidade e direcionando-se para o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, os processos culturais.

Avança-se em direção a novas concepções acerca da realidade dinâmica dos espaços urbanos, considerando suas dimensões sociais, afetivas e culturais. Os Centros Históricos passam a ser vistos como lugares simbólicos e relacionais, sendo identificados como suportes

reveladores das memórias individuais e coletivas, guardiões da história de uma comunidade e dos espaços apropriados e transformados por ela.

A presente pesquisa, ao propor um percurso de ir além do patrimônio consagrado do bairro da Praia Grande, numa discussão orientada para a análise dos lugares materiais e simbólicos que remetiam a um valor sentimental aos seus moradores, buscou demonstrar os vínculos, os afetos e as referências culturais desse espaço urbano e, sobretudo, possibilitou reafirmar que as propostas de preservação do patrimônio cultural para o turismo devem ser buscadas a partir dos contextos locais, das potencialidades e das sinergias de cada comunidade, ou seja, dos elementos que constituem a sua memória e suas tradições.

Nesse aspecto, os conceitos de identidade, patrimônio cultural e lugar de memória tornaram-se essenciais ao possibilitar uma reflexão sobre a revitalização dos espaços urbanos e o papel desempenhado pelas comunidades residentes na apropriação e valorização de seu legado cultural. A cidade compreendida a partir dos lugares de relação, afetividade e vivência festiva pressupõe o entendimento de que esses se apresentam como projeções temporais, coletivamente tecidas por meio de relações, similitudes e diferenças que impregnam os espaços onde se realizam as interações sociais. Em virtude dessa característica, os lugares de memória emergem como objetos permanentes de contendas em torno de seu valor simbólico, de uso, comercial ou turístico.

Na redefinição do espaço urbano do Centro Histórico de São Luís dialogam moradores, turistas, comerciantes; os bens materiais e simbólicos reconfiguram-se, hibridizam-se, agregando novos componentes em virtude de sua recriação para o uso turístico. Diante desse cenário, a análise ainda discutiu os limites e as possibilidades da preservação do patrimônio cultural na perspectiva da sustentabilidade, em termos econômicos, sociais e, destacadamente, culturais. Teve assim como foco de análise as articulações e os processos patrimoniais que permitiram a afirmação e reconstrução de uma memória oficial naquele espaço urbano, concernente às expectativas do mercado turístico.

Compreendeu-se que as ações públicas não apresentam características de sustentabilidade, uma vez que não ocorre uma valorização social do patrimônio, a participação efetiva da comunidade nas decisões sobre o espaço urbano e a equalização de benefícios econômicos e sociais decorrentes da revitalização da área.

A pesquisa descortinou também os conflitos, as tensões e as disputas simbólicas, envolvendo os moradores e representantes dos órgãos oficiais de preservação, em torno da apropriação do patrimônio cultural e, por extensão, da imagem e memória do bairro. O olhar mais apurado dessas distensões revelou um dos múltiplos desafios de se estabelecer o turismo

em áreas urbanas: a busca pelo equilíbrio ou harmonia entre o tradicional e o moderno, entre a fixidez, a permanência, inerentes ao patrimônio edificado, e as transições, as dinâmicas e as subjetividades daqueles que recriam por meio de suas práticas cotidianas ou de ações estatais, novos invólucros e ressignificações ao espaço revitalizado.

Entremeando os discursos ou as falas daqueles que convivem rotineiramente com esse espaço urbano, e por meio da observação do cotidiano local, constatou-se que o bairro da Praia Grande afigura-se como lugar de memória para seus moradores, tornando-se perceptível a existência de laços afetivos entre eles, os marcos urbanos e as manifestações culturais presentes no Centro Histórico da cidade, os quais contribuem para a formação e para o fortalecimento das identidades locais. Observou-se que os bens patrimoniais e simbólicos considerados significativos para os moradores entrevistados estão, em geral, relacionados ao cotidiano experienciado pela comunidade do Centro Histórico, possuindo sentidos e significados específicos.

Os lugares de memória constituem-se locais de encontro, relação e sociabilidade, de manifestação da cultura popular e do lazer da comunidade. Em alguns casos, representaram a extensão do lar habitual dos moradores, além de neles estarem impregnadas as diversas memórias, lembranças e recordações presentes no *corpus* social. A praça, a feira, o tambor e demais lugares foram apreendidos como símbolos da historicidade do bairro da Praia Grande e cenários onde a memória popular é ressignificada, adquirindo novos matizes ou nuances. Os moradores que se apropriam, trabalham, transitam ou utilizam os lugares de memória promovem a diversidade das relações, reinventam suas tradições e constroem uma identidade específica.

No entanto, a construção do lugar de memória reatualizada na fala dos moradores entrevistados não equivaleu ao discurso impetrado pelos órgãos de preservação sobre o patrimônio da cidade de São Luís. Embora as ações de revitalização do bairro da Praia Grande tenham sido valorizadas e reconhecidas pelos moradores e comerciantes da área, os grupos sociais pesquisados não se apropriaram das memórias evocadas pelos bens culturais que foram alvo de políticas de preservação, propagados pelos gestores públicos como representantes da história e da memória do bairro. Observou-se ainda que as ações de revitalização e preservação do patrimônio cultural local não atendem, até o presente momento, aos anseios e expectativas da comunidade.

No percurso teórico sobre as políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís tornou-se possível verificar como o conceito de patrimônio gerou contornos peculiares sobre a noção de espaço e tempo na Praia Grande, os quais delinearam características decisivas na

configuração de uma São Luís atual. O legado cultural que se constituiu ao longo do tempo permitiu à cidade o título maior de patrimônio cultural da humanidade, fato que desencadeou um processo de promoção econômica e sócio-cultural do qual ainda são vivenciados os desdobramentos.

A análise do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, por meio das entrevistas com os gestores públicos revelou a importância conferida pelos representantes oficiais de patrimônio à dimensão tangível ou material do acervo arquitetônico, expressa por meio de decretos, tombamentos, pela recuperação de imóveis e ações de fiscalização aos monumentos edificados. O patrimônio funcionou, inicialmente, como um mecanismo de construção simbólica de afirmação de uma identidade local que não revelava a pluralidade cultural, configurando-se em recurso para criar uma idéia unilateral de unidade coletiva.

Em alguns momentos, as práticas governamentais inviabilizaram a permanência dos moradores tradicionais no bairro da Praia Grande ou provocaram o seu silêncio no âmbito das políticas de ativação patrimonial. Essas passaram a atender às novas demandas de lazer e consumo contemporâneos. Trata-se de um processo dinâmico balizado em mecanismos sucessivos de construção e reconstrução identitárias, nos quais os atores sociais se apropriam, selecionam e reelaboram determinados atributos culturais de acordo com os diferentes contextos ou momentos históricos, do qual a atividade turística constitui-se parte integrante.

A cultura recriada para atender ao mercado turístico acentuou uma mudança na percepção dos moradores em relação aos seus espaços de vida, contribuindo para a construção de uma nova imagem sobre o lugar Praia Grande, a qual se refletiu no nível de preservação do patrimônio edificado e nas relações compartilhadas entre moradores e visitantes. Assim, o desenvolvimento do turismo cultural e as inter relações que a atividade estabelece com os lugares de memória consistiram em outra perspectiva considerada pelo estudo.

O turismo vem se tornando uma preocupação recorrente no sentido de promover a dinamização econômica e a sustentabilidade dos Centros Históricos, entretanto, segundo a pesquisa realizada, o turismo praticado no espaço urbano da Praia Grande não tem contribuído de forma significativa para a sustentabilidade cultural do patrimônio edificado, nem para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Com o advento do turismo, o lugar Praia Grande anteriormente vinculado estritamente às atividades de vivência, trabalho ou moradia pelos residentes, alterou o seu significado, com reflexos diretos nos valores a ele atribuídos e, sobretudo, no tipo de relacionamento entre os moradores e seu patrimônio. As transformações na dinâmica sócio-cultural em virtude do

turismo influenciaram diretamente a percepção dos moradores em relação aos impactos dessa atividade sobre o patrimônio cultural, e notadamente em seu nível de comprometimento em relação à preservação dos bens patrimoniais.

A resignificação do bairro da Praia Grande como elemento de atratividade turística conduz ao estabelecimento de novas relações entre a comunidade e os bens patrimoniais, produzindo novas territorialidades que afetam em maior ou menor grau o cotidiano local. Ainda, as discussões acerca da problemática da sustentabilidade urbana inserem a atividade turística no campo das disputas em torno da cenarização do patrimônio cultural como bem de consumo, sinalizando a necessidade de se promover maior diálogo entre o planejamento turístico e o planejamento urbano, no sentido de orientar as ações e minimizar os impactos negativos dessa atividade.

Nesse patamar, as ações públicas de revitalização do patrimônio cultural da cidade de São Luís demonstram as dificuldades e os desafios de se aliar as propostas de desenvolvimento turístico com a preservação do acervo arquitetônico; e a necessidade de inserir a comunidade nos benefícios decorrentes do intercâmbio cultural. O programa de preservação e revitalização do patrimônio cultural, capitaneado pelo governo local, além de se constituir em ações pontuais, estimula a homogeneidade da paisagem urbana, restringindo a prática social do turismo em uma área específica, fato que inibe a obtenção de benesses econômicas e sociais pela comunidade residente.

Na atualidade, conforme apresentado, a oficialização do patrimônio de pedra e cal como signo da história oficial vem sendo substituída por uma noção mais ampla, baseada na idéia de patrimônio como construção social, na qual as práticas, os saberes populares, as manifestações culturais transitam de forma dinâmica no universo abrangente do campo patrimonial. Essa necessita, porém, de instrumentais eficazes de identificação, apreensão e valorização dos lugares de memória por parte da comunidade local, uma vez que a gestão atual do espaço urbano e turístico da Praia Grande não permite uma participação ativa da comunidade no âmbito dos projetos e ações de preservação e valorização do patrimônio cultural, fato que compromete a continuidade do processo de revitalização daquele espaço urbano.

Embora nas diretrizes do programa existissem iniciativas visando à inserção dos moradores no planejamento do espaço urbano, essas ações ainda não se materializaram advindo a necessidade de articulação entre os órgãos de preservação do patrimônio, sociedade civil e organizada na formulação de estratégias capazes de garantir o vínculo da comunidade com o seu patrimônio.

A revitalização dos Centros Históricos implica a efetivação de projetos sustentáveis capazes de possibilitar a continuidade do patrimônio cultural como suporte da memória e da identidade local, de forma a ampliar a percepção da cidade como organismo multissetorial e dinâmico. O planejamento urbano integral permite que diferentes atores possam interagir no sentido de propiciar um gerenciamento funcional, equilibrado e equitativo do espaço urbano, sendo a atividade turística um aliado estratégico na busca pela promoção da sustentabilidade econômica e sócio-cultural.

O valor e o significado que o patrimônio adquire enquanto enunciador de diferentes histórias, identidades e memórias, tornam-se imprescindíveis para o processo de formatação dos bens patrimoniais em produtos ou atrações turísticas. O aproveitamento dos lugares de memória da Praia Grande pode se tornar uma alternativa viável para dinamizar a oferta turística e cultural da cidade de São Luís, baseando-se na sustentabilidade cultural.

As atividades culturais vivenciadas nesses marcos urbanos tornam-se capazes de ativar o imaginário turístico, despertando a curiosidade e, conseqüentemente, estimulando a visitação a esses espaços. Essas particularidades, ao serem transformadas em produto turístico podem vir a fortalecer os laços identitários entre a comunidade e o seu patrimônio cultural a partir do maior intercâmbio entre turistas e anfitriões. O aproveitamento turístico dos lugares de memória insere-se nas novas necessidades da demanda turística que busca uma maior interação e integração nos lugares de vivência e convivência comunitária, no sentido de proporcionar um enaltecimento da experiência turística, oportunizando e viabilizando um cenário emotivo e acolhedor, ao estimular o contato dos visitantes com o patrimônio cultural da cidade.

A ênfase nas histórias, nas produções materiais e imateriais dos espaços populares do bairro da Praia Grande tende a incrementar a oferta turística local ao serem ativadas por meio de uma prática turística passível de se desenvolver em termos de reciprocidade, enriquecimento cultural e sustentabilidade. Ressalta-se que o planejamento sustentável da atividade turística deve priorizar os significados dos bens patrimoniais para uma dada sociedade, além de sinalizar atitudes de compromisso e de responsabilidade dos turistas e comunidades em relação ao patrimônio local.

As referências identitárias que permeiam os espaços vividos pelos moradores – aqui entendidos como lugares memória – proporcionam uma interpretação dos espaços urbanos contemporâneos para além de suas formas, revelando seus conteúdos e suas funções, as relações entre texto e contexto das cidades pós-modernas, fragmentadas em termos de suas identidades, porém não menos articuladas na busca pela sustentabilidade de seus processos

econômicos, culturais e sociais. Contribuem, assim, para o planejamento urbano e turístico, no intuito de propiciar uma maior inserção e articulação dos cidadãos em relação a urbes.

As transformações no patrimônio cultural como bem de consumo turístico tornam-se um dos principais desafios a serem enfrentados no âmbito da gestão das cidades históricas, sobretudo no que se refere à perda das características do bem protegido. Conforme exposto, a comercialização do patrimônio pelo turismo pode acarretar, em alguns casos, a homogeneização dos marcos simbólicos e das identidades locais em prol da satisfação das necessidades de consumo visual ou estético dos visitantes.

A vivência dos turistas com os referenciais da memória e da identidade de um lugar pressupõe a utilização de instrumentos que possam contribuir para a sustentabilidade do turismo cultural. Nesse patamar, a ampliação do diálogo entre órgãos de preservação patrimonial e a atividade turística torna-se fundamental no sentido de possibilitar maior acompanhamento e avaliação dos processos turísticos em áreas patrimoniais tombadas e os impactos no âmbito nos bens de natureza imaterial.

O planejamento e a gestão do patrimônio cultural pressupõem o estabelecimento de políticas públicas que conciliem as características dos bens culturais, sua dinamicidade, e as modificações que o uso turístico impõe, seja no ordenamento das cidades históricas, seja na adequação das manifestações populares às necessidades da demanda. O aproveitamento do patrimônio cultural para o turismo necessita da sistematização de novos instrumentais teórico-metodológicos, buscando-se uma atuação integrada e colaborativa entre os incentivadores turísticos e os planejadores urbanos, junto às comunidades locais.

O estabelecimento de planos e programas de recuperação de conjuntos arquitetônicos baseados nos laços materiais e imateriais tende a favorecer o estreitamento de vínculos afetivos entre a população residente e o patrimônio; ações de valorização da memória e da identidade local e de difusão das expressões populares, além de projetos sócio-educativos de interpretação do patrimônio local para a comunidade e grupos de visitantes, contribuem para a sustentabilidade cultural do patrimônio, a fim de conciliar os novos usos e significados que o patrimônio adquire nas sociedades contemporâneas.

Dessa forma, as reflexões propiciadas pelas diferentes vozes e enunciados dos moradores, expressos em vínculos mais ou menos estreitos entre eles e os lugares de memória da Praia Grande, apontam para novos delineamentos que poderão ser objeto de análise em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; GHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGIER, Michel. **L'invention de la ville**. Banlieues, townships, invasions et favelas. Paris: Editions des archives contemporaines, 1999.

ANDRÉS, Luiz Felipe de Carvalho Castro et al. **Centro Histórico de São Luís - Maranhão**: Patrimônio Mundial. São Paulo: Audichoromo, 1998.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares. In: FORTUNA, Carlos. (Org.). **Cidade, Cultura e Globalização** — Ensaios de Sociologia, Oeiras: Celta Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. In: **Projeto História**, 18. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999, p.121-134.

\_\_\_\_\_. Patrimônio imaterial e referências culturais. in: **Revista Tempo Brasileiro**. n. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História-Hoje**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol.3.2005>. Acesso em 09 de setembro de 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ASCANIO, Alfredo. Turismo La reestructuración cultural. In: **Pasos: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Volume 01, número 01, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>> Acesso em 10 de março de 2009.

ASHTON, Mary Sandra Guerra. Turismo: a mutação do cotidiano. In: BARRETTO, Margarita. (Org.). **Turismo, cultura e sociedade**. Caxias do Sul: Educs, 2006. p. 11-23.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução à uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Júlia. Turismo Cultural: traços distintivos e contribuições para o desenvolvimento endógeno. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia (Orgs.). **Turismo e o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2001. p.149-165.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Ycarim. **O despertar do turismo: uma visão crítica sobre os não-lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BARQUERO, Antônio Vasquez. **Desarrollo, redes innovación**. Lecciones sobre desarrollo endógeno. Madri: Ediciones Promade, 1999.

BARQUÍN, Rocío Del Carmem Serrano. Hacia um modelo teórico-metodológico para el análisis del desarrollo, la sustentabilidad y el turismo. In: **Economía, Sociedad y Territorio**, vol VIII, núm. 26, 2008. p. 313-356.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. As possibilidades de planejamento. São Paulo: Papirus, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENI, Mário. Um outro Turismo é possível? A recriação de uma nova ética. In: GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka (Orgs.). **Um outro Turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

BERDOULAY, Vincent. Enjeux iconographiques dans l'aménagement des lieux de mémoire (Contribution à l'ouvrage prévu sur le thème "Lieux de mémoire, commémoration et identité dans la francophonie canadienne"). In: **Cahiers de géographie du Québec**, 2007. 16 p.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOMFIM, Natanael dos Reis. O conceito de patrimônio numa perspectiva multidisciplinar: contribuições para uma mudança de enfoque. In: **Revista Turismo & Desenvolvimento**. São Paulo, 2005, vol. 5, n.1. p. 27-35.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L; RODENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia Cultural** (3). Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Tarcísio. R. revitalização dos centros antigos do Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. In: **Revista Eure**. Vol. XXXI, Nº 93, p. 53-71, Santiago de Chile, agosto 2005.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL (Ministério da Cultura). **Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII da Ordem Social. Capítulo III. Da Educação da Cultura e do Desporto**. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/legislação/constituição>. Acesso em 11 de agosto de 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRITO, Marcelo. Turismo Cultural sustentável: certificação de destinos turísticos de dominância patrimonial. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo Pereira da (Orgs.). **Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009. p.225-248.

BURNETT, Carlos F. Lago. **Além do rio Anil, Urbanização e Desenvolvimento Sustentável**: estudo sobre a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n° 23, 1999, p. 94 - 115.

\_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**: A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. O Turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002. p.25-36.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo; Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, José Alejandro Vargas; ALEMÁN, Prudencio Óscar Mochi. Estrategias que favorecen u obstaculizan el desarrollo local em el marco de la globalización. In: **Economía Sociedad y Territorio**. Vol VIII, n.26, 2008. p.381-413.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano, Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIRARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2.Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto-MG. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p.113-138.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vila, Parques, Bairro & Terreiros** (patrimônios bioculturais). Novos patrimônios na cena das Políticas Culturais de São Luís e São Paulo. São Paulo: 2001.

COSTA, Wagner Cabral. **Ruínas Verdes**: tradição e decadência nos imaginários sociais. São Paulo: UNICAMP, 2001 (dissertação de mestrado).

CRUZ, Arlete Nogueira da. **Litania da velha**. São Paulo: Digital Gráfica, 1995.

CRUZ, Rita de Cássia. **Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DEL RIO, Vicente. **Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro**: A contribuição ao estudo da percepção ambiental. 1991. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo São Paulo, 1991.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva: SESC, 1999.

FERRETTI, Sérgio (Org.). **Tambor de Crioula**: ritual e espetáculo. 3 ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FONSECA, Marília Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: SANT'ANA, Márcia G. (Org.). **O registro do patrimônio imaterial**. Brasília, Ministério da Cultura, IPHAN, 2000.

FONTELES, José Omar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC/Anablume, 1997.

GASTAL, Susana. Turismo e Cultura: por uma relação sem diletantismo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. (orgs.). **Turismo**: 09 propostas para um saber-fazer. Rio Grande do Sul: Edelbra, 1998. p. 100-112.

\_\_\_\_\_. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

GOULART, M.; SANTOS, R. I. C. dos. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. In: **Turismo -Visão e Ação**. v.1, n. 1. p. 19-28, jan./jun. 1998.

GRAMMONT, Ana Maria de; MOURA, Milton Araújo. Os significados do Patrimônio Histórico: uma reflexão em torno do caso do casarão incendiado em Ouro Preto. In: SALVADOR, D.P. Trevisan (Org.). e colaboradores. **Comunidades Sustentáveis: a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2006.

GRINOVER, Lúcio. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

GUEDES, Kláutenys Dellene Barros. **Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HALLBWACS, Maurice. Fragmentos de la memoria colectiva. In: **Revista de Cultura Psicológica**. Año 1, numero 1, Mexico: UNAM- Faculdade de Psicologia, 1991.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e Diferença**. 4ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JEUDY, Henry Pierre. **Espelhos das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1990.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LACARRIEU, Mônica. Os dilemas sociais do patrimônio: usos, 'inflação' ou 'hiperinflação' de História? In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. n.2, Rio de Janeiro: Logaria Brasileira, 1999.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia Urbana e desenho da Cidade**. 2.ed. Fundação Calouste Gulbenkan, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LÓPEZ, Tania. Rotas Nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. In: BANDUCCI JR; BARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e Identidade local**: uma visão antropológica. São Paulo: Papyrus, 2001.

LOUREIRO, Fernanda Jane; SANTIAGO, Alina. **Desenvolvimento sustentável otimizado pela preservação dos centros históricos na sociedade globalizada**, 2009. Disponível em: [http://www.arq.ufsc.br/infoarq/desenvolvimento\\_sustentavel.html](http://www.arq.ufsc.br/infoarq/desenvolvimento_sustentavel.html). Acesso em 14 de novembro de 2010.

LUCAS, S. M. Turismo Cultural no Vale do Paraíba. Uma exposição histórica. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2000. **Anais....** Piracicaba, 2000.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRAMO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MARANHÃO. Secretaria de Planejamento. **Renovação Urbana da Praia Grande**. São Luís: Sioge, 1981.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os diferentes planos da cidade como bem cultural. In: **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo, IPHAN, 2006.

MARTINS, A. M. M. Patrimônios afetivos: afetos, uso e ciência patrimonial. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Congreso Internacional Patrimonio Cultural. Córdoba, 2004. **Anais...** Córdoba, 2004.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, Clerton. **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido de lugar. Roca: São Paulo, 2006, p. 39 a 50.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo. EDUSC, 2002.

MELLO, João Baptista F. de. Espaço, lugar e “Deslugar”. In: **Redes**. Rio de Janeiro, v.1, n.2. p. 93-107, 1997.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁSIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p.29-64.

\_\_\_\_\_. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

MIGUEL, Salim. **Velhice e outros contos**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. IDESC, 1981.

MIRANDA, Leciete Barreto; SANTOS, Maria Aparecida Soledade Christo dos. **Pelourinho: desenvolvimento socioeconômico**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

MOESCH, Marutschka. Animal Kingdom: um estudo preliminar. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 89-98.

MOTA, Christiane de Fátima Silva. O Tambor de Crioula e outras formas de expressão. In: RAMASSOTE, Rodrigo Martins (Org.). **Tambores da Ilha**. São Luis, IPHAN, 2006. p.86-115.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. IN: ARANTES, Antônio A.(Org.). **O Espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 256-287.

MURTA, Stela. Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURT, Stela; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo, 1993.

NORONHA, Raquel. **No coração da Praia Grande: representações sobre a noção de patrimônio na feira da Praia Grande**. São Luís: UFMA. 2007.

OLIVEIRA E SOUZA, Alex. **Patrimônio São Luís: Um estudo sobre a sustentabilidade do processo de Conservação do Patrimônio Cultural Edificado**, Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1999.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino da História. IN: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p.128-148.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztin, I. **Turismo de Base Comunitária**. Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

PALACIOS, Cecilia. Turismo y memoria. Reflexões teórico metodológicas sobre El Espacio para La Memoria – Buenos Aires, Argentina. In: **Estudios y perspectiva en Turismo**. Volumen 19, 2010. p.268-278.

PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. Turismo Cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividade encontradas nas feiras populares do Brinque da Redenção em Porto Alegre- RS, Brasil e a feira da Praça Matriz de Montevideú, no Uruguai. In: BARRETTO, Margarita. (Org.). **Turismo, cultura e sociedade**. Caxias do Sul: Educs, 2006. p.41-54.

PEIXOTO, Paulo. **Centros Históricos e sustentabilidade cultural das cidades**. Texto apresentando “A cidade entre projectos e políticas”. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Disponível em: <http://www.ler.letras.up.pt/ficheiros/artigos/8511>. Acesso em 09 de novembro de 2010.

PELLEGRINI, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papyrus, 1997.

PELLEGRINO, Carlos Tranquilli. Patrimônio Cultural Urbano: de quem: Para Quê? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL organizado por **Naya** (Notícias de Antropologia e Arqueologia, 2002). Disponível em: <http://www.naya.org>. Acesso em 12 de abril de 2010.

PEREIRA, Lorraine Thomaz. MURTA, Rachel Sant’Anna. Antropologia urbana e turismo: um exercício de interpretação. In: **E-civitas. Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**. Belo Horizonte, vol. I, nº1, nov.2008. ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://www.unibh.br/revistas/ecivitas>. Acesso em 29 de julho de 2010.

PEREIRO, Xerardo. Itinerários turístico-culturais: Análise de uma experiência na cidade de Chaves. In: **III Congresso de Trás-os-Montes**. Bragança, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória, História e Cidade: lugares no tempo, momentos no espaço*. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Revista do NEHAC** – Núcleo de Estudo em História Social da Arte e da Cultura.n.4, vol 4, 2002. p. 23-35.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro v2, n. 3, 1989.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO: *Delimitação do Centro Histórico, 1998-2004*. Disponível em: <[http://www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro\\_historico/delimitacao.php](http://www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro_historico/delimitacao.php)>. Acesso em 30 de maio de 2010.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

PRATS, Llorenç. *Concept y gestión del patrimonio local*. In: **Cuadernos del Antropología Social**. Nº 21, 2005, p. 17-35.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Diretrizes para regulamentação do Plano Diretor para o Centro Histórico**. Instituto de Pesquisa e Planejamento – IPLAN: São Luís, 1998.

\_\_\_\_\_. **Destorro uma proposta de reabilitação**. São Luís: QG Qualidade Gráfica e Editora, 2005.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís (1612-1991)**. São Luís: FUNC, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. *Turismo e territorialidades plurais: – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional*. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, María (et al)

**América Latina: cidade, campo e turismo.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

RODRIGUÉZ, José Manuel Mateo. Desenvolvimento Sustentável: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, Agostino Paula Brito. (ORg.) **Desenvolvimento Sustentável e planejamento:** bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC- Imprensa Universitária, 1997.

ROSA, Maria Cristina. Festar na cultura. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Festa, lazer e cultura.** São Paulo: Papirus, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI.** Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Nobel, 1994.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. In: **Mana**, v. 3, n. 1. Rio de Janeiro, 1997.

SANCHÉZ, A.G; GARCÍA, F.J. El turismo cultural y de sol y playa:¿Sustitutivos o complementarios? In: UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE CARTAGENA. **Cuadernos de Turismo:** 2003, 11. p. 97-105.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do turismo:** analogias, encontros e relações. Tradução de Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Rafael José dos. Hibridação Cultural e Turismo. In: GRABURN, Nelson. et al. **Turismo e Antropologia:** novas abordagens. São Paulo: Papirus, 2009. p.119-140.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 3.252 de 29/12/92. **Plano Diretor Municipal de São Luís.** São Luís, 1992.

SÃO LUÍS. **Decreto de lei nº 29.874**. Altera o decreto nº 25.441 de 15 de agosto de 2003, que dispõe sobre a instalação do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São Luís, 13 de março de 2007.

SCHULZ, Sônia Hilf. **Estéticas urbanas: da polis grega à metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SERRA Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SILVA, R. de A. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. São Luís: 1997.

SILVA, Geórgia Patrícia da. Valorização e consumo da cultura: o caso da “preservação” do bairro Praia Grande - MA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR, Universidade Positivo, 2009. 1 CD-ROM.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; FILHO, Manuel Ferreira Lima. Por uma Antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.37-50, jan/jun 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/index.html>>. Acesso em 22 de março de 2010.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. De leitor a turista na Ilhéus de Jorge Amado. In: **Revista Brasileira de Literatura Comparada**. nº 6, Belo Horizonte: ABRALIC: UFGM, 2002. p.177-184.

\_\_\_\_\_. Identidade Cultural e Turismo: a literatura como agenciadora de trânsitos e possível elemento de sustentabilidade. In: **Revista de Cultura e Turismo – CULTUR**. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2008.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador-Pelourinho. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p.139-155.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 107-122.

TALAVERA, Agustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. In: **Horizontes Antropológicos**. ano 9, n. 20. p. 31-57, outubro. Porto Alegre, 2003.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...**Série Antropologia, Brasília, 2006.

TRAVASSOS, E. Recriações contemporâneas dos folguedos tradicionais In: TEIXEIRA, J. G. L; GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R. (Orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: UNB, 2004. p. 110-16.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas Populares. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.). **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. p. 107-112.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: EDUSC, 1996.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados**. (Orgs.). São Paulo: Editora Manole, 2006.

VELAME, Fábio Macêdo. Orixás nos espaços públicos de Salvador: um processo de dessacralização-estetização-espetacularização do patrimônio afro-brasileiro. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE CULTURA- ENECULT, Salvador, 27 a 29 de maio de 2009. **Anais...**Salvador, 2009.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. Turismo e desenvolvimento nas cidades históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Rocca, 2004.

ZANCHETTI, S. M.O desenvolvimento sustentável urbano. In: ZANCHETTI, S. M.O. (Org.) **Gestão do patrimônio cultural integrado**. CECI- editora da Universidade de Pernambuco. Recife, 2002, p. 79-83.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares. Brasília, Letra e Imagem, 2009.

YÚDICE, Georges. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

YÁSIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

\_\_\_\_\_. **A alma do lugar**: Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. da S. Turismo na Sociedade Pós-Industrial: tendências e perspectivas. In: BAHL, M. (Org.). **Perspectivas do Turismo na sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Roca, 2003.

APÊNDICE A- Roteiro semi estruturado para a realização de entrevistas junto aos moradores do bairro da Praia Grande

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Profissão
- 4) Tempo de vivência no bairro da Praia Grande
- 5) Atividades desenvolvidas na área (lazer, comércio, passeios, eventos culturais)
- 6) O que significa patrimônio cultural na visão do morador
- 7) O que significa preservação do patrimônio
- 8) Considera importante a revitalização do patrimônio e por que
- 9) Como o morador observa a revitalização da praia grande e se considera contemplado pelas ações dos órgãos de preservação do patrimônio local
- 10) Existência de marcos urbanos (praças, prédios históricos, monumentos e manifestações culturais) que considera importantes para a manutenção da memória e da identidade do bairro
- 11) Quais bens ou manifestações culturais o morador se identifica. Quais as razões dessa escolha
- 12) Conhecimento sobre ações de preservação do bem cultural indicado
- 13) Atuação do morador na preservação do patrimônio local
- 14) Qual visão sobre o turismo e quais impactos positivos e negativos observados na área
- 15) Escolha de um lugar para se tornar espaço de visitação turística no bairro
- 16) Sugestões do morador para a preservação do patrimônio cultural do bairro da praia grande

APÊNDICE B- Roteiro semi estruturado para a realização de entrevistas junto aos gestores públicos de preservação patrimonial e turismo

Órgão:

Data da entrevista:

Nome do representante:

Função que desempenha no órgão:

Quanto tempo atua no órgão:

Formação profissional:

1. Na sua opinião existe alguma relação entre patrimônio e memória?
2. Para você o que significa lugar memória?
3. Qual ou quais lugares memórias vem sendo preservados nas políticas de preservação do patrimônio da cidade ?
4. Como você observa o processo de revitalização do centro histórico de São Luis ?
5. Quais os benefícios que o programa trouxe para a cidade? E efeitos negativos ?
6. Atualmente, qual o documento(Plano ou Programa) direciona as ações públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade ?
7. De que forma a comunidade participa das ações de preservação e valorização do patrimônio local ?
8. Na sua opinião, as ações públicas de preservação do patrimônio de São Luis tem atendido aos anseios da comunidade que vive no centro histórico? De que forma?
9. Existe alguma proposta(projeto ou ação) para a preservação ou revitalização dos seguintes locais( caso haja proposta, descrevê-la):
  - a) Feira da Praia Grande
  - b) Praça Nauro Machado
  - c) Convento das Mercês
- 10- Como você observa a questão da moradia no centro histórico de São Luis? No órgão existe alguma política especifica ou programa de habitação popular para área? Em caso positivo, a quem ele se destina? Em que estágio se encontra?
- 11-Quais os principais avanços do órgão na gestão do patrimônio do centro histórico ?
- 12- Quais ações e projetos vem sendo desenvolvidos atualmente pelo órgão em relação ao patrimônio edificado?

13- Quais ações e projetos vem sendo desenvolvidos atualmente pelo órgão em relação ao patrimônio imaterial?

14- Como o órgão se relaciona com demais órgãos que atuam na gestão do patrimônio cultural da cidade? Existem ações sendo desenvolvidas de forma conjunta? Quais?

15- Na sua opinião, qual (ou quais) é (ou são) o (s) principal (s) problema (s) que dificulta a preservação do patrimônio de São Luis?

16- Quais ações poderiam melhorar a situação atual em que se encontra o centro histórico da cidade ?

17- Qual a sua visão sobre o turismo no centro histórico da cidade ? Considera que a atividade traz benefícios ? quais? Considera que o turismo causa impactos negativos? Quais?

18- Na sua opinião, o turismo pode contribuir para preservação e valorização do patrimônio cultural local ?

19- Existem ações conjuntas desenvolvidas entre o órgão e a secretaria municipal de turismo? Quais ?